UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

RAQUEL DO NASCIMENTO MARQUES

| **A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote,**
Regras da lingua Portugueza, espelho da lingua Latina

Versão corrigida

SÃO PAULO
2016

RAQUEL DO NASCIMENTO MARQUES

| **A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote,
*Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção de Título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite

SÃO PAULO
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M357c Marques, Raquel do Nascimento
A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, "Regras da língua Portuguesa, espelho da língua Latina" / Raquel do Nascimento Marques ; orientadora Marli Quadros Leite. - São Paulo, 2016.
143 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Idiotismos. 2. Gramatização. 3. Língua portuguesa. 4. História das ideias linguísticas. I. Leite, Marli Quadros, orient. II. Título.

Nome: MARQUES, Raquel do Nascimento

Título: A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote,
Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marli Quadros
Leite, como requisito para obtenção de Título de Mestre.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Ao meu esposo, Raimundo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus ...

Agradeço também à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite que, desde o primeiro encontro, em 2012, vem sendo tão acolhedora e afável. Obrigada pela dedicação ao longo desses dois anos e meio, pelo apoio, pelas valiosas orientações, pela supervisão no estágio do PAE, nas disciplinas Introdução ao Estudo de Língua Portuguesa I e Introdução ao Estudo de Língua Portuguesa II. Muito obrigada por tudo, principalmente, por sua paciência!

À CAPES, pela bolsa concedida.

Aos professores doutores Mercedes Hackerott e Manoel Mourivaldo, integrantes da minha banca de qualificação e de defesa, pelos apontamentos e sugestões muito importantes para meu trabalho.

Aos funcionários do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV/ USP), pela ajuda com questões administrativas.

Aos colegas do grupo de trabalho - GT Gramáticas: História, descrição e discurso - Cíntia Siqueira, Valéria Pereira, Jorge Viana e Antônio Carlos.

Ao meu amado esposo, Raimundo Nonato Candido, pelo incentivo, apoio, compreensão, carinho e por acreditar em mim. Obrigada por ser um presente de Deus em minha vida!

E à minha querida mãe que, mesmo distante, me ampara com suas palavras e orações.

RESUMO

MARQUES, Raquel do Nascimento. **A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina***. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta dissertação funda-se em princípios da *História das ideias linguísticas* (Auroux, 2008, 2009) e trata da gramatização dos *idiotismos* ou particularidades do português. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o fazer historiográfico, é analítico-interpretativa, com o objetivo de apresentar e examinar as particularidades do português, descritas nas duas edições da gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, intitulada *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*, publicadas em 1721 e 1725. Partimos da hipótese de que é Argote que sistematiza a gramatização das especificidades da língua portuguesa, por meio do capítulo dedicado aos *idiotismos*. Assim, para entendermos como Contador de Argote formulou a ideia acerca dos *idiotismos*, investigamos o *horizonte de retrospecto* nas obras portuguesas de Oliveira (1536), Barros (1540) e Roboredo (1619), assim como o *horizonte de prospecção*, com o propósito de percebermos a repercussão das ideias linguísticas de Argote nas obras portuguesas de Lobato (1770), Fonseca (1799), Barbosa (1822) e Vasconcelos (1901). As duas edições da gramática foram importantes para a compreensão da construção do saber linguístico porque gramatizaram pontos específicos do português. Enquanto na primeira edição Contador de Argote apresenta concisamente as características do português, na segunda edição, o gramático explora, com mais clareza, os *idiotismos*, pois trata da morfologia, da sintaxe, e da semântica da língua portuguesa. Dos *idiotismos* apresentados por Contador de Argote, alguns já haviam sido gramatizados, e outros foram gramatizados nas *Regras*, pelo próprio autor. Quanto à repercussão das ideias do autor em gramáticas posteriores, verificamos que alguns *idiotismos* permaneceram e foram referidos como tais, outros foram incorporados à língua, e outros ainda desapareceram, haja vista a dinamicidade da língua.

Palavras-chave: idiotismos, gramatização, língua portuguesa, História das ideias linguísticas.

ABSTRACT

MARQUES, Raquel do Nascimento. **The configuration of Portuguese language in D. Jeronymo Contador de Argote's grammar, *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina* (Rules of the Portuguese language, a mirror of the Latin language).** 2016. 143f. Dissertation (Master's Degree - MA) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation is based on principles of *História das ideias linguísticas* (History of linguistic ideas) (Auroux, 2008, 2009) and deals with the grammatization of *idioms* or peculiarities of the Portuguese language. The methodology used in order to develop the research, in accordance to the historiographic procedure, is analytical and interpretative, aiming at presenting and investigating the Portuguese language particularities described in the two editions of D. Jeronymo Contador de Argote, named *Regras da lingua portuguesa espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa* (Rules of the Portuguese language: a mirror of the Latin language, or the disposition to facilitate teaching the Latin language through the rules of the Portuguese language), published in 1721 and 1725. We start from the assumption that it is Argote that systematizes the grammatization of the specificities of the Portuguese language, by means of the chapter dedicated to *idioms*. Therefore, in order to understand how Contador de Argote developed the idea about the idioms, we have investigated the *horizon of retrospection* in the Portuguese works of Oliveira (1536), Barros (1540) and Roboredo (1619), as well as the *horizon of prospection* to realize the impact of Argote's linguistic ideas upon the Portuguese works of the Lobato (1770), Fonseca (1799), Barbosa (1822) and Vasconcelos (1901). The two editions of this grammar were important in order to understand the construction of linguistic knowledge, once they have organized specific matters of the Portuguese language. While the first edition of Contador de Argote concisely presents the characteristics of the Portuguese language, on its second edition the grammarian explores the *idioms* more clearly, once it deals with the morphology, syntax and semantics of the Portuguese language. From the *idioms* presented by Contador de Argote, some had already been organized in the grammar, and others have been organized in the *Regras* by the author himself. As for the impact of the author's ideas in later grammars, we have found that some *idioms* remained and were referred to as such; others have been incorporated into the language, and still others have disappeared, given the dynamics of all languages.

Keywords: idioms, grammatization process, Portuguese language, History of linguistic ideas.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1- Folha de rosto da 1ª edição da gramática <i>Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina</i> , 1721.....	15
Figura 2- Folha de rosto da 2ª edição da gramática <i>Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina</i> , 1725.....	15
Quadro 1- Estrutura da gramática <i>Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina</i> (1721), segundo nossa organização, pela observação dos itens dos vários capítulos.....	27/28
Quadro 2- Estrutura da gramática <i>Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina</i> (1725, p. 357-360).....	28/29
Quadro 3- Quadro-síntese dos critérios de análise das categorias gramaticais.....	30/31
Quadro 4- Quadro-síntese da classificação dos nomes e seus acidentes.....	33/34
Quadro 5- Quadro-síntese da classificação dos pronomes e seus acidentes.....	35
Quadro 6- Quadro-síntese da classificação dos verbos e seus acidentes.....	37
Quadro 7- Quadro-síntese da classificação do particípio.....	38
Quadro 8- Quadro-síntese da classificação dos advérbios.....	39/40
Quadro 9- Quadro-síntese da classificação das preposições.....	41
Quadro 10- Quadro-síntese da classificação das conjunções.....	42
Quadro 11- Quadro-síntese das letras e dos sons que elas representam.....	56
Quadro 12- Exemplos de uso dos artigos antepostos a substantivos comuns, de acordo com Fonseca (1799, p. 74-76).....	104
Quadro 13- Quadro-síntese do gerúndio no latim e no português.....	119
Quadro 14- Quadro-síntese dos dialetos locais, de tempo, de profissão e sociais apresentados por Contador de Argote (1725).....	125/127
Quadro 15- Quadro-síntese dos idiotismos apresentados por Contador de Argote nas duas edições da gramática(1721/1725) e de sua projeção em obras portuguesas posteriores.....	133/ 136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução do artigo definido na língua portuguesa.....	61
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – A gramática de Argote: edições em confronto.....	16
1.1 Contador de Argote - o teatino acadêmico.....	16
1.2 A concepção da gramática.....	19
1.3 Universal versus particular	25
1.4 O plano da obra.....	26
CAPÍTULO 2 – A língua portuguesa nas <i>Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina</i> : os idiotismos.....	58
2.1 Descrição e análise dos idiotismos - 1ª edição (1721) e 2ª edição (1725).....	60
2.1.1 Idiotismos morfológicos.....	60
2.1.2 Idiotismos sintáticos.....	82
2.1.3 Idiotismos semânticos.....	86
CAPÍTULO 3 – Os idiotismos como curiosidade em obras dos séculos XVIII, XIX e XX.....	91
3.1 <i>Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa</i> (1770) - Antonio José dos Reis Lobato	91
3.2 <i>Rudimentos da Grammatica Portugueza</i> (1799) - Pedro José da Fonseca.....	102
3.3 <i>Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa</i> (1822) - Jerônimo Soares Barbosa	111
3.4 <i>Esquisse d'une dialectologie portugaise</i> (1901) - José Leite de Vasconcelos.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

INTRODUÇÃO

No início do curso de mestrado, havíamos pensado em trabalhar com a gramática *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina* (1725), de D. Jeronymo Contador de Argote, investigando, sobretudo, o universalismo linguístico. Entretanto, depois de realizar alguns estudos com a obra de Argote, optamos por tratar do problema da gramatização do português, haja vista a relevância desse ponto para a compreensão da configuração das regras da língua portuguesa, ficando os universalismos para uma outra etapa dos estudos de Pós-graduação.

Inserido no campo da *História das ideias linguísticas*¹ (Auroux, 2008, 2009), especialmente pela consideração de uma concepção mais cumulativa, progressiva e menos descontinuista, no que diz respeito às ciências da linguagem, nosso trabalho considera três conceitos principais: a *gramatização* (Auroux, 2009), o *horizonte de retrospecção*, (Auroux, 2008, 2009), e o *horizonte de projeção* (Auroux, 2009). Vale notar que estudar um objeto a partir dos pressupostos teóricos da *História das ideias linguísticas* vai além da descrição da sua materialidade. Nesse caso, deve-se, sobretudo, investigar e explicar como o conhecimento a respeito dos *idiotismos* da língua portuguesa, presentes na gramática de Contador de Argote, se inscreveu na longa duração do tempo, como se apresentou nas *Regras* de Argote, no século XVIII, e que repercussão teve em obras da língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX e XX.

Nosso objeto de estudo são os *idiotismos* da língua portuguesa, concebidos por Contador de Argote como os modos e termos de falar que, distanciados da conformação do latim, caracterizam a língua portuguesa.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o fazer historiográfico, é analítico-interpretativa, com o objetivo de apresentar e examinar as particularidades do português descritas nas *Regras*. Esse trabalho pressupõe a consideração de dimensões e de relações existentes entre si, e compreende um sistema dos objetos; um parâmetro temporal; um parâmetro espacial; parâmetros externos que ligam o objeto a seu contexto; e um sistema de interpretantes (Auroux, 2008, p. 138). A pergunta que conduziu nossa pesquisa foi: qual o papel que a gramática de Argote teve para a gramatização de fatos linguísticos próprios da língua portuguesa?

Para isso, partimos da hipótese de que é Argote que sistematiza a gramatização das especificidades da língua portuguesa, por meio do capítulo dedicado aos *idiotismos*. Sabemos

¹ Os conceitos pertinentes a essa área estão discutidos na obra *Histoire des idées sur le langage et les langues* (Colombat; Fournier; Puech, 2010).

que a gramatização do português teve início com Fernão de Oliveira, em 1536, na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, quando, preocupado com a importância política e a identidade cultural da língua portuguesa, apresentou as características do português, predominantemente do ponto de vista da fonética (letra, som e sílaba) e da morfologia (estudo da dição), seguindo a teoria de Varrão e de Quintiliano (cf. Leite, 2007).

João de Barros, em 1540, na *Grammatica da lingua portuguesa*, conformando a gramática do português à gramática greco-latina, também apresentou características da língua portuguesa, tratando não apenas da fonética (letra e sílaba) e da morfologia (classes de palavras), como também da sintaxe (construção), de acordo com a doutrina de Prisciano e de Nebrija (cf. Leite, 2007; Buescu, 1971).

Amaro de Roboredo, por sua vez, no *Methodo grammatical para todas as linguas*, publicado em 1619, apresentou no subcapítulo denominado “Ao curioso português”, posto no índice que o autor nomeou “Mostrador da materia”, algumas características da língua portuguesa. Vejamos como o autor expõe o assunto:

Ao curioso Português

EM quanto se não ordenão per sua ordem as regras da *Grammatica Portuguesa*, ainda não publicada, as pode o curioso colligir desta, para saber per arte, o que falla per uso. A saber, as Declinações, & Generos dos Nomes pag.2.

As Preposições pag.10.11.12.

As Conjugações dos Verbos, que se advirtem pag.13. Começão pag.14. E advertencia dellaspag.32.

A formação dos Preteritos se advirte pag.36.

A Composição, ou Syntaxe começa pag.47.

Os Nomes irregulares mais ordinarios começa pag.58.

Tudo o mais para a inteira *Grammatica Portuguesa* achará no liv.3. pag.64.

A Cópia de Palavras se tira da interpretação das sentenças, que começa pag.84.

As frases ira colligindo das correspondentes aas Latinas pag.206. advertindo as mais nos livros, & prattica.

Advertencias de algũa frase particula. pag. 227. (Roboredo, 1619, Mostrador da materia, grifo nosso)²

Como se pode observar, além de justificar a apresentação feita, Roboredo dá indicações acerca das regras da língua portuguesa que estão “inseridas no texto de exposição de cada tema gramatical” (Leite, 2016, p. 109), citando as páginas em que aparecem. Desse

² Todas as citações de Amaro de Roboredo foram retiradas da edição facsimilada do *Methodo grammatical para todas linguas*, feita por Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes e publicada em Vila Real, em 2007, pelo Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

modo, por não estarem as regras do português ainda gramatizadas, encontrando-se apenas na fala das pessoas, “o leitor, então denominado ‘curioso’, que quisesse conhecer melhor a língua portuguesa poderia, com base nas informações contidas no subcapítulo, fazê-lo” (Marques, 2014, p. 111). Importa registrar que a obra de Roboredo não é uma gramática, mas um método de ensino da língua latina, composto pela metalinguagem da língua portuguesa, com fundamento na tradução. Nessa obra, o gramático segue, sobretudo, a teoria de Francisco Sanches de las Brozas (cf. Assunção, 2007).

Mas foi Contador de Argote que, em 1721 e em 1725, descreveu com mais precisão algumas características morfológicas, sintáticas e semânticas do português. Argote, diferentemente dos gramáticos portugueses anteriores, aponta características do português que não podem ser explicadas pelas regras do latim e, fugindo às regras gerais, descreve e explica, em um capítulo, o que é próprio da língua portuguesa.

Isso posto, citamos nosso *cópus* constituído pelas duas edições da gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, intitulada “Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa”, publicadas em 1721 e 1725. Partindo do pressuposto de que “sem memória e sem projeto não há saber” (Auroux, 2009, p. 12), investigamos, primeiro, o *horizonte de retrospecção* constituído pela *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira; pela *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros; e pelo *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619), de Amaro de Roboredo, a fim de entendermos como e porque Contador de Argote formulou a ideia a respeito dos idiotismos, e, depois, o *horizonte de prospecção*, com o propósito de percebermos a repercussão das ideias linguísticas de Argote em gramáticas portuguesas posteriores. Nesse caso, as obras examinadas são: *Arte da grammatica da lingua Portuguesa* (1770), de Reis Lobato; *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), de Pedro José da Fonseca; *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, e, *Esquisse d’une dialectologie portugaise* (1901), de José Leite de Vasconcelos, embora essa não seja uma gramática.

Apresentamos a seguir, sucintamente, os três capítulos que compõem esta dissertação.

No primeiro capítulo, intitulado “A gramática de Argote: edições em confronto”, tratamos das características gerais das duas edições da gramática, por meio de uma breve análise descritiva das *Regras* e tecemos o perfil do gramático, situando-o em seu tempo e espaço.

No segundo capítulo, “A língua portuguesa nas *Regras da língua portuguesa espelho da língua latina*: os idiotismos”, examinamos as características do português, sua descrição e

explicação, ou seja, observamos como Argote aproveitou e registrou o uso linguístico do português, e qual foi sua funcionalidade diante da doutrina gramatical.

No terceiro capítulo, denominado “Os idiotismos como curiosidade em obras dos séculos XVIII, XIX e XX”, investigamos o aproveitamento das ideias de Contador de Argote, no que diz respeito aos idiotismos, em gramáticas posteriores.

Por fim, avaliamos o trabalho realizado e apresentamos algumas breves considerações finais.

As duas edições da gramática *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina*

Fig. 1- Folha de rosto da 1ª edição da gramática *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina*, 1721.

Fig. 2- Folha de rosto da 2ª edição da gramática *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina*, 1725.

CAPÍTULO 1 - A gramática de Argote: edições em confronto

A análise das diferentes edições de uma obra nos permite observar as continuidades, ou descontinuidades manifestadas pelo autor diante de um fato linguístico. Por isso, considera-se a melhor edição a última revista pelo autor, por ser possível verificar *in loco* as possíveis alterações. No nosso caso, optamos por trabalhar com as duas edições da gramática de Argote (1721, 1725) por considerarmos ambas importantes e necessárias à compreensão da construção do ponto de vista do autor acerca do nosso objeto de estudo, os *idiotismos* da língua portuguesa, e por verificarmos que na segunda edição há progressão do conhecimento não apenas no que diz respeito às características do português, mas também quanto à matéria apresentada, resultando assim em uma obra mais desenvolvida e estabelecida.

Como se pode notar, as duas edições da gramática intitulada “Regras da lingua Portuguesa, espelho³ da lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa” trazem expressas no subtítulo seu objetivo: auxiliar no ensino e na aprendizagem do latim, utilizando as regras e a metalinguagem do português. Desse modo, embora o conteúdo da segunda edição tenha sido consideravelmente desenvolvido, o objetivo do autor permanece o mesmo em decorrência da utilização das *Regras*.

1.1 Contador de Argote - o teatino acadêmico

Filho de Luís Contador de Argote - Desembargador da Relação do Porto e da Casa da Suplicação -, e de Josefa Lobo da Gama Maldonado, de famílias nobres, Jeronymo Contador de Argote nasceu em Colares, Sintra, em 8 de julho de 1676. Sua formação, de acordo com Machado (1747, Tomo II, p. 493), teve início na cidade do Porto, mas foi em Lisboa, no colégio de São Francisco Xavier, com os padres jesuítas, Álvaro Machado e Antônio Vieira, que Argote e o irmão, José Contador de Argote, aprenderam latim. Ora, àquela altura, o padre jesuíta Antonio Vieira não se encontrava em Portugal, mas no Brasil, pois em 1681, após um tempo em Lisboa, havia retornado à Bahia, lá permanecendo até sua morte em 1697 (cf. Machado, 1741, Tomo I, p. 418-419). Assim sendo, Machado utiliza a vinculação da formação latina de Argote a Vieira como um recurso de autoridade, a fim de confirmar o conhecimento de Contador de Argote a respeito da língua latina.

³ Sobre a escolha do nome “espelho” utilizada por Argote para mostrar que as regras da gramática portuguesa eram as mesmas da gramática latina, Moura (2008, p. 112) lembra que “os gramáticos especulativos da Idade Média consideravam a linguagem como um espelho que reflectia a verdade das coisas”, e que essa ideia remonta a Platão.

Aos 12 anos, em 1688, Argote ingressou na Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos,⁴ na Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, de Lisboa, onde estudou Gramática, Latim, Retórica e Filosofia. Depois de fazer os votos, em 1692,⁵ Argote passou aos estudos de Teologia e dedicou-se às línguas italiano, francês e grego. Sozinho, começou a estudar Matemática - Geometria e Aritmética -, Geografia, Cronologia, além de exercer as funções que lhe cabiam dentro da Casa, como o ministério do Púlpito. Em 1708, Argote ocupou-se do ensino de Retórica e Latim na mesma casa, em Lisboa, tendo ao mesmo tempo, iniciado a leitura da Filosofia, seguindo os filósofos modernos quanto à razão e à experiência (cf. Bem, 1794, Tomo II, Liv. XV, p. 201).

Ainda segundo Bem (Ibid., p. 201), por motivos de saúde, o padre teatino deixou o magistério e mudou-se para a cidade de Braga, onde, apesar de suas enfermidades, se dedicou ao “exame de antiguidades Romanas”, e “ao estudo das letras humanas”, ensinou Filosofia e Matemática a algumas pessoas particulares, além de ter auxiliado nas funções eclesiásticas daquela província de Entre Douro e Minho. Em Coimbra, ficou na casa do tio D. José da Gama Lobo, inquisidor da cidade, passando a ter contato com pessoas importantes da Universidade. Na cidade do Porto, Argote permaneceu por um ano também na casa de parentes, tendo retornado em 1715.

O período em que Argote escreveu as duas edições da gramática era, em termos políticos-sociais e culturais, ainda conturbado, com Portugal social e economicamente comprometido, mesmo com as riquezas provindas do ouro do Brasil, e com a predominância da cultura escolástica e religiosa, apesar da emergência do iluminismo europeu. De acordo com Moura uma

mudança de atitude perante a Natureza, o Mundo e o próprio Homem começou a desenvolver-se já nos séculos XVI e XVII, consolidando-se ao longo do século XVIII. De facto, a partir do espírito humanista renascentista, que depositava uma grande confiança no valor individual do homem e na sua capacidade de produzir coisas novas, assistiu-se ao incremento de uma grande vitalidade intelectual, que se produziu no surgimento de inúmeras obras que punham em causa os conhecimentos e teorias de cariz escolástico-filosófico, que até aí tinham sido consideradas como irrefutáveis, mas que

⁴ Fundada em 1524, essa ordem, fruto do Concílio de Trento (1545-1563), surgiu assim como outras instituições religiosas com aspiração de reconstruir o catolicismo. De acordo com Ceia (2011, p. 21), o êxito e a difusão da Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos resultou da interação estabelecida com os poderes políticos locais e reinantes, haja vista que um dos fundadores, Giovanni Petro Carafa, foi papa (Paulo IV), entre 1555-1559, e do modelo de vida religiosa pautado na assistência aos pobres e enfermos, ao culto à Virgem Maria e à confiança na Divina Providência, tendo como um dos maiores seguidores e representantes desse modo de vida, na Ordem, outro de seus fundadores, Gaetano de Thiene, canonizado em 1671.

⁵ De acordo com Thomás Caetano do Bem (1794, Tomo II, Liv. XV, p. 201), em agosto de 1692, Argote “fez sua solemne Profissão, recebendo os seus votos o Padre D. Rafael Bluteau, então Vigário in Capite, e Superior da Casa de N. Senhora da Divina Providencia de Lisboa”.

não apresentavam nenhuns resultados práticos para a vida do homem. (Moura, 2008, p. 79)

Assim, toda essa mudança de atitude fez-se sentir também nas gramáticas que, como objetos culturais e científicos, absorvem a teoria vigente, e, nesse caso, afastando-se da concepção de gramática latina, pautada no uso, pretende filiar-se à concepção filosófica, buscando nas causas, a razão dos fenômenos linguísticos.

Conforme Moura (Ibid., p. 79-80), as primeiras manifestações do iluminismo restringiram-se às atividades intelectuais produzidas na Academia Portuguesa, instituída no palácio do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, em 1718, em Lisboa. Faziam parte dessa instituição, segundo Bem (1794, Tomo II, Liv. XV, p. 202), “os Varões mais aptos, e sábios da Corte” e tratavam dos mais diversos assuntos. Também Contador de Argote ingressou na Academia, a convite do Conde da Ericeira, que o encarregou da correção da história sagrada e profana, tarefa que desempenhou com louvor, tendo apresentado diversos discursos sobre esse tema.

Novamente de acordo com Bem (Ibid., p. 203), como quisesse escrever a História Eclesiástica e Secular de Portugal, o rei D. João V ordenou que se formasse um grupo de eruditos para desenvolver tal missão, sendo o teatino acadêmico D. Jeronymo Contador de Argote o primeiro a ser nomeado, ocupando-se de escrever as Memórias Históricas do Arcebispado de Braga, tarefa que, segundo Machado (1747, Tomo II, p. 493), “dezenpenhou com admiração dos seus mesmos Collegas, e de todos os professores de Historia”. A obra intitulou-se *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Braga, primaz das Hespanhas*, e foi publicada em 4 tomos, entre 1732 e 1747. Além dessa volumosa e grandiosa obra, Argote destaca-se também, consoante Machado (Ibid., p. 494), pelos seguintes trabalhos:

1717- *Sermam da Payxaõ* pregado no Convento de N. Senhora da Divina Providência.

1721- *Regras da lingua Portuguesa espelho da lingua Latina*.

1722- *Vida e milagres de São Caetano de Thiene*.

1722- *Dissertação da vinda de Santiago a Hespanha*.

1725- Segunda edição da gramática *Regras da lingua Portuguesa espelho da lingua Latina*.

1728- *De antiquitatibus conventus bracaraugustani: libri quatuor, vernáculo, latinoque sermone conscripti* [...], escrito em latim.

1732-1747- *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Braga, primaz das Hespanhas*.

1742- *Parecer anatómico, historico, critico, e judicioso* sobre a Dissertação Historica, e critica de huma inscripção que existe no campo de Santa Anna na Cidade de Braga [...].

D. Jeronymo Contador de Argote faleceu em 9 de abril de 1749, aos 72 anos, no Convento dos Caetanos, em Lisboa, reconhecido não apenas por seus trabalhos na Academia Real de História Portuguesa, como também pela vivência dos votos de obediência, castidade e pobreza, durante toda a vida, ao que Thomaz Caetano de Bem (Ibid., p. 231) afirma: “bem póde Portugal, e a Religião Theatina gloriarem-se, aquelle de ter produzido, e esta educado Varão tão singular”.

1.2 A concepção da gramática

As *Regras* de D. Jeronymo Contador de Argote foram concebidas com o intuito de servir às aulas de gramática nas Casas de Nossa Senhora da Divina Providência, já que essa, junto às línguas clássicas (latim e grego) e as vernáculas (italiano e francês), além de outras ciências, eram ministradas aos noviços daquela congregação religiosa,⁶ conformando, assim, o interesse didático da obra.

Para Argote, sua gramática era uma “arte”, ou seja, uma *tekne* cujo intento era “ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da Grammatica Latina” (Introdução, 1721, 1725). Essa concepção de gramática que veio dos gregos, foi aproveitada pelos latinos, tendo passado também às gramáticas das línguas vulgares. Assim, os gramáticos vernaculares conceberam a gramática, com alguma alteração, como a arte que ensina o modo correto de falar.

O modelo de falante escolhido para a observação foram os “Varoes sabios”, referidos como aqueles que desenvolveram métodos para facilitar o ensino e a aprendizagem do latim. Esses, por serem homens cultos, dominavam a variante mais prestigiada e, portanto, a que deveria servir de modelo para ser descrita. Conforme Vaugelas (1647, *apud* Ducrot e Todorov, 2001, p. 17), “a gramática não passava de um registro de usos, ou melhor, de ‘bons usos’, sendo a qualidade do uso julgada sobretudo à luz da qualidade do usuário”. Assim, a

⁶ De acordo com Ceia (2011, p. 35-42) a rotina dos noviços no Convento dos Caetanos era centrada não apenas no desenvolvimento da vida espiritual, mas também no desenvolvimento intelectual, uma vez que esses teatinos tornar-se-iam “professores, Padres, Mestres, confessores, pregadores, académicos”, e, para isso deviam destacar-se “no interior da Casa por seu talento, disciplina e produtividade intelectual”. Desse modo, processava-se “uma espécie de ensino especializado, direccionado, vocacionado ao qual não era alheio para além do movimento académico que rodeava, (...), a casa, a segunda-escolástica portadora de um método-disciplina de pensar aliado a uma ortodoxia de conteúdos”.

variedade praticada pela igreja e pelos eruditos que frequentavam a Academia Portuguesa representava a variedade padrão e, portanto, a que deveria ser descrita pelo autor.

Argote baseou suas regras no uso. Desse modo, os exemplos, forjados pelo autor, tem por função validar as regras, já que o discípulo primeiro expõe a regra e só depois a exemplifica.

A primeira edição da gramática, de 1721, é publicada sob o pseudônimo de Padre Caetano Maldonado da Gama, tem 228 páginas, e é organizada em três partes: a primeira, com onze capítulos, trata das classes de palavras; a segunda, com oito capítulos, trata da sintaxe simples e a terceira, com cinco capítulos, trata da sintaxe figurada.⁷ A essas, introduz-se uma folha de rosto, uma página em branco, prólogo, licenças do santo ofício (do ordinário, do paço), despacho final de impressão, outra página em branco e uma introdução ou *Instrucc,am a grammatica*. Vale notar que essa edição não foi referida por Thomaz Caetano de Bem quando apresentou a vida de D. Jeronymo Contador de Argote, mas somente a segunda edição (cf. Bem, 1794, Tomo II, Liv. XV, p. 200-231).

Sobre o pseudônimo utilizado, como era uma constante entre os religiosos teatinos, Contador de Argote escolheu o pseudônimo “Caetano” como forma de identificar-se, e o sobrenome “Maldonado da Gama”, tomou-os de sua mãe, D. Maria Josefa Lobo da Gama Maldonado (cf. Kemmler, 2012, p. 82-83).

A segunda edição veio a lume em 1725, com 360 páginas, “muyto accrecentada, e correcta”, como informa o próprio autor no frontispício da gramática, e consta de folha de rosto, uma página em branco, uma carta dedicada a D. José I, príncipe de Portugal, prólogo, licença da ordem, licenças do santo ofício (do ordinário, do paço), despachos finais de impressão, uma *Introducçam a’ presente grammatica*, organizada em quatro partes. Contador de Argote começa a ampliar, concretamente, a gramática a partir da terceira parte, acrescentando, nessa segunda edição, mais dois capítulos. Segue-se uma quarta parte, com dois capítulos, em que trata de variação linguística, referindo-se aos dialetos e a construção da língua portuguesa e que, segundo Leite (2011a, p. 667), é “a primeira sistematização, embora ainda imperfeita, dos dialetos portugueses”. Argote ainda apresenta uma carta do Pe. Antonio Vieira ao Arcebispo de Braga, o Cardeal Veríssimo de Lencastre, acompanhada de uma análise, para a prática da regência da língua portuguesa. Ao final, há um tratado de ortografia, com três capítulos e o índice com a matéria da gramática.

⁷ A sintaxe figurada apresentada por Contador de Argote equivale à estilística e à semântica.

Diferentemente da edição anterior, na qual Argote utiliza apenas um pseudônimo para apresentar-se, nessa edição, o gramático teatino assume a autoria e identifica-se como “Clérigo Regular, e Academico da Academia Real de Historia Portugueza”. Segundo Ceia (2011, p. 20-33), os Caetanos destacaram-se não apenas pela difusão dos saberes, mas pelo entrosamento com os poderes políticos, o que contribuiu para a incorporação dos Clérigos Regulares Teatinos pela Academia Real. Contudo, consta da licença do Paço feita por D. Francisco Xavier de Menezes, Conde da Ericeira, na condição de sensor régio, um possível desconhecimento acerca da autoria da primeira edição da gramática, como se pode constatar no excerto a seguir:

o nome de seu Autor me he desconhecido, mas se o que tomou de Caetano, me deixa inferir o intuito que professa, accrescenta a prevençãõ para ser bem recebido, entender-se, que seria composto por hum dos Escritores de huma Religiaõ, em que ha tantos, que fallaõ, & sabem, com grande propriedade a lingua Portugueza, & Latina [...]. (Menezes, Licenças do Santo Officio, 1721)

De fato, o 4º Conde da Ericeira faz uma associação explícita à congregação dos Clérigos Regulares Teatinos, a que Contador de Argote pertencia, bem como aos demais religiosos dessa Ordem, dentre eles o padre Rafael Bluteau que, assim como Argote e tantos outros teatinos, foi um dos 50 acadêmicos do número da Academia Real da História escolhidos para escrever a história eclesiástica, civil e militar de Portugal. Além disso, Argote também foi “um dos membros mais assíduos das conferências realizadas no palácio de D. Francisco Xavier de Meneses, onde fez as suas intervenções científicas e culturais, divulgando as actividades científicas das grandes academias europeias” (Moura, 2008, p. 81).

De acordo com Kemmler (2012, p. 77), o 4º Conde da Ericeira, D. Jeronymo e D. José⁸ fundaram a Academia Real da História Portuguesa,⁹ o que confirma a proximidade, não obstante o referido por D. Francisco Xavier de Menezes, entre ambos os intelectuais. Na segunda edição, a 12 de setembro de 1724, o Conde da Ericeira, ainda na qualidade de sensor régio, confirma sua hipótese sobre o autor de as *Regras*:

⁸ De acordo com Bem (1794, Tomo II, Liv. XV, p. 200), o irmão mais velho de D. Jeronymo, D. José Contador de Argote, foi “Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e depois Cavalheiro Professo na Ordem de Christo, e Socio do numero da Real Academia de História”.

⁹ Sobre a fundação da *Academia Real da Historia Portugueza* (1720-1760), (apud Kemmler, 2012, p. 77), o catálogo dos acadêmicos informa sobre todos os acadêmicos fundadores, entre os quais merecem destaque especial o irmão do gramático, D. José Contador de Argote, o bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, o lexicógrafo Rafael Bluteau e o ortógrafo D. Luís [Caetano] de Lima.

[...] he a segunda declarar o seu Nome o padre D. Jeronymo Contador de Argote, Clerigo Regular, e da Academia Real, que na primeyra impressão se encobrio, e eu quasi reconheci pela erudição, e acerto, com que escreve [...]. (Menezes, Licenças do Santo Officio, 1725)

Essa passagem mostra que não houve nenhuma dúvida a respeito de quem tinha escrito a gramática, além disso, o próprio Argote, no prólogo, das duas edições, dá indicações acerca da autoria:

[...] Erros alguns poderá ter. O Autor não he conhecido; & assim nem teme injurias, nem pertende louvores. (Prólogo, 1721)

[...] Erros alguns poderá ter; quem lhos encontrar, os pôde emendar, e fará hum benefício à Arte, deyxando-a correcta, e ao Autor deyxando-o advertido. Este, que na primeyra impressão disfarçou o nome, agora o declara, e também que nesta segunda impressão vay esta Grãmatica muyto accrescentada com algumas observações, e doutrinas, que na outra, se omittiraõ. (Prólogo, 1725)

Como se observa, na primeira edição, Argote admite a existência de erros em sua gramática e deixa claro não importar-se com as críticas, o que nos permite levantar a hipótese de ser essa obra um esboço para o que viria quatro anos depois. Na segunda edição, Contador de Argote não apenas admite a existência de erros, como exorta o leitor a repará-los. Além disso, o gramático também declara ter ocultado seu nome na edição anterior e justifica a segunda edição pela completude, em relação à primeira.

A fim de validar a obra, confirmando os conhecimentos que a conformaram, bem como mostrando o quanto estava atento às teorias recentes, Contador de Argote apresenta ao leitor seu horizonte de retrospectão, ou seja, sua referencialidade. Conforme Leite (2014, p. 117), “o conhecimento desse horizonte, ou seja, do espaço-tempo e de todo o condicionamento científico e social do autor, têm de ser considerados para a interpretação de sua composição e dos conceitos que a integram”. Vale notar que, na primeira edição Contador de Argote expõe amplamente seus referenciais teóricos, seguindo os passos daqueles que defendiam o ensino da língua latina a partir da materna, com exceção do reformador da gramática latina, Antonio Velez, e, na segunda edição, o autor omite alguns deles, como se verá nos excertos a seguir:

Ultimamente advirto, que alguns poderão estranhar a explicação, & solução que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza; porém os versados na lição do padre Veles, Sanches, Brocense, João Gerardo Vossio, os Padres da Congregação de Port Royal, & na lição da Grammatica discursada, & na Arte de fallar do Padre Lami. Vêraõ que na explicação da Grammatica

Portugueza observo a mesma doutrina, que elles observarão a respeyto da Latina. (Introdução, 1721, p. 7)

Tambem advirto que alguns poderaõ estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza, porèm os que forem versados na lição do novo methodo dos padres da Congregação de Portroial, e na Grammatica discursada do Padre Lami, veraõ que na explicação da Grammatica Portugueza observo a mesma doutrina, que elles observaram a respeyto da latina.

Ultimamente advirto que os capítulos, que nesta segunda impressão vaõ accrescentados; que são muyta parte do quinto, e todo o sexto da terceyra parte, mostrou a experiencia que eraõ precisos para a intelligencia dos Idiotismos da lingua portugueza, e a quarta parte para o ensino mais polido, e para a gente nobre, como tambem o tratadinho da Orthografia, que vay no fim. (Introdução, 1725, p. VIII-IX)

Isto é justificado pelo o fato de Argote conceber, na segunda edição, as obras de Port-Royal e do padre Bernard Lamy como as que melhor representavam aquele momento. Abandonando, então, as ideias dos séculos XVI e XVII, Argote pretende filiar-se ao que estava em voga, desde o século XVII, à gramática filosófica.

Argote refere os padres Antoine Arnauld e Claude Lancelot da congregação de Port-Royal nas duas edições da gramática. O diretor espiritual de Port-Royal era padre, teólogo, filósofo, matemático e foi coautor da *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660). Claude Lancelot era humanista, helenista e matemático. Em 1643, começou a ensinar nas escolas menores de Port - Royal dos Campos e depois no mosteiro de Port-Royal situado “no distante bairro de Saint-Jacques, em Paris” (Basseto e Murachco, 2001, p. XIII). Escreveu os seguintes livros: *Nouvelle méthode pour apprendre la langue latine* (1644), *Nouvelle méthode pour apprendre la langue grecque* (1655), *Nouvelle méthode pour apprendre la langue italienne* (1676), *Nouvelle méthode pour apprendre la langue espagnole* (1676) e a *Logique ou l’arte de parler* (1662). Conforme Gil (2014, p. 60), a leitura dessas obras mostra que Lancelot havia lido os textos dos mestres da tradição latina contemporânea como *Sanctius*, *Scioppius* e *Vossius*. Ainda segundo o autor, a experiência gramatical de Lancelot foi vantajosa para a redação da *Grammaire Générale*.

A obra do padre oratoriano Bernard Lamy, referida por Contador de Argote, é “La rhetorique ou l’art de parler”, em que apresenta um discurso sobre a arte da retórica. Contador de Argote menciona a “Grammatica discursada do Padre Lami”, que na primeira edição é referida como “a Grammatica discursada, & Arte de fallar”, entretanto, a obra do padre oratoriano Bernard Lamy, “La Rhetorique ou l’art de parler” (1675), não foi escrita em discurso direto. Sobre esse assunto, Kemmler afirma que

convém prestar atenção ao tratado de retórica *De l'art de parler*, publicado anonimamente em 1675. É somente desde a quarta edição que a autoria vem sendo atribuída ao oratoriano francês Bernard Lamy debaixo de um título algo alterado: *La rhetorique ou l'art de parler*. cremos, por isso, que Argote, em 1721, está a falar de uma das edições primitivas da obra *De l'art de parler* (de 1675, 1676 e 1679). Dado que Argote (1725) passa a falar ‘da Grammatica discursada do Padre Lami’, as suas informações deixam de fazer sentido, porque a obra de Lamy não reúne as características em questão, pois fica evidente que a retórica de Lamy se encontra redigida em pleno texto expositivo, sem qualquer recurso ao methodo dialogístico. Julgamos, pois, que se trata de duas obras distintas de dois autores diferentes. (Kemmler, 2012, p. 92-93)

Entretanto, parece-nos que Contador de Argote não mencionou a “Grammatica discursada do Padre Lami” pela estrutura dialogada que traria, mas por conter regras sobre a arte de persuadir, o que ajudaria no trabalho do mestre com o discípulo.

Além desses autores citados, é possível perceber que, apesar de não referir explicitamente o gramático Amaro de Roboredo, Argote deixa claro ter tido contato com sua obra. No texto introdutório das duas edições da gramática lê-se:

a Lingua Latina he universal em toda a Europa, e necessaria para as occupaçoens da Republica; por isso muytos a aprendem, mas poucos a sabem suficientemente, e raros com perfeçãõ. Em a aprender gastaõ os meninos a mayor parte da Puericia, e ainda da Adolescencia. Para evitar essas demoras, de que procedem graves danos, se tem proposto por alguns Varoens sabios diversos arbitrios. Entre estes o que se tem achado ser mais facil, util e seguro he ensinar aos rapazes primeyro a Grammatica da sua lingua vulgar, e depois ensinarlhes a Grammatica latina: porque assim viraõ a aprendella facil, e brevemente. (Introdução, 1721, 1725)

Como se sabe, no século XVII, Amaro de Roboredo publica um método gramatical para o ensino de línguas, ali defendendo, além da tese da existência de regras universais, que o ensino da gramática da língua materna precedesse o ensino da gramática latina, e que essa fosse ministrada em vernáculo, já que isso facilitaria a compreensão das regras, a aprendizagem dos alunos e reduziria o tempo de estudo. Assim, seguindo essa perspectiva, Argote faz uma referência implícita a Roboredo.

Outra observação acerca dessa obra, diz respeito à sua estrutura. As duas edições das *Regras* foram publicadas em forma de diálogo, utilizando como recurso o discurso direto, ao que Kemmler (Ibid., p. 93) explica que “esse método dialogístico”¹⁰ escolhido para ambas as

¹⁰ Conforme explica Kemmler (2012, p. 93), Schäfer-Prieß (2000, 19-20, *apud* Kemmler, 2012, p. 93) usa o termo *Dialogform* e diz que este tipo de diálogo se encontra em Donato, na *Ars Minor*, bem como em vários gramáticos modernos como Perrotto, Bembo, Valdés e Sciopio.

edições, levam a crer que a obra em questão possa ter as suas raízes numa gramática desse gênero que tenha sido dedicada ao latim como as restantes fontes do gramático”. É certo que Donato (séc. IV d. C.) integra o horizonte de retrospeção de Contador de Argote, ainda que não esteja referido, pois, como consta da gramática, alguns trechos foram tomados quase que integralmente da *Ars Minor*.

Como já mencionado por Kemmler (2012, p. 93) e Schäfer-Prieß (2000, 19-20, *apud* Kemmler, *op.cit.*), a *Arte Menor*, de Donato, se encontra nesse formato, entretanto, diferentemente do gramático latino, Argote apresenta um diálogo conduzido entre o *Mestre* (*M.*) e seu *Discípulo* (*D.*), como se pode ver no trecho a seguir:

Mestre. Em que terra nascestes?
 D. Em Portugal.
 M. Pois logo haveis de saber a lingua Portuguesa.
 D. Sim Senhor.
 M. Dizeyme, e que cousa he lingua Portuguesa?
 D. Lingua Portuguesa são as palavras, e modo de fallar, de que os portuguezes entre si usaõ na pratica, ou conversaçãõ, ou quando escrevem.
 (Argote, 1721, p. 8/ 1725, p. 2)

De acordo com Ceia (2011, p. 97), era comum aos superiores da Casa da Divina Providência a companhia de um assistente que, longe de apenas receber ordens, tinha participação ativa nos trabalhos de seu superior. cremos que a presença de um auxiliar junto ao mestre, na execução de tarefas, justifica a escolha dessas personagens na estruturação dialogada a qual a gramática foi submetida. Desse modo, vemos que o discípulo não representa, portanto, os noviços da Casa da Divina Providência, mas o assistente do mestre, aquele que com a ajuda de seu superior “reflete e encontra as respostas sobre os temas gramaticais a respeito dos quais falam” (cf. Leite, 2011a, p. 668).

1.3 Universal *versus* particular

Ao considerar o objetivo da gramática, exposto pelo próprio autor, de “facilitar aos mininos a percepção, e o uso da Grammatica Latina”, vemos que eram os aspectos coincidentes com o latim os que mais importavam para Argote e não aqueles que contrastavam, pois esses representavam uma dificuldade maior para os alunos. Assim, a fim de confirmar a regularidade entre a língua vernácula e a língua clássica, Argote declara que as *Regras* “contêm a analogia, que se encontra entre a lingua Portuguesa, e a Latina, e hum

methodo fácil, e claro para pelas regras da primeyra conhecer, e praticar os preceytos da segunda” (Dedicatória ao príncipe D. José I, 1725). O fato é que mesmo afirmando a presença do método da comparação entre as línguas, para facilitar o entendimento do latim, Argote não o aplica em sua gramática, ele apenas o alude. Trata-se, pois, de uma comparação dita e não feita.

Entretanto, apesar do objetivo da gramática, Contador de Argote incorpora um conhecimento novo sobre a língua portuguesa, ou seja, apresenta os *idiotismos*, ainda que rejeite a necessidade do ensino desses fatos linguísticos. Ainda no prólogo, Contador de Argote dá notícias da matéria:

a Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porèm no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a maior parte das regras, que contêm, guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as latinas, e as demais, em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente da latina, as reputa como Idiotismo, e assim as deyx para aquelles, que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensão. (Prólogo, 1721, 1725)

Partimos, pois, do pressuposto de que Contador de Argote assume a ideia da universalidade, procurando conformar as regras da gramática do português à gramática latina, e se depara com fatos linguísticos que não podem ser explicados pelas regras do latim. Não conseguindo descrever esses fatos, porque aquela norma ainda não tinha tradição, Argote atribui ao “uso” o reconhecimento do que era próprio da língua portuguesa e deixa a outro gramático a responsabilidade de tratar das características do português.

Como se pode observar, Contador de Argote aborda nas *Regras* o universal e o particular. De um lado, o gramático trata da existência de regras gerais entre as línguas, seguindo a lição daqueles que, anteriores a ele, reconheceram a existência de universais linguísticos, ou seja, “mecanismos necessários e comuns a todas as línguas” (Dubois et al., 2006, p. 316); do outro, mesmo afirmando a filiação latina do português, Argote reconhece a particularidade da língua portuguesa, afastando-a, ainda que inconscientemente, do latim.

1.4 O plano da obra

A estrutura da gramática de Argote segue o modelo repetido nas gramáticas dos vernáculos europeus, ou seja, o modelo greco-latino, tratando das classes de palavras, de sintaxe e de ortografia. Na “parte propriamente normativa” (Leite, 2007, p. 66), D. Jeronymo

Contador de Argote, em um capítulo denominado *Syntaxe figurada*, trata de figuras de construção, ou syntaxe - *elipse, silepse, pleonasmo, hipérbato e idiotismo* -, tendo em vista ser na completude da oração que esses fatos incidem. Dessa forma, Contador de Argote sistematiza e desenvolve a syntaxe da língua portuguesa, já que os gramáticos portugueses anteriores, Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo, ainda que a tenham referido, pouco a tenham desenvolvido.

É somente na segunda edição que Contador de Argote apresenta um sumário, a que chama *Index*, com as matérias da gramática.¹¹ Como é possível observar no exposto que segue, Argote dispõe o conteúdo de forma pedagógica.

Quadro 1- Estrutura da gramática *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina* (1721), segundo nossa organização, pela observação dos itens dos vários capítulos.

PRIMEIRA PARTE	
Capitulo I	Dos nomes, artigos, terminaçoens, & casos, pag. 8.
Capitulo II	Das castas, & diversidade dos nomes, pag. 24.
Capitulo III	Dos Pronomes, pag. 38.
Capitulo IV	Dos Verbos, & das suas pessoas, modos, & tempos, pag. 50.
Capitulo V	Das Conjugaçoens dos Verbos Auxiliares, pag. 62.
Capitulo VI	Das Conjugaçoens dos Verbos Reguláres, pag. 77.
Capitulo VII	Das formaçoens dos Verbos Regulares, pag. 114.
Capitulo VIII	Das formaçoens dos verbos, pag. 115.
Capitulo IX	Das castas dos Verbos, pag. 129.
Capitulo X	Dos Adverbios, Preposiçoens & Conjunçoens, pag. 148.
Capitulo XI	Dos Generos dos nomes, & dos Preteritos dos Verbos, pag. 156.
SEGUNDA PARTE	
Capitulo I	Da Syntaxe, & de suas castas, pag. 161.
Capitulo II	Da Syntaxe de reger, & das regras do Nome, pag. 170.
Capitulo III	Da Syntaxe do Genitivo, pag. 175.
Capitulo IV	Da Syntaxe, & regras do Dativo, pag. 186.
Capitulo V	Da Syntaxe do Accusativo, & das suas regras, pag. 191.
Capitulo VI	Da Syntaxe do Ablativo, & das suas regras, p. 197.

¹¹ Embora o autor não tenha apresentado o sumário na primeira edição, nós o elaboramos para que se possa visualizar a matéria e observar o crescimento do conteúdo gramatical da segunda edição em relação à primeira.

Capitulo VII	Da Syntaxe dos Verbos, pag. 205.
Capitulo VIII	Do revolver as Oraçoens, p. 208.
PARTE TERCEYRA	
Capitulo I	Da Syntaxe figurada, & da primeyra figura, pag. 211.
Capitulo II	Da figura Pleonasmio, pag. 219.
Capitulo III	Da figura Syllepse, pagina 221.
Capitulo IV	Da figura Hyperbaton, pag. 224.
Capitulo V	Da figura Idiotismo, pag. 226.

Quadro 2- Estrutura da gramática *Regras da lingua Portugueza, espelho da lingua Latina* (1725, p. 357-360)

INDEX DOS CAPÍTULOS, QUE contêm esta Grammatica.	
PRIMEYRA PARTE	
CAP. I.	Dos nomes, artigos, terminações, e casos, pag. 1.
CAP. II.	Das castas, e diversidades dos nomes, pag. 20.
CAP. III.	Dos Pronomes, p. 36.
CAP. IV.	Dos Verbos, e das suas pessoas, modos, e tempos, pag. 49.
CAP. V.	Das Conjugações dos Verbos Auxiliares, pag. 62.
CAP. VI.	Das Conjugações dos Verbos Regulares, pag. 82.
CAP. VII.	Das formaçoens dos Verbos Regulares, pag. 131.
CAP. VIII.	Das formaçoens dos Verbos, pagina 132.
CAP. IX.	Das castas dos Verbos, pag. 146.
CAP. X.	Dos Adverbios, Preposições e Conjunçoens, pag. 169.
CAP. XI.	Dos Generos dos nomes, e dos Preteritos dos Verbos, pag. 178.
SEGUNDA PARTE	
CAP. I.	Da Syntaxe, e de suas castas, pag. 184.
CAP. II.	Da Syntaxe de reger, e das regras do Nominativo, pag. 194.
CAP. III.	Da Syntaxe do Genitivo, pag. 200.
CAP. IV.	Da Syntaxe, e regras do Dativo, pag. 212.
CAP. V.	Da Syntaxe do Accusativo, e das suas regras, pag. 217.
CAP. VI.	Da Syntaxe do Ablativo, e das suas regras, p. 224.
CAP. VII.	Da Syntaxe dos Verbos, pag. 233.
CAP. VIII.	Do resolver das Oraçoens, pag. 237.

TERCEYRA PARTE	
CAP. I.	Da Syntaxe figurada, e da primeyra figura, pag. 241.
CAP. II.	Da figura Pleonasmio, pag. 250.
CAP. III.	Da figura Syllepse, pagina 252.
CAP. IV.	Da figura Hyperbaton, pag. 255.
CAP. V.	Dos Idiotismos, pag. 250
CAP. VI.	Das figuras da Dicção, pag. 275
CAP. VII.	Das palavras Enclíticas, pag. 287.
QUARTA PARTE	
CAP. I.	Dos Dialectos da lingua Portugueza, pag. 291.
CAP. II.	Da Construção da lingua Portugueza pag. 301.
	Pratica da regencia da lingua Portugueza, p. 310.
	Carta do Pe. Antonio Vieyra, pagina 311.
TRATADO BREVE da Orthografia.	
CAP. I.	Que cousa seja Orthografia, e das propriedades das letras, p. 341.
CAP. II.	Dos modos, com que se erra a Orthografia, e como se haõ de evitar erros, pag. 347.
CAP. III.	Da Pontuação da Orthografia Portugueza, pag. 351.

Como se pode verificar dos sumários expostos, as duas primeiras partes de ambas as edições são idênticas: a primeira é dedicada ao estudo das classes de palavras e conta com onze capítulos, a segunda que Contador de Argote dedica à sintaxe simples, conta com oito capítulos.

A terceira parte da gramática é dedicada à sintaxe figurada e é a partir dela que as edições começam a distinguir. Aos cinco capítulos da primeira edição, Contador de Argote acrescenta, na segunda edição, um sexto capítulo em que trata das “figuras da Dicção”, e um sétimo no qual trata das “palavras Enclíticas”.

A quarta parte, que consta apenas da segunda edição, tem dois capítulos nos quais Argote trata “Dos Dialectos da lingua Portugueza” e “Da Construção da lingua Portugueza”. Ainda nessa parte, Argote ocupa-se da regência da língua portuguesa, por meio de um exercício prático “acompanhado da análise, apresentada como exercício de uma carta, inédita naquela época, do padre Antonio Vieira” (Leite, 2011a, p. 667).

Ao final, o gramático traz um breve tratado de ortografia que, como mencionado, consta também apenas da segunda edição, com três capítulos, em que dá notícia da ortografia e da pontuação da língua portuguesa.

Sobre o plano da obra, esse inclui, ao lado do estudo dos fatos linguísticos, o estudo da correção, a partir de dois critérios, analogia e anomalia, ou seja, as regularidades presentes na língua portuguesa e o uso. Conforme explica Hackerott (1994, p. 117), Argote “manteve a mesma ordenação dos capítulos da gramática alvarista”, a fim de que o discípulo “conseguisse acompanhar as aulas de Gramática Latina”. O gramático não trata, todavia, de prosódia, como o fez Manuel Álvares, porque o objetivo de sua gramática era mostrar que as regras do português eram semelhantes as do latim, e como ambas as prosódias são diferentes, o gramático não poderia ocupar-se dela.

Argote dedica, então, a primeira parte da gramática ao tratamento das classes de palavras, as quais ele denomina “castas de palavras”. De acordo com Leite (2016, p. 3), o estudo das classes de palavras “tem sido objeto de investigação de gramáticos e linguistas de todos os tempos”, seja para criticá-las ou para explicá-las. Neste caso, faz-se necessário apresentá-las, tendo em vista o conhecimento da obra. Utilizaremos, pois, os critérios de análise das classes de palavras elaborados por Aurox (2009, p. 105-110), a fim de entendermos a classificação feita por Argote, nas *Regras*. Apresentamos, a seguir, o resumo exposto por Leite (Ibid, p. 16) desses quatro critérios e suas respectivas especificidades:

Quadro 3- Quadro-síntese dos critérios de análise das categorias gramaticais elaborados por Aurox (2009, p. 105-110)

CRITÉRIOS	EXPLICAÇÃO
A. Morfológico	A propriedade caracteriza os fenômenos linguísticos a partir de sua estrutura e variações.
B. Semântico	Concerne a toda propriedade que caracteriza os fenômenos linguísticos a partir da sua(s) relação(ões) com elementos não-linguísticos.
	B.1. Psicológico- a propriedade em questão está em relação com a representação das faculdades do espírito.
	B.2. Ontológico- a propriedade em questão se relaciona com a representação da estrutura do mundo e mais geralmente com os objetos do pensamento.
	B.3. Semiológico- a propriedade concerne ao elemento definido enquanto signo de uma espécie ou de outra.

C. Funcional	a propriedade em questão caracteriza os fenômenos linguísticos relacionados com sua inserção em uma unidade superior quer esta seja nomeada quer não.
	C.1. Lógica- a propriedade em questão se relaciona com os termos teóricos da disciplina nomeada lógica: sujeito, cópula, predicado, atributo etc.
	C.2. Sintático- a propriedade em questão se relaciona com uma cadeia linguística mais longa que o tipo de elemento definido.
	C.3. Distribucional- a propriedade concerne à substancialidade e a coocorrência de dois tipos de itens lexicais.
	C.3.1. Paradigmático- a unidade superior considerada não é da natureza da cadeia linguística e/ou se utiliza a substituabilidade.
	C.3.2. Sintagmático- a propriedade é fundada na coocorrência de dois tipos de itens lexicais.
D. Metalinguístico	A propriedade em questão faz referência ao próprio enunciado linguístico
	D.1. Comunicacional- a referência ao enunciado concerne à situação de interlocução.
	D.2. Metagramatical- a propriedade repousa sobre fenômenos que concernem à metalinguagem gramatical.
	D.2.1. Parafrástico- a propriedade consiste em uma paráfrase cujo esquema canônico é construído a partir dos nomes de outras classes de palavras.
	D.2.2. Etimológico- a propriedade corresponde à etimologia proposta para o nome da classe de palavras.
	D.2.3. Didático- a propriedade concerne à atividade mesma do gramático.

Com base nos critérios apresentados, podemos explicar *como* e *porque* Contador de Argote viu as classes de palavras, para encontrar as *causas* que o levaram a fazer suas classificações.

Diferentemente dos gramáticos portugueses anteriores -¹² Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo -,¹³ e seguindo a lição de Donato (século IV d. C.), Argote não

¹² Registramos que todas as citações de Fernão de Oliveira foram retiradas da edição crítica da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), feita por Amadeu Torres e Carlos Assunção, e publicada em Lisboa, em 2007, pela Academia das

considera o artigo e reconhece oito classes de palavras. Vejamos as duas citações nas quais as classes de palavras são apresentadas:

As partes da oração são quantas? Oito. Quais? Nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. (Donato, *Arte menor* *apud* Dezotti, 2007, p. 181)

M. E quantas castas de palavras tem a lingua Portuguesa, e as suas oraçoens?
D. Oyto.

M. Quaes são?

D.Nome, Pronome, Verbo, Participio, Adverbio, Preposição, Conjunção, e Interjeição. (Argote, 1721, p. 8/ 1725, p. 2)

Donato não considera o artigo uma das classes de palavras, porque o latim não o tem como classe, mas como partícula para especificar os seres, e, Argote, tentando regular o português pelo latim, também não o considera, ainda que o artigo seja recorrente na língua portuguesa.

É fato que as definições das classes de palavras mantiveram-se quase inalteráveis desde a sua concepção, no mundo grego, entretanto, como explica Leite (2014, p. 116) “no decurso da história, a apresentação e descrição das categorias linguísticas foram modificadas” seja na forma, seja na ordem de exposição, ou ainda, na descrição, tendo em vista a mudança de perspectiva, de teoria para interpretá-los. No caso de Argote, observamos que as definições apresentadas são um decalque da *Ars Minor* de Donato. Vejamos a apresentação das classes:

I. Parte - Das castas de palavras

1.Nome

Contador de Argote utiliza os critérios semântico-semiológico e semântico-ontológico, além do critério morfológico para definir o nome como “humã palavra, que significa alguma cousa; tem numeros, e se declina por casos” (1721, p. 9/ 1725, p. 2-3). Na tentativa de elucidar o termo *significar* utilizado na definição de nome, Argote afirma que “significar é o

Ciencias de Lisboa; e, que todas as citações de João de Barros foram retiradas da reprodução facsimilada da *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), feita por Maria Leonor Carvalhão Buescu e publicada em Lisboa, em 1971, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹³ Fernão de Oliveira fala em “partes da oração” (cf. Oliveira, 1536, p. 39), destacando o artigo, o nome, alguns pronomes, advérbios e o verbo. João de Barros reconhece “nove partes”: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição (cf. Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 294). Amaro de Roboredo anuncia “cinco partes, de que a oração consta”: nome, verbo, preposição, advérbio e conjunção (cf. Roboredo, 1619, p. 1-2).

mesmo que representar, declarar ou manifestar alguma coisa” (1721, p. 9/ 1725, p. 3) sobre algo ou alguém. Argote apresenta ainda três acidentes para os nomes, quais sejam: número, caso e gênero. Esse acidente de gênero não é mencionado por Argote na definição de nome, entretanto, é reconhecido pelo uso dos artigos *o* e *a*, a ele se antepondo. Vale notar que a definição de nome como *palavra significativa* estabelecida por Aristóteles, no *Da Interpretação* (cf. Neves, 2005, p. 144-146), e referida por Dionísio da Trácia como “parte casual da oração que significa corpo ou ato” (Arte *apud* Martinho, 2007, p. 160), foi repetida por Donato “parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de nome próprio ou comum” (Arte menor *apud* Dezotti, 2007, p. 181), tendo passado para as gramáticas portuguesas sem grandes alterações.

Fernão de Oliveira não define a categoria *nome* nem as outras categorias porque esse não era o intuito de sua obra, entretanto, não deixa de incluir dentro dessa classe o nome substantivo e o nome adjetivo. João de Barros, diferentemente de Oliveira, define *nome* como “aquele que se declina per casos sem tempo, significando sempre algũa coisa que tenha corpo ou sem corpo” (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 299). Roboredo (1619, p. 65), por sua vez, não menciona o critério semântico do nome e define-o como “palavra participante de Numero casual com Genero”. Assim como Fernão de Oliveira, João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 301) e Amaro de Roboredo (1619, p. 66), Contador de Argote (1721, p. 25-6/ 1725, p. 21) inclui na categoria dos nomes, o substantivo e o adjetivo. Além desses, Argote insere nessa categoria os nomes próprios, apelativos, coletivos, relativos, infinitos, pátrios, nacionais, partitivos, numerais, positivos, comparativos e superlativos. No quadro abaixo, visualiza-se melhor como Contador de Argote registrou essa classe de palavras:

Quadro 4- Quadro-síntese da classificação dos nomes e seus acidentes

Nome			
Tipos		Acidentes	
Próprios		Número	singular
Apelativos			plural
Coletivos		Caso	nominativo
Substantivos			genitivo
Adjetivos			dativo
Relativos			acusativo
Infinitos			vocativo
Pátrios			ablativo
Nacionais		Gênero	masculino
Partitivos			feminino
Numerais			
Positivos	ordinais cardinais		

Comparativos Superlativos			
------------------------------	--	--	--

Como se observa do quadro exposto, Argote reconhece o substantivo e o adjetivo como subdivisão do nome. Sobre os acidentes, apesar de não mencionar os gêneros dos nomes, afirmando apenas que o nome “tem números e se declina por casos”, Argote reconhece os gêneros masculino e feminino como recorrentes na língua portuguesa, pois menciona os nomes substantivos *louvor* e *rosa*, e os nomes adjetivos *branco*, *branco* precedidos dos artigos *o* e *a*. Por essa razão, incluímos o gênero nos acidentes do nome.

2.Pronome

Contador de Argote diz que o pronome é “uma palavra, que se poem em lugar do Nome” (1721, p. 38/ 1725, p. 36). Essa definição funcional de ordem distribucional-paradigmática assemelha-se a de Donato, que o define como a “parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa” (Arte menor *apud* Dezotti, 2007, p. 185). Entretanto, essa definição pelo critério distribucional já se encontra na gramática de Dionísio como “palavra empregada em lugar de nome, denotativa de pessoas definidas” (Arte *apud* Martinho, 2007, p. 167). Neves (2005, p. 186) chama a atenção para o fato de que tanto os estoicos quanto Dionísio não distinguem as categorias artigo e pronome, enquanto, Apolônio, sim. Prisciano (séc. VI. d. C.), por sua vez, desenvolvendo a doutrina de Apolônio, distingue os artigos prepositivos, dos quais não dispõe o latim, dos artigos pospositivos, que são o que hoje denominamos de pronomes anafóricos (cf. Baratin et al., 2010, p. 105).

Essa indefinição também aparece na gramática de Argote, quando o *Discípulo* (D.) apresenta os artigos *o* e *a* como pronomes relativos, mas ele logo esclarece a questão:

- M. Não dissestes no capitulo primeyro, que *O*, e *A*, eraõ artigos, como agora dizeis que são Relativos?
D. Humas vezes são artigos, outras Relativos.
M. E quando he que são relativos?
D. Quando trazem à memoria o seu antecedente.
M. Dizey exempo.
D. *Comi peras, e as colhi*. Nesta Oração a palavra *as* traz a memoria o antecedente *Peras*, e faz este sentido. *Colhi peras, e as peras comi*. (Argote, 1721, p. 48/ 1725, p. 47)

Argote apresenta os acidentes de pessoa, número, gênero e caso para os pronomes, dividindo-os em primitivos (pessoais), derivados (possessivos), demonstrativos e relativos, como se verá no quadro a seguir:

Quadro 5- Quadro-síntese da classificação dos pronomes e seus acidentes

Pronome		
Tipos	Acidentes	
Pessoais	Pessoa	1 ^a 2 ^a 3 ^a
Possessivos	Gênero	masculino feminino
Demonstrativos	Caso	nominativo genitivo dativo acusativo ablativo
Relativos	Número	singular plural

Apesar da definição dada por Contador de Argote, observamos que além de substituir o nome (pessoais), os pronomes também fazem referência a ele (relativos), e ainda o acompanham (possessivos, demonstrativos).

Quanto aos conceitos, observamos que a definição dada por Argote assemelha-se àquela apresentada por João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 319), para quem pronome “é ãa páрте da òraçám que se põe em lugar do próprio nome (...)”, mas diverge da definição exposta por Amaro de Roboredo (1619, p. 67), que define pronome como um “nome adjectivo, do qual usamos em lugar de Substantivo Singular, ou Próprio”.

3. Verbo

A análise da definição revela que Argote utilizou o critério semântico-ontológico e o critério morfológico para definir o verbo como “huma palavra significativa, que tem pessoas, numeros, modos, tempos, e não se declina por casos” (1721, p. 50-51/ 1725, p. 50). Essa concepção significativa do verbo já se encontrava em Aristóteles, no *Da interpretação*. Segundo Neves (2005, p.145-146), Aristóteles diz que “o verbo se define como o que acrescenta à sua própria significação a do tempo”, entretanto, afirma que tomado

separadamente, não tem significação e ainda que o verbo “indica sempre alguma coisa afirmada de alguma outra coisa”.

Donato, na *Ars Minor*, também atribui ao verbo um valor significativo. De acordo com o gramático latino, o verbo “é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois” (Arte menor *apud* Dezotti, 2007, p. 189), ou seja, para o gramático, o verbo significa ação ou estado.

Arnauld e Lancelot na gramática de Port- Royal, do mesmo modo, consideram o valor significativo do verbo, declarando ser a principal função do verbo “significar a afirmação” (*apud* Bassetto e Murachco, 2001, p. 81), no entanto, a função significativa do verbo exposta pelos autores diz respeito à proposição, nesse caso à afirmação, e não ao valor significativo da palavra mencionado por Contador de Argote.

Como se pode observar, a definição apresentada por Argote corresponde àquela exposta por Donato, na *Ars Minor*, pois está relacionada ao significado lexical; enquanto a definição apresentada pelos autores franceses assemelha-se àquela oferecida por Aristóteles, já que diz respeito ao significado discursivo do verbo.

Vale notar que dos gramáticos portugueses anteriores, João de Barros e Amaro de Roboredo não atribuem caráter semântico ao verbo, todavia, consideram-no uma parte essencial da oração, tanto que, ao citá-lo, Barros usa a metáfora do jogo de xadrez e põe o verbo como rei, definindo-o como “vóz ou palávra que demóstra obrár algũa cousa, o quá nam se declina, como o nome e pronome, per casos, mas conjuga-se per modos e tempos” (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 324-325); enquanto Roboredo afirma que “Verbo he palavra, que tem Numeros, & Pessoas verbaes com tẽpo” (1619, p. 68). Dessa forma, enquanto Barros reconhece o verbo como uma palavra que denota ação, e que não se flexiona, mas é conjugada por modos e tempos; Roboredo não reconhece o acidente *modo* e descreve o verbo como palavra que indica tempo, apresentando os acidentes de número e pessoa. Assim, conforme a exposição dos gramáticos, o tempo é a característica essencial do verbo.

Ainda a respeito dessa classe de palavras, Contador de Argote trata da conjugação de verbos ativos, passivos, neutros e recíprocos (esses últimos considerados como *idiotismo* do português), dos modos, tempos e pessoas, bem como dos verbos pessoais e impessoais, entre outros. O quadro a seguir permite que se conceba melhor a classificação feita por Argote. Ei-lo:

Quadro 6- Quadro-síntese da classificação dos verbos e seus acidentes

Verbo		
Tipos	Acidentes	
Auxiliares	Pessoa	1 ^a 2 ^a 3 ^a
Regulares	Número	singular plural
Irregulares	Modo	1. Indicativo 2. Imperativo 3. Subjuntivo 4. Infinito
Ativos	Tempo	1. Tempos simples- Presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito, futuro. Tempos compostos- pretérito perfeito composto, pretérito mais que perfeito composto, futuro composto. 2. Presente e futuro 3. Tempos simples- Presente, pretérito imperfeito, pretérito imperfeito segundo, pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito e futuro. Tempos compostos- pretérito perfeito composto, pretérito mais que perfeito composto, futuro composto. 4. Presente, pretérito perfeito e futuro
Passivos		
Neutros		
Recíprocos		

De acordo com Assunção (2000, p. 74), a classificação desses quatro modos verbais (indicativo, imperativo, subjuntivo, infinito) era frequente na época, tendo permanecido até o século XIX. Além dessas formas verbais, Argote ainda considera o gerúndio e o particípio.

4. Particípio

Contador de Argote utiliza o critério morfológico e o critério funcional-sintático para descrever o particípio como “huma palavra, que tem casos, e tempos, assim como, Amado, Lido, &c”, sendo assim chamada “porque tem parte de Verbo; porque tem tempos; e tem parte

de nome, porque tem casos” (1721, p. 61/ 1725, p. 61-62). O gramático destaca, então, dois acidentes para o particípio: tempo e caso.

Quadro 7- Quadro-síntese da classificação do particípio

Particípio	
Acidentes	→ tempo
	→ caso

Esse “caráter misto” (Moura, 2008, p. 352) foi considerado pelos gramáticos gregos, Dionísio da Trácia, “particípio é palavra que participa da particularidade dos verbos e da dos nomes” (Arte *apud* Martinho, 2007, p. 167), e Apolônio Díscolo que “acentua a ligação do particípio com o verbo” (cf. Neves, 2005, p. 183), sendo reforçado pelos gramáticos latinos Donato, particípio “é parte da oração que traz parte de nome e parte de verbo” (Arte Menor *apud* Dezotti, 2007, p. 198) e Prisciano, “os particípios na verdade se restringem para serem construídos tanto como nomes quanto como verbos”¹⁴ (Baratin *et al.*, 2010, p. 181, tradução nossa). Vale notar que esses gramáticos consideravam o particípio uma das classes de palavras e que Contador de Argote faz o mesmo, entretanto, ele se mostra indeciso quanto a essa classificação, pois trata do particípio e do gerúndio de modo conjunto enquanto trata dos verbos, sendo que esse último não aparece como casta. Além disso, por não encontrar argumentos para falar do particípio, afirma que “isto dos participios só na Gramatica latina he que se percebe bem” (1721, p. 61/ 1725, p. 62).

Quanto aos gramáticos portugueses anteriores, João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 294) não define, mas arrola o particípio como classe, seguindo, desse modo, a classificação feita por seu mestre Nebrija (1492), que considera o particípio uma das classes de palavras. Enquanto Amaro de Roboredo não define, nem classifica o particípio como classe, assim como seu mestre Sanchez (1587), mas o descreve como “Adjectivo derivado do Verbo” (cf. Roboredo, 1619, p. 67) e como forma indeclinável que junto a um verbo auxiliar compõe a forma passiva (cf. Roboredo, p. 13, 69). No entanto, ambos citam a forma do particípio passivo - *amado/ lido* (cf. Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 342), e *amado* (cf. Roboredo, 1619, p. 69) -, por ser essa a forma do particípio que permaneceu com função de verbo, no português.

¹⁴ “Les participes en effet se réservent d’être construits aussi bien comme des noms que comme des verbes.”

5. Advérbio

A descrição dessa classe de palavras é apresentada por Dionísio da Trácia, no século I a. C., como “parte de oração indeclinável, a qual é dita acerca do verbo ou é adicionada ao verbo” (Arte *apud* Martinho, 2007, p. 169); por Apolônio Díscolo, no século II d. C., “palavra indeclinável que se predica de maneira geral ou particular aos modos dos verbos e que, sem eles, não pode completar o pensamento” (*apud* Neves, 2005, p. 191), e também por Donato, no século IV d. C., “a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele” (Arte Menor *apud* Dezotti, 2007, p. 196). De modo que como se pode observar, essa definição que aparece já na *Téchne Grammatiké* de Dionísio, passa pelos latinos e chega às gramáticas vernáculares sem alterações.

No caso das *Regras*, Argote descreve o advérbio como “uma palavra, que não tem tempos, nem se declina por casos, e junta a outra palavra determina, e declara a sua significação” (1721, p. 148/ 1725, p. 169). O advérbio é assim identificado com base no critério morfológico, no critério funcional de caráter distribucional-sintagmático e no critério semântico. Assim, como se constata, Contador de Argote acrescenta um elemento novo, “a palavra”, que pode ser o verbo ou o adjetivo, todavia, o verbo sempre está presente, ainda que subentendido. Argote não identifica acidentes para os advérbios, mas tipos “castas” de advérbios. A descrição a seguir apresenta a classificação feita pelo gramático:

Quadro 8- Quadro-síntese da classificação dos advérbios

Advérbio	
Tipos	Exemplos
de lugar	<i>onde, donde, por onde, para onde</i>
de tempo	<i>hoje, a’manhã, hontem, antehontem</i>
de perguntar	<i>porque? porque razão? como assim?</i>
de afirmar	<i>sim, certamente, na verdade, sem duvida</i>
de negar	<i>naõ, de nenhum modo</i>
de mostrar	<i>eis-aqui, eis-alli</i>
de chamar	<i>olà, o, sciô</i>
de comparar	<i>do mesmo modo, da mesma sorte</i>
de quantidade	<i>muyto, pouco, mais, menos</i>
advérbios que são nomes com seu artigo	<i>às escondidas, às claras, à tarde</i>
advérbios que são nomes com	<i>de noyte, de dia, sem duvida</i>

preposição	
advérbios que se formam dos nomes adjetivos	<i>grandemente</i>
advérbios que não se formam dos nomes adjetivos	<i>onde</i>

João de Barros e Amaro de Roboredo também definem o que seja advérbio, no entanto, a definição dada por Roboredo mostra-se mais completa do que aquela exposta por João de Barros. Para o primeiro, advérbio “é ùa das nove pártes da òraçám que sempre anda conjunta e coseita com o verbo e daqui tomou o nome, porque *ad* quér dizer cerca e, composto com *verbum*, fica *adverbium* que quér dizer acerca do verbo” (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 345). Para Roboredo (1619, p. 70) “he palavra que carece de Numero, & Regencia, & altera as outras palavras, a que se ajunta como Adjetivo. Chamase Adverbio porque principalmente se junta ao Verbo, & tambem ao Adjetivo, & Adverbio”. Verifica-se assim que Argote diz o mesmo que Roboredo, pois ambos reconhecem que o advérbio modifica o adjetivo, além de utilizarem na descrição os mesmos critérios, com exceção do critério semântico.

6.Preposição

O estudo dessa classe de palavras também foi feito pelo alexandrino Dionísio da Trácia que a define como “palavra que se prepõe a todas as partes da oração, tanto na composição como na construção” (Arte *apud* Martinho, 2007, p. 169); por Apolônio, “as preposições se colocam diante das outras partes do discurso, ou em composição ou em justaposição (Da Sintaxe, IV, p. 12 *apud* Neves, 2005, p. 190); por Donato, “é a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas” (Arte menor *apud* Dezotti, 2007, p. 202), e, como vemos, continuada pelos gramáticos posteriores.

Para Contador de Argote (1721, p. 150/ 1725, p. 172), a preposição é “huma palavra, que se poem antes das outras palavras, ou junta, ou separada”, como em “*para* Roma” e “Condiscípulo”. Essa definição com base no critério distribucional-sintagmático já havia sido feita por João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 347), a preposição “se põe antre as outras pártes per ajuntamento ou per composiçám”, como em “Eu vou *à* escola” e “Eu *aprovo* tua doutrina”, e, por Roboredo (1619, p. 68), essa classe de palavras “carece de Numero, & rege Casos, a que se antepõe; & faz composição com outra palavra”.

Argote ainda divide as preposições em duas castas, as separáveis “que podem vir separadas de outras palavras, assim como *Para Roma*”, e as inseparáveis “que não podem vir na Oração sem estarem unidas, e juntas com outras palavras”, como em “Refazer” (1721, p. 151/ 1725, p. 172-173). Vejamos o quadro com as preposições citadas por Contador de Argote:

Quadro 9- Quadro-síntese da classificação das preposições

Preposição	
Tipos	
Separáveis	Inseparáveis
<i>alem</i>	<i>re</i>
<i>aquem</i>	<i>de</i>
<i>antes</i>	<i>ex</i>
<i>em</i>	<i>extra</i>
<i>junto</i>	<i>intro</i>
<i>perto</i>	<i>per</i>
<i>por</i>	<i>pro</i>
<i>para</i>	

O gramático também afirma que as preposições separáveis regem acusativo e ablativo, além de mostrar as alterações sofridas pelas preposições *de*, *em*, *por* e *a* quando unidas aos artigos definidos. Vale notar também que as preposições que Argote nomeia inseparáveis são, na verdade, prefixos que no latim funcionavam como preposições.

7. Conjunção

Para Dionísio (Arte *apud* Martinho, 2007, p. 171), conjunção é “palavra que conjunta o entendimento por meio de ordem e que denota o intervalo [entre os segmentos] da expressão”. Donato também trata de conjunção e define essa classe de palavras como “a parte da oração que conecta e ordena a sentença” (Arte menor *apud* Dezotti, 2007, p. 200). Essa definição se estendeu pelas gramáticas posteriores, como se verifica em Contador de Argote (1721, p. 154/ 1725, p. 176) que na descrição da conjunção como “humã particula, que serve de unir o sentido, e palavras da Oração” utiliza o critério funcional-sintático. De acordo com Neves (2005, p. 193), tanto a carga semântica, quanto a função conectiva da conjunção já haviam sido reconhecidas pelos estoicos.

Argote, então, apresenta e define as subclasses de conjunções em copulativas, disjuntivas, causais e condicionais, as quais ele chama “castas”.

Quadro 10- Quadro-síntese da classificação das conjunções

Conjunção		
Tipos	Definição	Exemplos
Copulativas	Atam as palavras com o sentido da oração.	Eu, <i>e</i> Pedro somos Religiosos.
Disjuntivas	Atam e unem as palavras, mas apartam e desunem o sentido.	Pedro, <i>ou</i> Paulo entrou aqui.
Causais	Mostram e significam a causa de alguma coisa.	Como, <i>porque</i> tenho fome.
Condicinais	Fazem o sentido da oração condicional.	<i>Se</i> tiver doente, hey de curarme.

Quanto aos gramáticos portugueses, João de Barros não apresenta o conceito, mas destaca dois tipos: copulativa e disjuntiva (1540, apud Buescu, 1971, p. 355); ao passo que, Amaro de Roboredo define conjunção como uma “palavra, que carece de Numero, & Regencia, & ata as outras palavras” (1619, p. 70). Partindo dos conceitos apresentados, notamos que enquanto Dionísio e Donato afirmam que a conjunção liga sentenças, Roboredo e Argote afirmam que a conjunção liga palavras, o que nos leva a inferir que os gramáticos portugueses não distinguiam, com clareza, as preposições das conjunções.

8. Interjeição

A última classe de palavras referida por Argote é a interjeição. Para o gramático colarense, “Interjeição he huma particula, que mostra os affectos do animo”, como por exemplo, “Ay, que mostra a tristeza, ou angustia, O’ que mostra alegria” (1721, p. 156/ 1725, p. 178). Nesse caso é o critério semântico-psicológico que preside a definição do autor, como de resto os demais, como se pode verificar em Donato (Arte menor *apud* Dezotti, 2007, p. 204), que descreve a interjeição como sendo “a parte da oração que significa um afeto da mente por meio de uma voz confusa”. João de Barros diz que as interjeições expressam “os efeitos da alma” (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 356), entretanto, confere-lhe também função sintática, já que “aparecem no paradigma das declinações dos casos nominais, vocativo e genitivo” (Leite, 2016, p. 18). Roboredo, por outro lado, não trata dessa classe de palavras, porque constrói seu método gramatical com base na teoria de Sanchez de las Brozas (cf. Leite, 2016, p. 19) e não no modelo do Pe. Manoel Álvares.

II. Parte - Da sintaxe simples

Foi Apolônio Díscolo, no século II d. C., o responsável pela “consideração da sintaxe como ponto central da análise linguística”, a partir do estabelecimento de um estudo sistemático e completo da língua grega (Neves, 2002, p. 69). A preocupação deixa de ser, então, a palavra isolada, e passa a ser a sintaxe, ou seja, a ordem e disposição das palavras na oração. No mundo latino, é Prisciano, no século VI d. C., que inicia o estudo de sintaxe traduzindo o termo grego sintaxe para o latim, como “*constructione*”, desenvolvido nos livros 17 e 18 de sua *Arte* “*l’Ars Prisciani*” (cf. Baratin et al., 2010, p. 11). De acordo com o mesmo autor (Baratin et al., 2010, p.11), “a Arte de Prisciano é a primeira obra latina em que a análise da combinação dos constituintes do enunciado aparece como uma parte integrante de uma apresentação global e sistemática da gramática”.¹⁵

Entretanto, apesar do trabalho realizado, notadamente, por Apolônio e Prisciano, o estudo da sintaxe permaneceu submerso durante muito tempo, tendo reaparecido paulatinamente nas gramáticas renascentistas.

Fernão de Oliveira (1536, p. 73) dedica um capítulo de sua obra à “construção”, definindo-a como “composição ou concerto que as partes ou dições da nossa lingua têm entre si, como em qualquer outra lingua”, mas não a desenvolve. João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 349) também dedica um capítulo à “construam das pártes”, definindo-a como a “conveniência entre pártes postas em seus naturaes lugares” e vai além, pois trata de concordância e regência a qual chama “regimento”. Amaro de Roboredo (1619, p. 47) trata da sintaxe, dedicando um capítulo à “composição Portuguesa, & Latina correspondentes, em que se encerra a syntaxe das outras artes”. O gramático apresenta a sintaxe de concordância, denominando-a “concordia”, e a sintaxe de regência, além de apresentar advertências quanto à regência de algumas preposições e ao uso da partícula *que*.

Contador de Argote, por sua vez, trata a sintaxe como “a boa ordem, e disposiçaõ das palavras”, sendo para isso necessário que essas palavras estejam “no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence” (1721, p. 161/ 1725, p. 184). Trata-se, pois, do critério morfológico, do critério funcional-sintático e do critério distribucional-sintagmático. Argote divide a sintaxe em simples e figurada: enquanto a primeira “ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural”, qual seja, o artigo antes do nome, o nome antes do verbo, o caso depois do verbo, e o adjetivo acompanhando um substantivo; a segunda “ensina quando estão bem

¹⁵ “*L’Ars Prisciani est la première œuvre où l’analyse de la combinaison des constituants de l’énoncé apparaît comme une partie intégrante d’un exposé global et systématique de grammaire.*”

ordenadas as palavras, ainda que estejam fóra da ordem natural” (1721, p. 162-163/ 1725, p. 185-186).

Na sintaxe simples, Contador de Argote distingue, assim como João de Barros e Roboredo, a sintaxe de concordância e a sintaxe de regência. De acordo com Argote, a sintaxe de concordância ensina as regras de concordar os verbos com os nomes, ou pronomes, em número e pessoa; e a concordar os nomes adjetivos com os substantivos em gênero, número e caso (1721, p. 163/ 1725, p. 186). Enquanto a sintaxe de regência “ensina em que caso haõ de estar na Oraçaõ os nomes, e em que modos, e tempos haõ de estar os Verbos” (1721, p. 165/ 1725, p. 188).

Entretanto, diferentemente dos gramáticos portugueses anteriores, Argote apresenta regras que dizem respeito à sintaxe da língua portuguesa. Por isso Argote destaca-se como o primeiro gramático português a desenvolver significativamente a sintaxe do português, porque além de apresentar as regras fixas latinas comuns à sintaxe portuguesa e à latina, também descreve a sintaxe da língua portuguesa, gramatizando, assim, esse nível linguístico. Na “sintaxe de concordar”, por exemplo, há regras sobre a relação do adjetivo com o substantivo, do verbo com o nominativo, e dos pronomes relativos com o seu antecedente. Como afirma o próprio autor, essas regras encontram-se também no latim, entretanto, Contador de Argote destaca uma que não concorda com a sintaxe latina e que diz respeito ao uso de participípios. Vejamos:

D. Primeyra regra. Todo o nome adjectivo concorda com o seu substantivo em genero, numero, e caso, ou o substantivo venha na Oraçaõ claro, ou esteja occulto.

(...)

M. E esta regra falta ás vezes?

D. Falta com os participios algumas vezes.

M. Quando?

D. Quando vem nos tempos compostos, com o Verbo Ter.

M. Dizey exemplo.

D. *Nós temos comprado a louça*. Nesta Oraçaõ o adjectivo, e participio *Comprado* não concorda, nem com o substantivo *Louça*: (que são os que podem ser os seus substantivos) não concorda com o pronome *Nós* porque este está no Plurar, e *Comprado* no Singular; não concorda com *Louça*, porque *Louça* he feminino, e *Comprado* está na terminação masculina.

M. E no Latim ha tambem essa irregularidade, e modo de fallar?

D. Naõ, este modo de fallar he barbaro, e procede da lingua Tudesca. (Argote, 1721, p. 166/ 1725, p. 190, grifo nosso)

Assim, na oração “Nós temos comprado a louça”, Argote analisa a não concordância do particípio “comprado” em número com o pronome “nós” e em gênero com o substantivo feminino “louça”, a fim de descrever um fato específico do português.

Na “syntaxe de reger”, Contador de Argote apresenta regras de regência dos nomes, ou seja, regras que ensinem “em que casos haõ de pôr na Oração os nomes” e regras de regência dos verbos, ou seja, regras que ensinem “em que modos, tempos &c. se haõ de pôr na Oração os Verbos” (1721, p. 170-171/ 1725, p. 194-195).

Vale notar que Verney (1746) tece críticas acerca da syntaxe de reger exposta por Contador de Argote. De acordo o autor,

o P. Argote dezemparrou o seu mesmo método, por seguir os erros de Manoel Alvares, e multiplicar regras sem necessidade; asinando regencias falsas: quando tudo aquilo se reduzia, a explicar a regência dos Cazos, polas regras fundamentais; que sam mui poucas. Isto é o que deve cuidar o Mestre: reduzindo as regras, as verdadeiras cauzas da regência: apontando algum particular idiotismo &c. porque isto basta (...). (Verney, 1746, Tomo I, Carta I, p. 13)

As *regências falsas* referidas por Verney são aquelas que dizem respeito à gramática da língua portuguesa, já que a proposta de Argote era dar as regras da língua portuguesa conformadas às do latim, a fim de facilitar a compreensão dessa língua clássica. No entanto, Argote apresenta dentre as regras da syntaxe de regência dos nomes, comuns ao português e ao latim, aquelas relacionadas somente ao português. Vejamos:

1. Regras da syntaxe do nominativo

D. Oytava regra. **Quando na Oração vem hum, ou dous, ou mais nomes, os quaes não são regidos, e estão na Oração, como independentes do demais sentido, se poem em nominativo absoluto.** Esta regras não a ha no latim, porque os taes nomes vão a ablativo.

M. Dizey exemplos.

D. *Posto eu à menza ouvi meyo dia.* Nesta Oração as palavras Posto eu, não são regidas de ninguém, e estão como independentes do demais sentido da Oração, e por isso estão em nominativo (...). (Argote, 1721, p. 174-175 / 1725, p. 199, grifo nosso)

2. Regras da syntaxe de reger o genitivo

D. Nona regra. **O Verbo *Ser*, quando Val o mesmo, que o Verbo *Pertencer*, pede genitivo; quem pertence he nominativo, a quem pertence genitivo.**

M. Dizey exemplo.

D. *He dos moços respeytar aos velhos.* Nesta Oração o Verbo *He* significa *Pertencer*, e tem depois de si genitivo dos moços, que he a quem pertence.

D. Decima regra. **O Verbo *Ser* quando significa *Causar*, pede genitivo; quem causa he nominativo, o que causa he genitivo, a quem o causa he dativo.** No Latim não pede genitivo.

M. Dizey exemplo.

D. *A chuva foy de proveuto aos campos.* Nesta Oração o Verbo *Foy* significa *Causar*, e tem depois de si o genitivo *de Proveyto*, que he o que causa a *Chuva*. (Argote, 1721, p. 182-183/ 1725, p. 207-208, grifo nosso)

D. Decima quinta regra. **O Verbo no Infinitivo muytas vezes serve de genitivo, assim como *He tempo de cear*.** Onde o Verbo *de cear*, que està no Infinitivo, serve de genitivo, e Val o mesmo que *He tempo de cea*. (Argote, 1721, p. 185/ 1725, p. 210-211, grifo nosso)

3. Regras da syntaxe de reger o dativo

D. Terceyra regra. **Os Verbos Neutros muytos pedem dativo, assim como, *Gritar, Argumentar, Peleyjar, &c.***

M. Dizey exemplo.

D. *Gritey aos Soldado, porque fugião.*

M. E como se conhece quando querem dativo?

d. Quando o nome, a que dizem ordem, tem antes de si artigo *ao, a, aos, as, os*, assim como, *Gritey aos Soldados*.

M. Esse caso pòde-se mudar?

D. Algũs Verbos o podem mudar em ablativo com preposição, assim como *Peleyjey com os Soldados, porque fugião*. (Argote, 1721, p. 188/ 1725, p. 214, grifo nosso)

D. Sétima regra. **O Infinitivo do Verbo às vezes serve de dativo, assim como *Estive attento ao ler da sentença*,** onde o Infinitivo *Ler* serve de dativo ao adjectivo *Attento*, e Val o mesmo que *Estive attento a lição da sentença*. (Argote, 1721, p. 189-190/ 1725, p. 216, grifo nosso)

4. Regras da syntaxe de reger o acusativo

D. Quinta regra. **Quando na Oração vem os nomes de lugar de sorte, que correspondem a pergunta *Para onde?* os taes nomes se poem em accusativo com a preposição *para*.**

M. Dizey¹⁶ exemplo.

D. *Vay para a Igreja.* Nesta Oração o nome *Igreja*, està em accusativo com a preposição *Para*, porque vem na Oração correspondendo à pergunta *Para onde*. (Argote, 1721, p. 193-194/ 1725, p. 220, grifo nosso)

D. Oytava regra. **Os nomes de tempo, quando vem na Oração correspondendo à pergunta *Quando*, ou *Em que tempo*, algumas vezes se poem em accusativo.**

M. Dizey exemplo.

D. *Aos dez dias de Mayo succedeo a ruina.* Nesta Oração os nomes *Aos dez dias* estão em accusativo da preposição *A*. Note-se que o *A* aqui he preposição.

¹⁶ Na segunda edição (1725) consta “Dzey”.

M. Quaes são os nomes de tempo?

D. Os que significam o tempo, assim como *Hera, Dia, Mez, &c.* (Argote, 1721, p. 195/ 1725, p. 221, grifo nosso)

D. Decima regra. **O preço muytas vezes se poem em accusativo com a preposição *Por* clara, ou escondida.** No latim não.

M. Dizey exemplo.

D. *Comprey um escravo por cem mil reis, ou custoume o escravo cem mil reis.* Nestas Oraçoens o preço está em accusativo com a preposição *Por*, ou clara, ou escondida.

M. Esta preposição que está escondida pôde-se pôr clara?

D. Sempre não!

M. Dizey exemplo.

D. *Custoume hum escravo cem mil reis.* Nesta Oração a preposição *Por* está escondida, e seria erro polla clara, dizendo *Custoume hum escravo por cem mil reis.* Isto succede muytas vezes na lingua Portugueza em que se devem entender as preposições, e não se podem pôr claras. (Argote, 1721, p. 195-196 / 1725, p. 222-223, grifo nosso)

5. Regras da syntaxe de reger o ablativo

D. Decima regra. **Quando na Oração os nomes de lugar vem correspondendo à pergunta *De que parte?* poem-se em ablativo cõ a preposição *De*.**

M. Dizey exemplo.

D. *Venho de casa.* Nesta Oração o nome *De casa* está em ablativo com a preposição *De*, porque vem na Oração correspondendo à pergunta *De que parte?*

D. Undecima regra. **O espaço do tempo, quando vem na Oração correspondendo à pergunta *Em quanto tempo*, se poem em ablativo com a preposição *Em*.**

M. Dizey exemplo.

D. *Compuz este livro em tres mezes.* Nesta Oração os nomes *Tres mezes* estão em ablativo com a preposição *Em*, porque vem na Oração correspondendo à pergunta *Em quanto tempo?*

D. Duodecima regra. **O Verbo no Infinitivo muytas vezes serve de ablativo, assim como *Com peleyjar se desfaz a contenda*, onde o Infinitivo *Peleyjar* serve de ablativo à preposição *Com*.** (Argote, 1721, p. 201/ 1725, p. 228-229, grifo nosso)

D. Decima quinta regra. **O preço se poem muytas vezes em ablativo com a preposição *Em*.** No Latim sem preposição.

M. Dizey exemplo.

D. *Tayxão este livro em dous tostoens.* Nesta oração o nome *Dous tostoens*, que significa preço, estão em ablativo com a preposição *Em*. (Argote, 1721, p. 202-203 / 1725, p. 230, grifo nosso)

M. E os comparativos, quando são partitivos, que caso pedem na lingua Portugueza?

D. Póde-se dizer que pedem ablativo com a preposição *Que*, tomando esta palavra *Que* por preposição, ou se póde dizer, que não pedem caso.

M. Dizey exemplo.

D. *Pedro he mais douto, que seu irmão*. Nesta, Oração se tomarmos a particula *Que* como preposição, diremos estar em ablativo os nomes *Seu irmão*. Porem não a tomando como preposição, diremos que o comparativo não pede caso, e que os nomes *Seu irmão* estão em nominativo do Verbo *He*, que se torna a entender desta sorte: *Pedro he mais douto, do que he seu irmão*. (Argote, 1721, p. 203-204/ 1725, p. 231, grifo nosso)

6. Regra da sintaxe de reger os verbos

De acordo com Argote, a sintaxe de reger os verbos é a que “ensina as regras, modos, tempos, numeros, e pessoas, em que estão, e se devem por os Verbos” (1721, p. 205/ 1725, p. 233). Nela, Contador de Argote apresenta apenas uma regra que diz respeito somente ao português. Vejamos:

D. Oytava regra. **O Verbo no Infinitivo muytas vezes Val o mesmo, que o Verbo no subjuntivo com a conjunção *Que*.**

M. Dizey exemplo.

D. *Mandey aos Soldados vigiar*. Esta Oração Val o mesmo, que estrouta. *Mandey aos Soldados que vigiassem*. (Argote, 1721, p. 208/ 1725, p. 236, grifo nosso)

Das regras apresentadas, apenas a que diz respeito ao uso do nominativo absoluto, na sintaxe de reger o nominativo, e ao uso de verbos no infinitivo, na sintaxe de reger o genitivo e o dativo, são descritas no capítulo dedicado aos *idiotismos*. As demais, apesar de também serem referidas como regras próprias do português, e por isso aqui expostas, não são descritas por Contador de Argote no capítulo V, da terceira parte da gramática, quando trata dos *idiotismos* da língua portuguesa relacionados à sintaxe de regência.

III. Parte - Da sintaxe figurada

A terceira parte da gramática é dedicada à *sintaxe figurada, ou estilística*. Contador de Argote define-a como “as regras de dispor bem as palavras fora da ordem natural, e por figuras”, ou seja, “contra as regras da Syntaxe simples, porém admitido pelo uso” (1721, p. 211/ 1725, p. 241). Como se observa, Argote reconhece que as palavras que compõem a oração nem sempre seguem um sentido lógico, entretanto, esse tipo de enunciado é recorrente, e, portanto, admitido pelo uso.

Também Arnauld e Lancelot, na *Grammaire de Port-Royal* (1660), e o Pe. Lamy, na *Rhétorique* (1688), autores referidos por Argote, tratam de figuras. Enquanto Arnauld e Lancelot tratam as figuras como irregularidades na gramática, o Pe. Lamy compara as figuras

à linguagem das paixões. Embora os primeiros tratem de figuras gramaticais, ou seja, figuras que incidem nas regras da linguagem, e, o segundo, de figuras de retórica, ou sonâncias, aliteraões de acordo com a cadeia fônica, ambos fazem referência ao uso. De acordo com Leite (2007, p. 41), “o uso era observado e tomado como fonte para a elaboração de ‘fórmulas’ a partir das quais alguém poderia se comunicar mais eficientemente”.

Argote trata não de figuras de retórica, mas de figuras de gramática, ou de estilo. Os cinco capítulos iniciais constam das duas edições e tratam das figuras *elipse*, *pleonismo*, *silepse*, *hipérbato* e *idiotismo*, respectivamente. Vale notar que essas figuras são as mesmas apresentadas por Arnauld e Lancelot na Gramática Geral de Port- Royal (1660), com exceção dos *idiotismos*,¹⁷ o que se justifica pelo fato de essa gramática não tratar do sistema interno do francês.

Além disso, Contador de Argote não apresenta os termos *barbarismo* e *solecismo* para referir-se aos “erros cometidos por ‘demasia’ ou ‘insuficiência’, um e outro configurados como desvios linguísticos - o primeiro no plano da morfologia, o segundo no da sintaxe [...]” (Leite, 2007, p. 55), mas o termo *figura* para referir-se tanto à sintaxe figurada como às figuras de dicção. Vale notar que esse termo é diferente entre a língua clássica e o português. Ademais, sintaxe figurada e figuras de dicção podem incidir tanto no plano semântico (significado, referência) quanto no morfossintático (construção, juntura congruente das partes da oração), configurando-se como figuras gramaticais, não como figuras retóricas. Assim, o termo *barbarismo* é referido por Argote apenas como estrangeirismo, incorporado ao vernáculo através do contato com os povos germanos e sua língua.

M. E esta Grammatica, e modo de fallar pelos compostos do Participio, e Verbo Auxiliar *Ter* he Latina, ou não?
D. Não he Latina, he Barbara.
M. E de que lingua a tomou a Portugueza?
D. Dizem que da Tudesca. (Argote, 1721, p. 77/ 1725, p. 81)

Como se observa, a conservação da *latinitas*, ou seja, do que era próprio do latim, parece ter-se estendido para as línguas vulgares, haja vista a consideração do autor acerca das regras que não tinham procedência latina.

No sexto capítulo, o autor aborda as “figuras de Dicção”, tratando das modificações nas formas das palavras, motivadas pela adição, subtração e comutação de alguma letra. Em

¹⁷ Arnauld e Lancelot justificam o número reduzido de figuras listado em sua obra pela clareza e eficiência da língua, enaltecendo, assim, a superioridade do francês: “Acrescentarei apenas que não existe língua que menos use essas figuras que a nossa, porque ela aprecia particularmente a clareza e expressa as coisas, tanto quanto possível, na ordem mais natural e mais desembaraçada, embora ao mesmo tempo não se deixe superar por nenhuma outra beleza ou elegância” (Arnauld e Lancelot *apud* Basseto e Murachco, 2001, p. 130).

estudo feito sobre “a construção da norma linguística na gramática do século XVIII”, Leite (2011a, p. 670) explica a importância desse tema “para o conhecimento da variação linguística, porque é o uso que modifica as palavras por meio dos referidos processos de alteração fonética das palavras”.

Das figuras apresentadas, as mais recorrentes no português, de acordo com o gramático, são a síncope, ou subtração de letra no meio da palavra usada na segunda pessoa do plural do futuro do conjuntivo (subjuntivo) dos verbos, como *amares* > *amardes*, *escreveres* > *escreverdes*, *admittires* > *admittirdes*; com a segunda pessoa do plural do presente do verbo *haver*, quando faz futuro composto, como *heis* > *haveis* - *Vòs heis de amar* > *Vòs haveis de amar*; com o futuro composto do verbo *dizer* quando vem com os pronomes *me*, *te*, *se*, *lhe*, *nós*, *vós*, *lhes*, como *dir-me-ha* > *dizerme-ha*, *dirte-ha* > *dizerte-ha*; e também em outras palavras, que o uso ensina, como *Pero* > *Pedro*, *Payo* > *Pelayo* (cf. Argote, 1725, p. 279- 280).

De acordo com Argote, a *comutação*, ou mudança é usada “em diversas pessoas e tempos de alguns Verbos irregulares”, assim como *digo* > *diga* > *dizer*, *perco* > *perca* > *perder*; em palavras derivadas, como *prisão* > *prender*; na junção de preposição com artigo, como *em+o* > *no*, *por*¹⁸ > *pelo*; junto com a subtração, nas palavras *cento* > *cem*, *santo* > *saõ*; junto com a figura de adição, *ha de querello* > *ha de o querer*, *a Deos he bom amallo* > *He bom amar a Deos*; além de outras palavras “que o uso ensinará” (cf. Argote, 1725, p. 281- 285).

A recorrência da apóstrofe na língua portuguesa também é referida por Contador de Argote. De acordo com o gramático (1725, p. 285), a apóstrofe ocorre quando há união de duas palavras e a primeira perde um elemento, como em *antontem* > *ante ontem*, ou *Pedralves* > *Pedro Alvares*. Esse processo, conforme Leite (2011a, p. 671), “traduz a tendência da fonética do português europeu de elidir ou reduzir as sílabas pré ou pós tônicas”.

No sétimo capítulo, Argote trata da colocação pronominal, apresentando as palavras enclíticas. Vejamos como o gramático examina a questão:

Mestre. Que cousa he palavra, ou dicção Enclitica?

D. Dicção Enclitica he aquella particula, ou palavra, que perde o seu tom, e o poem na ultima syllaba da palavra antecedente, se he capaz delle.

(...)

M. Dizey exemplo.

D. *Dizme* nesta palavra a particula *Me* se pronuncia com algum geyto, ou diversidade, do que quando pomos a particula *Me*, antes do Verbo *Diz*, e pronunciamos *Me diz*. (Argote, 1725, p. 287)

¹⁸ (...) quando com a preposição *Por* se ajuntão os artigos *O*, ou *Os*, *A*, ou *AS*, muda pela figura Comutação as letras *O*, e *R* em *E*, e *L*, e junta com os artigos faz *Pelo*, *Pelos*, *Pela*, *Pelas*, assim como *Pelo mar*, ou *Por Mar* (Argote, 1725, p. 283).

Contador de Argote explica esse fenômeno linguístico pela entonação, ou seja, pela perda da intensidade na pronúncia da partícula. Leite (2011a, p. 671) ressalta a importância desse capítulo para a historiografia gramatical “por ser a primeira sistematização, para o português, do fenômeno da ênclise e, também, porque registra o fato de a posição da partícula enclítica ser variável para o português europeu, até o século XVIII”.

IV. Parte - Dos dialetos e construção da língua portuguesa

São dois os capítulos que constituem a quarta parte da gramática de Argote. Dedicada aos dialetos e construção da língua portuguesa, essa parte trata de uso linguístico e variação e “volta-se para as diferenças que o autor observou internamente na língua portuguesa, no que diz respeito a diferenças regionais, sociais, temporais, e de profissão”¹⁹ (Leite, 2011a, p. 674).

A variação linguística vem sendo estudada desde os gramáticos antigos, notadamente, Varrão (séc. I a. C.), que “no domínio específico dos estudos gramaticais, tratou de diferenças linguísticas devidas ao uso” (Leite, 2011b, p. 19). No mundo português, Fernão de Oliveira fez algumas observações sobre o uso linguístico, mas foi Argote, 189 anos depois, que apresentou uma organização do sistema variacional do português. Conforme explica Leite (Ibid., p. 20), foi com base neste capítulo “Dos Dialectos da lingua Portugueza” que “José Leite de Vasconcelos, no século XX, desenvolveu o estudo da dialetologia portuguesa e escreveu, em 1901, o *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, obra que orientou inúmeras pesquisas nessa área enquanto se praticou a dialetologia tradicional”, validando, assim, a obra de Contador de Argote.

No primeiro capítulo, dedicado aos “Dialectos da lingua Portugueza”, Contador de Argote conceitua a palavra *dialeto* e descreve os dialetos locais, de tempo e de profissão:

Mestre. Que quer dizer Dialecto?

D. Quer dizer modo de falar.

M. **Que cousa he Dialecto?**

D. He o modo diverso de fallar a mesma lingua.

M. Dizey exemplo.

D. O modo, com que se falla a lingua Portugueza nas terras v.g. da Beyra, he diverso do com que se falla a mesma lingua Portugueza em Lisboa porque em huma parte se usa de humas palavras, e pronuncia, e em outra parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia, não em todas as palavras, mas em algumas. Esta diversidade pois de fallar, que observa a gente da mesma lingua, he que se chama Dialecto.

¹⁹ Diferenças de estilo, entre prosa e verso.

M. E quantas castas ha de Dialectos?
 D. Muytas, mas as principaes são tres.
 M. Quaes são?
 D. Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão. (Argote, 1725, p. 291-292, grifo nosso)

A partir do exposto, vemos que Contador de Argote elucida claramente o que é dialeto, reconhecendo que há diferentes modos de falar ou escrever a mesma língua a depender do local, do tempo, do tipo de texto escrito (prosa ou verso) e ainda de quem o incide (dialeto rústico ou dialeto verdadeiro).

Os dialetos locais são as variações regionais ou diatópicas, ou seja, “he a differença, com que se falla a mesma lingua em diversas terras da mesma nação” (Ibid., p. 292). Contador de Argote elege o dialeto da Estremadura como o padrão em relação ao dialeto falado nas demais regiões: províncias de Entre Douro e Minho, Beira, Algarve e Trás os Montes.

O dialeto de tempo, ou variação diacrônica, “he a diffença do fallar da mesma lingua em diversos tempos”. Esses dialetos são divididos em três: antiquíssimo, “que se usou até o tempo de ElRey Dom Diniz o Sexto de Portugal”; antigo, “que se usou quasi até a perda de ElRey D. Sebastião; moderno, “o que actualmente se usa da perda de ElRey D. Sebastião para cá”. Argote afirma ainda que o dialeto antiquíssimo consta apenas “nos livros, e doações antigas”, e, que esse tinha “muyta parte do Dialecto actual do Minho, Beyra, e Tras os Montes” (Ibid., p. 296).

Os dialetos de profissão que são, por sua vez, as variações diafásicas ou de estilo, são referidas por Contador de Argote como “a differença de fallar a mesma lingua, de q usão os que exercitaõ diversa profissão de fallar” (Ibid., p. 297), divididos em prosaico e poético. O primeiro “he o modo de falar, de que usamos quando dizemos qualquer cousa sem ser em verso, assim como quando fallamos familiarmente, &c”; o segundo, o uso poético “he o modo de fallar de que usamos quando contamos algum successo, ou o escrevemos em verso” (Ibid., p. 297-298). Assim, a diferença entre ambos dá-se não apenas nas palavras, mas na ordem das palavras. Vejamos o exemplo a seguir:

*D.O Sileno buscava
 daquellas que a serra deu bacantes
 Ja que Ninfas as nega ser errantes
 O hombro sem aljava.*

Nestes versos a palavra *Sileno* significa o *Guarda*, *Bacantes* significa *Loucas*, *Ninfa* significa *Mulheres*, *Errantes* significa *Vagabundas*, e a ordẽ

das palavras está toda cõfusa, e ordenada no Dialecto familiar devia ser assim.

Buscava ao guarda daquellas mulheres loucas, que vinhaõ pela serra, pois o naõ trazerem aljava no hombro mostrava naõ serem mulheres vagabundas. Onde se vê que he muyto diversa a ordem, que as palavras tem no Dialecto Poetico, e no de prosa. (Argote, 1725, p. 299)

Argote também observa a existência de dialetos sociais ou variações diastráticas, pois menciona o “modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico, e delle usa a gente ignorante, rustica, e incivil”, e o “Dialecto verdadeyro” (Ibid., p. 299). Esses dialetos, de acordo com o gramático, diferem na pronúncia, nas palavras, e no modo de falar a língua portuguesa, como em *por certo*, a que os rústicos chamam *bofé*; *tostoens*> *tostaens*; *graõs*>*grães*; *vizitar*>*vigitar*; *fizera*>*figera*; *trouxe*>*trouve*; *ouvido*>*ouvisto*; *atreverse*>*estreverse*; *flores*>*froles* (Ibid., p. 300).

O gramático ainda apresenta os “Dialectos ultramarinos”, variedade da língua portuguesa falada em outros continentes, a partir das conquistas de Portugal, como a Índia e o Brasil, que contam com termos das línguas bárbaras e do português antigo (Ibid., p. 300); a “giria”, um tipo de dialeto usado entre os “homens de ganhar”, e o dialeto usado pelos ciganos, entretanto, Argote não exemplifica tais usos.

No segundo capítulo da quarta parte, Argote desenvolve o estudo da “Construção” da língua portuguesa, ou seja, das “regras que ensinaõ a pôr em huma lingua na ordem natural as significacoens daquillo, que em outra lingua, ou Dialecto estava na ordem perturbada, e confusa” (Ibid., p. 303). Trata-se, pois, de uma tradução, seja de uma língua para outra, seja de um dialeto para outro, ou, ainda, de um estilo para outro. De acordo com Leite (2011a, p. 680), “nessa época, considerava-se não somente a variação entre as modalidades da língua (falada e escrita), mas também aquela existente entre os gêneros de uma mesma modalidade (prosaico e poético)”.

Leite (2011a, p. 679) também chama a atenção para a acepção do termo “construção” dada pelo gramático, diferente daquela exposta por Prisciano (séc. VI. d. C), “constructione”, no sentido de ordenação ou construção das palavras na oração. O gramático expõe dez regras, a partir das quais o estudioso poderá trocar e/ou ordenar as palavras na frase, passando da ordem “confusa” para a ordem “direita”, considerando as regras da língua alvo. Cada regra é seguida de um exemplo, e cada exemplo é cuidadosamente justificado pelo gramático, haja vista seu objetivo “mostrar ao principiante a conveniencia, e semelhança entre a Construção latina, e Portugueza, e lhe dar luz para a Construção Latina” (Ibid., p. 309).

Seguindo a ideia de conformar as regras da língua portuguesa às regras do latim, Contador de Argote propõe um exercício para a prática da regência da língua portuguesa, a fim de facilitar a “regencia, e regras da lingua Latina”. Para esse fim, Argote expõe uma carta do padre Antônio Vieira endereçada ao Arcebispo de Braga, D. Veríssimo de Lencastre, e dividindo-a em quatro períodos, examina minuciosamente o primeiro, a fim de que esse servisse de modelo às análises posteriores. Argote justifica, então, a análise feita afirmando que “o primeyro periodo a regeremos com toda a miudeza, para que os mestres vejaõ como haõ de perguntar, e ensinar aos meninos”. Como se vê, trata-se de um modelo a ser seguido.

Durante a análise dos períodos, Contador de Argote identifica dois *idiotismos*: um “muy embaraçado” na frase “o anno passado”, e outro com o verbo *haver*. Sobre o primeiro, o *Mestre (M.)* pergunta e o *Discípulo (D.)* responde:

M. Que cousa he *O*?

D. Aqui *O* não he artigo, ou ao menos serve de preposição; porque ha hũ Idiotismo muy embaraçado nestas palavras, *Com melhor saude, que o anno passado*.

M. E onde està ahi o Idiotismo?

D. Nas palavras, *O anno passado*.

M. E como conheceis que ha ahi Idiotismo?

D. Conheço porque as taes palavras não apparece em que caso estejaõ, nem Verbo, ou preposição, que as reja, nem fazem sentido sem se lhes entenderem outras muytas palavras.

M. E atreveivos a explicar e resolver este Idiotismo?

D. Sim, mas não he para principiantes.

M. Explicay-o e resolvey-o.

D. **A particula *O* aqui he a preposição *No* e se lhe come a letra *N* pela figura da Dicção Apherese.** As palavras *Anno passado* estão em ablativo à pergunta *Quando*, ou *Em que tempo*, e demais ha aqui Ellipse das palavras seguintes. *A saude, que eu tinha*; e assim posta na Oração inteypa, e sem figura pelas regras da Syntaxe simples ha de ser, *Com melhor saude, que a saude, que eu tinha no anno passado*. (Argote, 1725, p. 319, grifo nosso)

Para justificar esse *idiotismo* sintático, Contador de Argote recorre a um metaplasmo, aférese, mas fica claro que reconhece ter havido a elisão da preposição “em” presente pela contração em + o, representada pela nasal “n” na forma “no”.

Sobre a ocorrência do *idiotismo* com o verbo *haver* no sentido de existir, o mestre pergunta ao discípulo:

M. Que cousa he *Ha muyto*?

D. He hum Idiotismo do Verbo *Haver*.

M. Póde-se reduzir à Grammatica Latina?

D. Parece que não. (Argote, 1725, p. 334)

Como se pode observar, o discípulo não explica o uso impessoal do verbo *haver*, nem a elisão do substantivo “tempo” que é típico da língua portuguesa.

Contador de Argote também traz, ao final da segunda edição de sua gramática, um tratado sobre a ortografia da língua portuguesa, composto por três capítulos, o qual denomina “breve”. De fato, D. Jeronymo Contador de Argote não poderia deixar de tratar, ainda que brevemente, da ortografia, já que, como afirma Ceia (2011, p. 92), essa era uma das matérias estudadas na Casa da Divina Providência, de Lisboa.

Na gramaticografia portuguesa, essa matéria vem sendo tomada desde Fernão de Oliveira, porém cada um dos gramáticos portugueses, a depender de seus objetivos, dedicou-se mais, ou menos a este assunto. Conforme explica Buescu,

a Ortografia constituiu sempre um dos problemas mais delicados da gramática. O ortografista encontra-se perigosamente dividido entre a tradição, a etimologia e as realidades fonéticas que se submetem à sua observação. As fontes clássicas para o problema, ou melhor, para a problemática da Ortografia foram, principalmente, Quintiliano, Escauro, Vélío Longo, Varrão e Prisciano. Contudo, os gramáticos do Renascimento depararam, evidentemente, com realidades completamente diferentes das do latim. Por consequência, o apoio dos clássicos que, nos outros capítulos da gramática, havia sido tão forte quanto útil e eficiente, revelou-se praticamente nulo neste aspecto e as principais fontes clássicas gramaticais, se dificilmente poderiam ser abandonadas, foram, contudo submetidas a uma crítica e a sua doutrina a inevitáveis adaptações. (Buescu, 1984, p. 81-82)

Assim, era necessário adaptar as regras ortográficas defendidas pelos gramáticos antigos às realidades ortográficas dos vernáculos, já que os fatos linguísticos em voga eram outros.

O tratado de ortografia vem no final da gramática e é composto por três capítulos: no primeiro, Contador de Argote trata das propriedades das letras; no segundo capítulo, trata dos erros ortográficos cometidos por diminuição, aumento, mudança e/ou transposição de letras, e de como evitar tais erros; no terceiro, apresenta os sinais de pontuação.

De acordo com Argote (1725, p. 343), ortografia “he a arte de escrever as palavras, e Oraçoens com acerto”, ou seja, “com as letras, e pontuação, com que se devem escrever”. Argote toma a letra não apenas como um sinal gráfico, mas também como uma unidade fônica: “he uma figura, que representa o som, que devemos fazer com a boca para a pronunciar” (Ibid., p. 342) e seguindo a lição de Donato,²⁰ apresenta três propriedades das letras: figura, nome e poder ou seja, representação gráfica, designação da letra e som a ela

²⁰ Cada uma das letras tem três acidentes: nome, figura e propriedade. (Donato, Arte menor *apud* Dezotti, 2011, p. 131)

correspondente. O gramático também adverte quanto aos diversos sons que uma mesma letra apresenta. Esquemáticamente, podem apresentar-se do seguinte modo:

Quadro 11- Quadro-síntese das letras e dos sons que elas representam

Letras	Fonemas/ Exemplos		Justificativas
<v>	/v/ Vinha	/u/ Unha	“A letra V, quando he consoante, tem hum som (...); quando he vogal, tem outro som(...)” (Argote, 1725, p. 344)
<c>	/s/ Ceo Cinto Moço Moça Doçura	/k/ Camelo Coco Cura	“A letra C quando pega com a letra E, ou I, tem som da letra S (...); quando pega a letra A, O, V, tem som diverso da letra S (...); quando a letra C pega com A, O, V, e tem por bayxo uma plica, então conserva o som da letra S (...)” (Ibid., p. 344-345)
<g>	/g/ Gato Gosto Magusto	/ʒ/ Gesto Gizar	“A letra G, quando pega com a letra A, O, V, tem hum som (...); quando pega com a letra E, I, tem outro som (...)” (Ibid., p. 345)
<i>	/i/ Tio	/j/ João	A letra I, quando he vogal tem hum som (...); quando he consoante, tem outro(...)” (Ibid., p. 345)
<n>	/N/ Anno Antonio	–	“A letra N, quando vem antes de letra, que não seja vogal, tem quasi o som da letra M, (...), onde a letra N primeyra tem o som de M.” (Ibid., p. 345)
<s>	/z/ Fermoso Rosa		“A letra S em muytas palavras tem o som da letra Z.” (Ibid., p. 345)
<z>	/S/ Voz Noz Foz		“Z no fim das palavras tem o som de S.” (Ibid., p. 345)
	/j/ Outo		“As letras vogaes nos dithongos, assim como Outo, onde a letra V tem o som da letra I.” (Ibid., p. 346).

No segundo capítulo Contador de Argote apresenta quatro modos pelos quais é possível errar a ortografia: por diminuição, eclise> eclipse; por accrescentamento, metter> meter, por mudança, cazo> caso e por transposição, fro> flor. Conforme explica o gramático (Ibid., p. 349), os erros serão evitados pelo conhecimento dos livros da ortografia

portuguesa,²¹ pelo uso, e também pela observação de como se escrevem as palavras. Desse modo, o gramático se refere ao uso registrado nos manuais ortográficos como um modo de conhecer as regras da ortografia. Argote também cita regras que dizem respeito à Ortografia Portuguesa. Vejamos:

M. Dizey algumas, para que não he necessaria a noticia da lingua Latina.

D. Primeyra regra. Todo o nome proprio se deve escrever com letra grande no principio, assim como *Antonio*, *Lisboa*.

Segunda regra. Todas as vezes que acaba a Oração, e faz ponto, e começa outra Oração, deve a Oração, que começa, principiar por letra grande.

Terceira regra. A letra *C* quando vem antes de *A*, *O*, *U*, e se pronuncia como *S*, poem-selhe huma plica em baixo, assim como *Caça*, *Corço*, *Çumo*.

Quarta regra. Antes das letras *B*, *P*, *M*, nunca se poem immediatamente a letra *N*, mas a letra *M* em seu lugar, assim como *Amparo*, *Emmagrecer*, *Ambição*.

Quinta regra. Depois da letra *Q* sempre se poem a letra *U*, assim como *Quem*, *Quando*.

Sexta regra. Nenhuma letra consoante no principio da palavra se poem dobrada.

Setima regra. Nenhuma letra consoante se poem dobrada se não entre duas vogaes, assim como *escritto*, &c. *Honra* escreve-se com *R* singelo, porque não vem entre duas vogaes, *Corra* com *R* dobrado, porque vem entre duas vogaes, e o requiere a pronuncia. (Argote, 1725, p. 350-351)

O gramático utiliza o critério ortográfico e o critério fonológico para a gramatização das normas da ortografia da língua portuguesa, a fim de estabelecer modelos para a forma escrita das palavras.

No terceiro e último capítulo, Contador de Argote trata da pontuação da ortografia portuguesa, já que “o escrever com acerto consiste também na pontuação” (Ibid., p. 351). O gramático menciona sete sinais: vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto, ponto de admiração,²² ponto de interrogação e parênteses, seguidos por regras e exemplos que mostram quando e como usar tais sinais.

Contador de Argote encerra a gramática com a frase latina *FINIS, LAUS DEO, Virginique Matri* (Chegamos ao fim, louvemos a Deus e a Virgem Mãe).

Neste capítulo, apresentamos alguns dados biográficos do autor, contextualizamos o ambiente científico no qual o autor se insere e, também, examinamos o plano da obra sob análise. Passemos agora para a descrição e análise dos *idiotismos* da língua portuguesa.

²¹ Vale notar que desde o século XVI, a língua portuguesa dispunha de tratados ortográficos, como as *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthografia da lingua Portuguesa* (1574), de Pêro Magalhães de Gândavo e a *Orthografia da Lingoa Portuguesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão. No século XVII, destacam-se a *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa* (1631), de Álvaro Fereira de Vera e a *Ortografia da lingua portugueza* (1671), de João Franco Barreto.

²² Ponto de exclamação.

CAPÍTULO 2 - A língua portuguesa nas *Regras da lingua portuguesa, espelho da lingua latina*: os idiotismos

De origem grega, a palavra *idiōtismós* que significa, de acordo com Nascentes (1955, p. 271), “uso próprio de um povo, expressão especial a uma língua”, passou ao latim *idiōtismus*, significando também “estilo familiar”. Para melhor entendermos o conceito do termo, tal como era compreendido no século XVIII, buscamos sua definição em dois dicionários do mesmo século.

Idiotismo. Modo de fallar plebeio. Phrase popular. *Idiotismus. i. Masc.* He palavra Grega. *Senec. Philosoph.* (Bluteau, 1728, p. 30)

Idiotismo; s. m. [...] Modo de fallar, frase, construcção **contraria ás regras da Grammatica Filosofica Universal**, mas **propria de algum idioma em particular**; ou contraria ás regras de uma Lingua, mas propria de alguma Provincia, e nella usada universalmente: v. g. *eu parece-me, por, a mim parece-me, ou parece-me*. Note-se porèm, que os idiotismos são mais raros do que se cuida, sendo universalmente usados; talvez são ellipses v. g. *eu parece-me*; i. é, eu, quando o entendo, parece-me &c. *ha dias*; i. é, o tempo ha decorrido, ou passado dias: *ha homens*; i. é, a espécie humana ha (tem, possue) *homens*: nesta terra *ha boas frutas* (ha a gente, tem a gente) &c. *A mim me parece*, é uma especie de repetição por mais energia, analoga a *vi com estes olhos*; &c. (Silva, 1789, p. 127, grifo nosso).

As duas definições apresentadas trazem posições diversas. Na primeira, Bluteau usa as expressões “falar plebeu” e “frase popular” para referir-se a um tipo de dialeto, usado pelo povo. Na segunda, Silva apresenta outra acepção para o termo, denominando *idiotismo* um modo de falar contrário aos princípios gerais da gramática filosófica, ou seja, às regras comuns a todas as línguas, mas característico de uma língua, ou de um dialeto específico. Também, Beauzée (1767, p. XVII), outro autor do século XVIII, afirma que “os idiotismos são apenas aspectos diferentes dos princípios gerais, ou aplicações diferentes das leis comuns e fundamentais; essas diferenças são limitadas, fundadas na razão, reduzidas a pontos fixos”,²³ ou seja, a certos fatos linguísticos.

Ao analisarmos o conceito de *idiotismo* dado por Contador de Argote, nas duas edições de as *Regras*, vemos que os autores citados dizem o mesmo que ele. Vejamos o diálogo entre o *Mestre (M.)* e o *Discípulo (D.)* a respeito disso:

²³ Les idiotismes ne sont que des aspects différents des principes généraux, ou des applications différentes des lois communes & fondamentales; que ces différences sont limitées, fondées en raison, réductibles à des points fixes. (Beauzée, 1767, p. XVII)

Da figura Idiotismo

- M. Que cousa he Idiotismo?
 D. He o modo de fallar proprio, & particular de alguma lingua.
 M. E quantas castas ha de Idiotismo?
 D. Na lingua Portugueza muytas, & por elas he que differe a latina.
 M. Dizei alguns. (Argote, 1721, p. 226)

A resposta do discípulo quer dizer, nesse contexto, que o próprio da língua portuguesa é o que não se enquadra perfeitamente na regra da gramática latina. Logo, na obra em causa, o que não corresponde ao “espelho da lingua latina” é o que caracteriza a língua portuguesa. O termo “casta” usado por Contador de Argote, para dizer os tipos de *idiotismos*, também é utilizado para distinguir e hierarquizar as classes de palavras, bem como para especificar os fenômenos linguísticos dentro da gramática.

A definição de *idiotismo* que aparece na segunda edição (1725) é bem mais completa e confirma que o *idiotismo* é o fato ou regra que é diferente do que prevê a gramática latina. Nessa edição lê-se:

Dos Idiotismos

- Mestre. Que cousa he Idiotismo?
 D. He o modo particular de fallar de alguma lingua.
 M. E que cousa he Idiotismo da lingua Portugueza?
 D. He o modo de fallar da lingua Portugueza particular de tal lingua.
 M. E neste Capitulo, que entendeis pela palavra Idiotismo?
 D. Entendo todos os modos, e termos de fallar da lingua Portugueza, que não tem conveniencia, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua Portugueza se achem na Grammatica de outras linguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, &c. (Argote, 1725, p. 258).

Como se pode observar, a aceção dada por Silva (1789) assemelha-se à de Argote, pois o gramático colarense já havia concebido o *idiotismo* como o que era característico de uma língua vulgar. Além disso, na segunda edição, há um avanço na metalinguagem do autor, visto que Contador de Argote especifica o modo de falar da língua portuguesa, demonstrando ter tratado com mais propriedade e clareza dos *idiotismos*, em relação ao que havia feito na primeira edição. Tanto isso é verdade que, na segunda edição, afirmou, justificando a inclusão de novos fatos de *idiotismos*: “os Capitulos, que nesta segunda impressão vão acrescentados; que são muyta parte do quinto e todo o sexto da terceyra parte, mostrou a experiencia que eraõ precisos para a intelligencia dos Idiotismos da lingua Portugueza” (Introdução, 1725, p. IX). Assim, Argote demonstra que não apenas conhece os usos, como também compreende as causas do que é próprio do português.

Isso posto, partimos para a descrição e análise dos *idiotismos* da língua portuguesa.

2.1 Descrição e análise dos *idiotismos* - 1ª edição (1721) e 2ª edição (1725)

O capítulo dedicado aos *idiotismos* da língua portuguesa é o quinto da terceira parte, nas duas edições.

Na primeira edição, o capítulo denomina-se “Da figura Idiotismo”, e Argote apresenta quatro *castas de idiotismos*, as três primeiras relacionadas à significação de expressões, e, a quarta, à morfologia. Os *idiotismos* dizem respeito: 1. à significação das palavras; 2. aos particípios passivos significarem como ativos; 3. aos adjetivos significarem como substantivos; 4. aos verbos se porem em lugar de nomes.

Na segunda edição, o capítulo passa a denominar-se “Dos Idiotismos”, e o gramático apresenta nove *castas*, que correspondem: 1. aos artigos; 2. à declinação dos nomes e terminação dos casos; 3. à ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e do adjetivo *tudo*; 4. aos verbos - voz verbal, tempos compostos ativos, infinitivo pessoal, gerúndio, particípio ativo; 5. ao uso de advérbios, preposições e conjunções; 6. à sintaxe de concordância - verbo haver; 7. à sintaxe de regência - regência dos nominativos, nominativo absoluto, regência dos acusativos; 8. à significação de palavras; 9. outros usos.

Como se observa, os *idiotismos* apresentados na segunda edição compreendem além dos aspectos semânticos, aspectos morfológicos e sintáticos da língua portuguesa. Assim, dispostos os *idiotismos* em três grupos - morfológico, sintático e semântico -, de acordo com a aplicação de cada fenômeno linguístico.

Os *idiotismos* serão examinados de acordo com o quadro teórico-metodológico da *História das ideias linguísticas* (Auroux, 2008, 2009), principalmente pela consideração do fenômeno da *gramatização*, ou seja, da descrição e instrumentação de fatos linguísticos do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, no início do século XVIII. Dessa forma, em consonância com o fazer historiográfico, utilizaremos os critérios de análise das categorias gramaticais - morfológico, semântico, funcional e metalinguístico - elaborados por Auroux (2009) para explicar como Contador de Argote tratou desses fenômenos e como fez suas classificações.

2.1.1 Idiotismos morfológicos

Denominamos *idiotismos* morfológicos as particularidades do português que estão relacionadas à estrutura das palavras. Eles dizem respeito: 1. aos artigos; 2. à declinação dos nomes e terminação dos casos; 3. à ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*,

aquilo e do adjetivo *tudo*; 4. aos verbos - verbos usados em lugar de nomes, voz verbal, tempos compostos ativos, infinitivo pessoal, gerúndio, particípio ativo; 5. ao uso de advérbios, preposições e conjunções.

I. Artigos

O artigo é a primeira casta de *idiotismo* apresentada por Contador de Argote na segunda edição de as *Regras*. Sobre esse fenômeno linguístico, o *Discípulo* (D.) afirma:

D. Ha Idiotismos quanto aos artigos.

M. Porque?

D. Porque na lingua Portugueza os nomes commummente antes de si levaõ o seu artigo, e no Latim poucas vezes. (Argote, 1725, p. 259)

Como se sabe, no latim clássico não havia artigo, mas, no latim vulgar, o *ille* - forma nominativa do pronome demonstrativo - foi usado como artigo (cf. Coutinho, 1976, p. 251). Entretanto, os artigos das línguas românicas originaram-se da forma acusativa dos pronomes demonstrativos - *illum*, *illam*, *illos*, *illas*. Williams (1973, p. 144) apresenta a seguinte tabela da evolução do artigo definido na língua portuguesa:

Tabela 1- Evolução do artigo definido na língua portuguesa

latim clássico	latim vulgar	português
<i>illum</i>	*lo	o lo no
<i>illam</i>	*la	a la na
<i>illos</i>	*los	os los nos
<i>illas</i>	*las	as las nas

Embora os artigos não tivessem entrado no paradigma das “castas” de palavras, como vimos no capítulo anterior, Contador de Argote não somente se refere a eles, como os define e os classifica. Para fazê-lo, o gramático utiliza o critério distribucional-sintagmático, definindo-o como “huma palavrinha, ou particula, que se poem antes do nome” e o critério morfológico, já que os artigos “tem numeros, & declinaõ-se por casos” (Argote, 1721, p. 11/ 1725, p. 5). Dessa forma, Contador de Argote (1721, p. 10-11/ 1725, p. 4-5) não apresenta o artigo como uma das classes de palavras da língua portuguesa, mas como uma partícula a partir da qual é possível reconhecer o gênero e o caso ao qual o nome pertence. Como ainda

estivesse preso à estrutura latina Argote, assim como os gramáticos portugueses anteriores, atribuiu casos e declinações aos artigos.

Argote não foi o primeiro a gramatizar os artigos na língua portuguesa. Fernão de Oliveira, em 1536, com o objetivo de afirmar o português como uma língua diferente do latim, reconhece o artigo como uma parte do discurso da língua portuguesa, declarando que “os artigos, na nossa lingua, diversificam ou variam a forma de sua voz em generos, numeros e casos. Em generos, como *o* e *a*; e em numeros, como *os* e *as*; e em casos, como *o*, *do*, *ò* [ao], *o*; *a*, *da*, *à*, *a*; *os*, *dos*, *òs* [aos], *os*; *as*, *das*, *às*, *as*”. O gramático também distingue os nomes dos casos, no latim e no português:

a diferença que têm os casos dos artigos é que no primeiro caso, a que os latinos chamam nominativo e nós lhe podemos chamar prepositivo (...). E no segundo caso, a que os latinos chamam, genitivo e nós assi lhe podemos chamar ou possessivo (...). Mas no terceiro caso, a que nós e os latinos chamamos dativo (...). E no derradeiro, a que os latinos chamam acusativos e nós pospositivo (...). (Oliveira, 1536, p. 62)

E ainda admite as formas da preposição e da contração da preposição com o artigo para distinguir os casos, afirmando que “no começo também temos variação nestes artigos, porque huns casos começam em letra vogal e outros em consoante (...)” (Ibid., p. 62). Como se observa, apesar de tentar afastar o português do latim, Oliveira não deixa de atribuir casos aos artigos, embora reconheça a inexistência de casos no português (cf. Oliveira, 1536, p. 149).

João de Barros apresenta o artigo como uma das nove classes de palavras da língua portuguesa: “ARTIGO é ãa das pártes da òraçám, a quál (...) nam tem os latinos” e explica que,

como da liança e ligadura dos nervos se sostém o corpo, assi do ajuntamento do artigo aos casos do nome se compõe a òraçám, per semelhante exemplo: Dos homens é obrár virtude e das aves avoar. Però, tirando aos homens **este artigo dos** e às aves, **das**, diremos: homens é obrár virtude e aves avoar: que nam póde ser máis confusa linguagem. Per onde claramente vemos que, pera o intendimento ficár satisfeito, **é necessário artigo masculino ao nome masculino e artigo feminino ao feminino, porque nam diremos: Das homens é obrár virtude e dos aves avoar.** (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 313, grifo nosso)

Barros também atribui declinação aos artigos, destacando-lhe a função de, junto aos casos do nome, unir as palavras e o sentido da oração. Vale notar que, diferentemente de Fernão de Oliveira, João de Barros atribui casos aos nomes e isso acontece porque, ao

contrário de Oliveira, Barros quer assimilar o português ao latim. Desse modo, além de unir, os artigos servem para marcar a função dos nomes.

Amaro de Roboredo (1619, p. 2-3) não reconhece o artigo como uma das “partes, de que a oração consta”, pois segue a teoria que Sanchez de las Brozas expôs na *Minerva* (1587) e apresenta cinco classes de palavras (nome, verbo, preposição, advérbio e conjunção), entretanto, o gramático não deixa de tratar do artigo. De acordo com Roboredo (*Ibid.*, p. 47), “a este articulo, *O, A*, que mostra o genero dos Substantivos commûs, a modo da Grega, não responde a Latina com letra algũa; porem quando se pospõï he Relativo, a que responde a Latina com *Is, Ille, &c.*”.

Como se pode ver, os quatro gramáticos destacam o uso dos artigos em suas obras, contudo, apenas João de Barros considera-o uma das classes de palavras. Contador de Argote não o faz, porque é seguidor da doutrina de Donato (séc. IV d. C.), e, como Donato tratava das regras do latim, não tinha de se referir ao artigo. Argote na esteira do gramático latino, não chegou a reconhecer o artigo como uma categoria de palavras da língua portuguesa, e, portanto, não a incluiu na sua lista de castas.

Vale notar que o reconhecimento do *artigo* como uma das classes de palavras já havia sido feito, no século I a. C., por Dionísio da Trácia.²⁴ De acordo com o gramático alexandrino, “As partes da oração, por sua vez, são oito: NOME, VERBO, PARTICÍPIO, ARTIGO, PRONOME, PREPOSIÇÃO, ADVÉRBIO, CONJUNÇÃO” (*Arte apud* Martinho, 2007, p. 159). Vê-se, assim, que, embora Argote seja um gramático importante por ter descrito características específicas do português, não chegou à conclusão de que o artigo constitui uma das categorias dessa língua.

II. Declinação dos nomes e terminação dos casos

A segunda *casta* de *idiotismos* exposta por Argote está relacionada às declinações dos nomes e às terminações dos casos e, conseqüentemente, aos artigos, já que eles são responsáveis pelas duas declinações que ele descreve. Na segunda edição, lê-se:

D. Ha Idiotismos quanto às declinações dos nomes, e quanto ás terminações dos casos.

M. Porque?

D. Porque na lingua Portuguesa só ha duas declinaçoens, como dissemos no Capitulo primeyro da primeira parte desta Grammatica, e no Latim ha sinco.

E porque na lingua Portuguesa todos os casos tem a terminação do

²⁴ De acordo com Neves (2005, p. 157), essa classificação de Dionísio o Trácio representa a tradição da escola de Aristarco, que já havia reconhecido essas oito partes da oração.

nominativo, e no Latim muytos casos não tem diversa terminação do nominativo. (Argote, 1725, p. 259)

Conforme ressalta o gramático, na primeira parte de ambas as edições há uma descrição das duas declinações existentes na língua portuguesa: “a declinação dos nomes, que antes de si tem no Nominativo o artigo *O*, e as dos nomes, que no Nominativo tem antes de si o artigo *A*” (1721, p. 14-15/ 1725, p. 9). Contador de Argote classifica, então, os nomes em masculino e feminino para mostrar que é o gênero que determina a declinação na língua portuguesa. Desse modo, enquanto no latim é a vogal temática que estabelece a declinação dos nomes, influenciando na terminação dos casos; no português, a base que autoriza a declinação é o gênero. Quanto à terminação dos casos no português, Argote afirma que todos têm a terminação do nominativo, seja no singular, seja no plural, já que a terminação do nome não varia de acordo com o caso, sendo sua forma estabelecida pelo uso. (1721, p. 20-22/ 1725, p. 14-17).

De acordo com Contador de Argote, o caso diz respeito à “postura, ou posição do nome” e ainda “he a mudança de letras, que faz o artigo” (Op.cit., 1721, p.12/ 1725, p. 6), o que significa mudança na forma da palavra e que implica na mudança de função (postura e posição). Como se observa nessas definições, Argote utiliza tanto o critério funcional-distribucional de ordem sintagmática, quanto o critério funcional-sintático. Além disso, vê-se também que Contador de Argote não reconhece que haja a contração da preposição (de, a) + artigo (o, a, os, as), mas uma mudança na forma do artigo.

Ao tratar das declinações dos nomes e terminações dos casos, Contador de Argote segue a lição de Oliveira, pois como consta em sua gramática “os nomes se declinam em generos e numeros: em genero como moço, moça; e em numeros, como moço e moços, moça e moças” (Oliveira, 1536, p. 64). Também afirma que os artigos, junto aos nomes declaram seus casos, assim como o latim e o grego, mas com mais facilidade, brevidade e clareza (Ibid., p. 70-71).

João de Barros também descreve o artigo como um especificador, a partir do qual é possível reconhecer o caso e a declinação ao qual o nome pertence. De acordo com Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 314), “Declinaçám, acerca da nossa linguagem, quér dizer variaçám, porque, quando variamos o nome de um caso ao outro em o seu artigo, entám ô declinamos”.

Para Amaro de Roboredo (1619, p. 2), “tem a Portuguesa este articulo, *O*, *Os*, que mostra o genero Masculino dos nomes Sustantivos commûs; & este articulo, *A*, *AS* que mostra o genero Feminino dos dittos Sustantivos. Os quaes articulos he o mesmo que a primeira, &

segunda Declinação puras”. Como se pode ver, de acordo com Roboredo, cabe ao artigo a tarefa de apontar a respectiva declinação a qual o nome pertence, ainda que o gramático afirme haver três declinações²⁵ no português.

É importante destacar que essa concepção do artigo como parte da declinação, apresentada por Argote e pelos gramáticos portugueses anteriores, remonta a Dionísio da Trácia (séc. I a.C.) que, na sua *Téchne Grammatiké*, “define o artigo como a parte declinável do discurso que se coloca antes (artigo protático) e depois (artigo hipotático) da declinação dos nomes” (cf. Neves, 2005, p. 165).

Assim como João de Barros,²⁶ Contador de Argote considera as formas *do*, *de*, e *ao* como artigos. Entretanto, quando apresenta o caso ablativo, o *Discípulo* (D.) reconhece a presença da preposição:

M. E esses artigos em todos os casos são puramente artigos?

D. No caso de Ablativo podemos dizer que são proposições (...). (Argote, 1721, p. 14 /1725, p. 8)

Esse reconhecimento feito por Argote ocorre porque no latim “todo o Ablativo he regido de preposição clara, ou escondida” (Op.cit.,1721, p. 197 /1725, p. 224), e como essa regra era recorrente no latim, não era causa de dúvida, no português.

III. Ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e do adjetivo indefinido *tudo*

A terceira *casta* de *idiotismos* está relacionada à ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e do adjetivo indefinido *tudo*. Vejamos como o gramático trata o tema:

D. Ha Idiotismos nos pronomes *Isto*, *Isso*, *Aquillo*, e no adjectivo *Tudo*, que significaõ por hum modo especial, e não tem plural.

M. Explicay isto.

D. *Pedro tudo quer para si*. Nesta Oração o adjectivo *Tudo* significa por hum modo particular, porque significa muytas cousas, e val o mesmo que se disseramos *Pedro todas as cousas quer para si*; e ao mesmo tempo he singular, e parece não tem substantivo, com quem concorde. E advirtase que ha muyta differença entre o adjectivo *Todo* substantivado, e o adjectivo *Tudo*, porque dizemos v.g. *Este palacio visto por partes não parece perfeyto*,

²⁵ Fernão de Oliveira (1536, p. 56) destaca que “são muitas as maneiras de se declinar as vozes”. João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 314) apresenta duas declinações: “a ùa podemos chamar vogal (...); e a outra consoante”; e, Amaro de Roboredo (1619, p. 2) expõe três declinações: alt-o, alt-a, torr-e.

²⁶ Leite (2007, p. 172-173) trata dos casos e da declinação na gramática de João de Barros.

mas visto o todo delle, està perfeyto, e não podemos dizer *Visto o tudo delle*.
(Argote, 1725, p. 259-260)

Argote considera os critérios semântico “que significa por hum modo especial”, “significa por hum modo particular” e morfológico “não tem plural” para caracterizar esse *idiotismo* da língua portuguesa, mas por não conhecer as regras que regem esse uso, não trata do assunto na primeira parte de ambas as edições da gramática.

Importante é registrar a origem latina desses pronomes demonstrativos, formados a partir das formas neutras *īpsum*, *īstud*, *accy-īllud* que, tendo passado para o português arcaico *esso*, *esto* e *aquelo*, chegaram ao português moderno com as formas *isso*, *isto*, *aquilo*, respectivamente (cf. Williams, 1973, p. 161). De acordo com Nunes, os pronomes *isto*, *isso* e *aquilo*

não admitem plural porque são representantes do neutro latino, que ficaram fazendo as vezes de verdadeiros substantivos, o que já não acontece com os outros, que se devem considerar puros adjetivos e assim seguiram nesse número a regra dos nomes terminados em vogal. (Op. cit., 1975, p. 246)

Para o autor, esses pronomes demonstrativos - *isto*, *isso* e *aquilo* - distinguem-se dos demais - *este (a)*, *esse (a)*, *aquele (a)* - não apenas por serem invariáveis, mas por serem empregados unicamente com valor de substantivo, diferentemente dos adjetivos demonstrativos que, como o próprio termo sugere, tem também função adjetiva, além de flexionar-se em gênero e número.

Argote ainda apresenta o “adjetivo indefinido *tudo*” como um *idiotismo* do português, advertindo que “ha muyta differença entre o adjectivo *Todo* substantivado, e o adjectivo *Tudo*”. De acordo com Williams (1973, p. 162), a forma “tōtum”, de origem latina, chegou ao português moderno como “tudo”. Sobre os termos, *todo* e *tudo*, Ali diz que

o primeiro destes vocábulos, variável em gênero e número, pertence à língua desde os mais remotos tempos; o segundo, invariável, data da literatura quinhentista e substitui o antigo *todo* empregado no sentido de “*tôda a cousa*”. (...). (Ali, 1965, p. 118)

Como consta do exemplo exposto por Argote, “Pedro tudo quer para si”, o pronome *tudo* substitui a locução *todas as coisas*. Apesar de ser classificado pelo autor como um adjetivo, esse termo funciona como um substantivo, pois, é o núcleo do complemento verbal e não determina outra palavra.

Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo não tratam do uso desses pronomes em suas obras.²⁷ Entretanto, de acordo com Ali (1965, p. 100), “o emprêgo de *aquilo*, em lugar de *aquelo*, remonta ao século XVI. Mais antiga é a admissão de *isto*, *isso*; em Fernão Lopes ocorrerem já com frequência estas formas a par de *esto*, *esso*”. Assim, podemos dizer que Argote gramatiza esse fato da língua portuguesa.

IV. Verbos

Os verbos fazem parte da quarta *casta* de *idiotismos* apresentada por Argote. Essa diz respeito não apenas ao uso de verbos no lugar nomes, das vozes verbais e dos tempos compostos ativos, mas também das formas nominais dos verbos. Vejamos como Contador de Argote trata dos temas dessa casta.

1. Verbos usados em lugar de nomes

A quarta e última característica do português apresentada por Argote, na primeira edição da gramática (1721), diz respeito ao uso de verbos em vez de nomes. Nela, o *Discípulo* (D.) afirma:

D. Ha Idiotismos, quanto aos Verbos se porem em lugar de nomes; assim como *Deylhe de cear*, em lugar de *Deylhe a cea*. *Dayme de comer*, em lugar de *Dayme o comer*. (Argote, 1721, p. 227)

Contador de Argote utiliza o critério funcional-distribucional de ordem paradigmática para descrever esse *idiotismo*, que consiste no emprego de um verbo no lugar de um nome substantivo. Almeida comenta uma construção semelhante, enquanto trata do uso do gerúndio latino. Vejamos:

gerúndio indica coisa, uma vez que é substantivo; quem diz, “É hora do almoço” indica que é hora de alguma coisa; quem diz “É hora de **almoçar**” emprega um verbo em lugar de substantivo, e **de almoçar** se traduz pelo genitivo do gerúndio, como se fosse um substantivo perfeito: Hora est prandendi. “Lemos para aprender” (=lemos para um fim, para uma coisa) = Legimus ad discendum. (Almeida, 1997, p. 206)

Pelo o que se observa, as construções apresentadas por Argote também se explicam pelo genitivo do gerúndio. “Deylhe de cear” significa, assim, que lhe dei alguma coisa, no

²⁷ Dos três autores apenas João de Barros emprega o termo pronome demonstrativo, fazendo referência aos pronomes “eu, nós, vós, este, estes”, afirmando que “sam demonstrativos porque cási demóstram a cousa” . (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 320)

caso, “a cea”. Do mesmo modo “Dayme o comer”, sugerindo que estou pedindo algo. Vale ressaltar que Contador de Argote não repetiu esse *idiotismo* na segunda edição da gramática, o que se justifica pelo fato de esse fenômeno linguístico ter explicação na gramática latina.

2. Vozes verbais

Além das vozes ativa e passiva recorrentes no latim, Contador de Argote expõe a voz recíproca como um *idiotismo* da língua portuguesa. Sobre ela, o *Mestre (M.)* pergunta e o *Discípulo (D.)* responde:

M. E ha tambem Idiotismos nos Verbos?

D. Sim.

M. Quaes são?

D. Primeyramente ha Idiotismo nas vozes dos Verbos.

M. Porque?

D. Porque os Verbos no Latim só tem duas vozes, activa, e passiva, e na lingua Portugueza tem quasi três vozes.

M. Quaes são?

D. Voz activa, passiva, e reciproca, que he hum modo de significar quasi como da lingua Portugueza. Como se fora outra voz.

M. Que cousa he essa voz, a que chamaes reciproca?

D. He quando o Verbo significa de sorte, que mostra que a acção, ou significação do Verbo sahe, e torna para a mesma pessoa.

M. Dizey exemplos.

D. *Eu ferime [...]*.

M. E como reciprocaõ os Verbos?

D. Reciprocaõse, accrescentando-selhes os pronomes *Me, Te, Se, Nós, Vós, Se*.

M. Dizey exemplo.

D. *Eu amome, Tu amas-te, Elle ama-se, Nós amamonos, Vòs amaivos, Elles amaõ-se. Eu amavame, &c [...]*. (Argote, 1725, p. 260-261, grifo nosso)

Contador de Argote utiliza o critério semântico-ontológico para classificar o verbo recíproco, indicando que o agente pratica e sofre a ação, e o critério funcional-sintático, apresentando os pronomes e a relação de concordância que eles estabelecem com o verbo.

Antes de expor essa característica do português no capítulo dedicado aos *idiotismos*, Contador de Argote trata dos verbos recíprocos na primeira parte das duas edições, todavia, não apresenta esses verbos como um *idiotismo* na primeira. Isso deve-se ao fato de Argote ainda não conceber de forma clara essa regra da língua portuguesa, embora os fatos já existissem e fossem recorrentes. Sobre esse assunto, o *Discípulo (D.)* afirma:

D. Ha Verbos Reciprocicos.

M. Quaes são?

D. São os que significaõ de sorte, que fazem a acção da pessoa entre, e torne para a mesma pessoa, assim como *Callarse, Levantarse*.

M. E como se conhecem facilmente esses Verbos?

D. Conhecem-se, porque quando fóra da Oração repetimos o seu Infinitivo, ou raiz lhe accrescentamos a particula *se*, assim como *Callarse*, *Doerse*. (Argote, 1721, p. 130-131/ 1725, p. 148)

Além de utilizar os verbos pronominais para mostrar ações concernentes ao sujeito, Argote também reconhece a existência de verbos que não podem ser usados na “voz reciproca”, porque a ação expressa por esses verbos não recai sobre o sujeito que a praticou, assim como “o verbo Leyo, porque não podemos dizer Eu leyome, &c” (Argote, 1725, p. 262).

É importante dizer que a voz recíproca apresentada por Argote, como um *idiotismo* da língua portuguesa, já havia sido reconhecida na língua grega por Apolônio Díscolo (século II d. C.), como voz *média*. De acordo com Neves (2005, p. 181), no *Da sintaxe* (III, 60), Apolônio afirma categoricamente “que o que é próprio do verbo é a alteração da sua forma para expressar as diferenças de tempo e das três vozes, a ativa, a passiva e a média”. No latim, Prisciano trata tanto de reflexividade como de reciprocidade, como se pode ver a seguir:

a 1ª e 2ª pessoa, quando elas não estão associadas com verbos absolutos, ou são reflexivas, ou seja, retornam seu reflexo, ou passam às outras pessoas diferentes: elas são reflexivas, por exemplo em *misereor mei*, *misereris tui* [eu tenho pena de mim, tu tens pena de ti], *noceo mihi*, *noces tibi* [eu me prejudico, tu te prejudicas], *laudo me*, *laudas te* [eu me louvo, tu te louvas]; (...) a terceira pessoa é reflexiva em *ille accusat se* [ele se acusa].²⁸ (Priscien, Livre XVII - Syntaxe 1 *apud* Baratin *et al.*, 2010, p. 193)

é necessário saber que o que se diz também, em grego, com um composto só de casos oblíquos, *allêllôn kêdontai* [eles cuidam um do outro], *allêllois parekhousin* [eles se fornecem um ao outro], *allêlous philousin* [eles se amam um ao outro], significa, em uma relação de reciprocidade necessária, o ato exercido e o ato sofrido por duas pessoas uma à vista da outra, e com um único caso, sem que esse composto não mais possa ser enunciado em nominativo - mas dentro da compreensão do mesmo verbo no nominativo. Em latim, no entanto, em vez do acusativo desse tipo de construção, utiliza-se frequentemente o acusativo plural dos pronomes para todas as pessoas, precedido de *inter*, como Térence no Adelphi: *uideo amare inter se* [eu vejo que eles se amam, Ad. 827-828].²⁹ (Priscien, Livre XVII - Syntaxe 1 *apud* Baratin *et al.*, 2010, p. 225)

²⁸ “La 1re et la 2e personne, quand elles ne sont pas associées à des verbes absolus, ou bien sont réfléchies, c’est-à-dire se renvoient leur reflet, ou bien passent aux différentes autres personnes: elles sont réfléchies, par exemple dans *misereor mei*, *misereris tui* [j’ai pitié de moi, tu as pitié de toi], *noceo mihi*, *noces tibi* [je me nuis, tu te nuis], *laudo me*, *laudas te* [je me loue, tu le loues]; (...) et la même 3e personne est réfléchiée dans *ille accusat se* [il s’accuse].”

²⁹ “il faut savoir que ce qui se dit aussi, en grec, avec un composé aux seuls cas obliques, *allêllôn kêdontai* [ils prennent soin l’un de l’autre], *allêllois parekhousin* [ils se fournissent l’un l’autre], *allêlous philousin* [ils s’aiment l’un l’autre], signifie, dans une relation de nécessaire réciprocité, l’acte exercé et l’acte subi de deux personnes l’une vis-à-vis de l’autre, et cela avec un seul et même cas, sans que ce composé non plus puisse être énoncé au nominatif – mais avec dans le verbe lui-même la compréhension de ce nominatif. En latin en revanche, au lieu de l’accusatif de ce type de construction, on se sert

De fato, a distinção feita por Prisciano entre a voz reflexiva e a voz recíproca é muito clara, pois o que o gramático chama reflexiva é a ação praticada pelo sujeito sobre si mesmo; enquanto na recíproca, a ação se refere aos dois elementos do sujeito, ocorrendo de forma alternada, sobrepondo, assim, a compreensão de Contador de Argote, que trata da voz recíproca como se fosse a voz reflexiva.

O termo utilizado pelos gramáticos portugueses postos no horizonte de retrospectiva de Argote, para descrever o sujeito como um participante da ação, é *reciprocicar*. Enquanto Fernão de Oliveira não trata das vozes verbais em sua gramática, João de Barros e Amaro de Roboredo reconhecem o uso da voz recíproca na língua portuguesa. De acordo com Barros:

nós nam temos estes vérbos [passivos], mas, quando falámos per este módo, tomámos o vérbo em a terceira pessoa do número singulár e este pronome da terceira pessoa, *se*, e, reçiprocando, dizemos: No páço se pragueja fôrtemente. (1540 *apud* Buescu, 1971, p. 327)

Em Roboredo lê-se:

para supirmos esta falta, & nterpretarmos os tempos de outras linguas, usamos hum rodeio de terceiras pessoas passivas feito das activas, & do Accusativo, Se, como movia se, movera se, elle se movesse, mova se &c. Por este rodeio se significa, ou o mesmo agente do verbo, que redobra sobre si, ou outro em commum, & confuso, que responde aos Impessoaes dos Grammaticos [...]. Também estes Accusativos, Me, Te, iuntos aas primeiras, & segundas pessoas fazem o mesmo rodeio de passiva de agente, que reciproca sobre si [...]; como Eu me movia, tu te vestias &c. (Roboredo, 1619, p. 32-33)

Enquanto João de Barros confunde a voz recíproca com a voz passiva, pelo que consta do exemplo citado, Roboredo demonstra bastante entendimento sobre o assunto, pois o explica e o exemplifica. Argote, por outro lado, vai além, porque reconhece a diferença entre ambas. De acordo com Contador de Argote é possível distinguir a voz recíproca da voz passiva observando onde nasce a ação ou qual é a significação do verbo. Vejamos:

M. E como se conhece se a particula *Se* faz o Verbo passivo, ou reciproco?
D. Conhece-se desta sorte. Attenta-se donde nasce a açção, ou significação do Verbo, e se nasce do nome que está na Oração em nominativo, está o Verbo reciprocado; porém se nasce de nome, que está em accusativo co a preposição *Por*, ou Ablativo com preposição, está o Verbo na voz passiva.
M. Dizey exemplo.

souvent de l'accusatif pluriel des pronoms à toutes les personnes, précédé de *inter*, comme Térence dans les *Adelphes*: *uideo amare inter se* [je vois qu'ils s'aiment, Ad. 827-828]."

D. *Pedro pintava se neste paynel.* Nesta Oração a acção de pintar nasce de Pedro, que está em nominativo, e assim o Verbo *Pintava* está reciprocado. Ao contrario nesta Oração *Pedro pintava se neste paynel pelo seu Mestre.* Nesta Oração a acção de pintar nasce, e sahe do Mestre, que está em accusativo com a preposição *Por*, ou *Pelo*, e assim mostra que o Verbo *Pintava* com a particula *Se* está passivo. (Argote, 1725, p. 263-264)

De acordo com o exposto, o aspecto sintático incide sobre o aspecto semântico, haja vista ser possível reconhecer pela pessoa que pratica ação, que poderá estar em nominativo, acusativo, ou ablativo, a classificação do verbo. Argote finaliza, então, essa *casta de idiotismos*:

M. Muyto embaraçada he a Grammatica dos Verbos reciprocados.

D. Sim, e por isso, e porque discorda muyto da Latina, se não deve ensinar aos meninos. (Argote, 1725, p. 264)

Como se pode observar, o assunto ainda era de difícil compreensão tanto para quem ensinava, como para quem estava aprendendo as regras do português. Por isso, por ser “muito embaraçada”, e por não ter semelhança com as regras do latim, a recomendação era que não se ensinasse tal uso aos “meninos”.

3. Tempos compostos ativos

Segundo Contador de Argote, há *idiotismo* incidindo também sobre os tempos compostos ativos:

M. Continuai os Idiotismos dos Verbos.

D. Ha Idiotismos nos tempos compostos activos, como já dissemos no Capitulo sexto da primeyra parte desta Grammatica. (Argote, 1725, p. 264)

Na primeira parte de ambas as edições, no capítulo referido, enquanto trata das regras gerais da gramática válidas para o português e para o latim, o *Mestre (M.)* indaga do *Discípulo (D.)*:

M. E porque só puzestes o Preterito perfeyto composto: *Eu tenho amado*, e não puzestes tambem outro composto, que he *Eu tive amado*?

D. Porque nesta Grammatica quer Um que eu responda ajustando a conformidade do Portuguez com o Latim, para assim se facilitarem os meninos pelas regras da lingua Portuguesa, a aprenderem as regras, e uso da lingua Latina, e estes **Preteritos compostos activos não os ha no Latim**, além de que os mais usados no Portuguez são sòmente os que tenho dito. (Argote, 1721, p. 81/ 1725, p. 87, grifo nosso)

Ao justificar a ausência da forma verbal *eu tive amado* na língua portuguesa, Argote destaca a dupla finalidade de sua gramática: conformar o português ao latim e facilitar a aprendizagem do latim pelas regras da língua portuguesa. Assim, o gramático justifica o não tratamento desse tempo verbal - pretérito imperfeito composto - pelo fato de ele ser inexistente no latim. E se não constava do latim, não havia necessidade de apresentar sua conjugação na língua portuguesa.

Vale notar ainda que embora Argote não apresente a conjugação do pretérito imperfeito composto, ele dá indicação de sua existência na língua portuguesa, o que é comprovado por Said Ali ao mencionar a recorrência da forma verbal “tive cantado” no português antigo, bem como sua queda no português moderno (cf. Ali, 1964, p. 73).

4. Infinitivo pessoal

O infinitivo pessoal foi gramatizado na língua portuguesa, no início do século XVII, por Amaro de Roboredo, no *Methodo grammatical para todas as linguas*. Nessa obra, Roboredo reconhece um novo uso do infinitivo, o *flexionado*, distinguindo-o, assim, do infinitivo impessoal, recorrente também no latim. De acordo com o autor, “tem finalmente a Portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendoo fez pessoal & delle carecem as linguas, de que tenho noticia, *Como eu amar, tu amares, elle amar. Pl. Nos amarmos vos amardes, elles amarem*” (1619, p. 33). Como se observa, essa particularidade da língua portuguesa é descrita por Roboredo como um fato linguístico modificado em função do uso.

Contador de Argote também descreve essa característica marcante do português. Sobre ela, o *Discípulo (D.)* afirma:

D. Ha Idiotismos tambem no Infinitivo, porque na lingua Portugueza o Verbo no Infinitivo serve não só de nome, mas tem tempos, numeros, e pessoas, e no Latim o Infinitivo, posto que sirva de nome, com tudo nunca tem artigo, numeros, nem pessoas.

M. Dizey exemplo.

D. *O eu ler a miude me faz mal aos olhos. O tu leres a miude te faz mal aos olhos. O elle ler a miude, &c. O nós lermos a miude, &c. O vós lerdes a miude, &c. O elles lerem a miude, &c.* Nas quaes Oraçoens o Verbo Ler, Leres, &c está no Infinitivo, tem artigo, pessoas, e numeros. Da mesma sorte podemos dizer no tempo preterito. *O eu ter lido a miude, o tu teres lido a miude, &c.* Da mesma sorte no tempo futuro. *O eu haver de ler a miude. O tu haveres de ler a miude, &c.* (Argote, 1725, p. 266)

Argote descreve o infinitivo pessoal pelo critério funcional, destacando a função nominal do verbo, e pelo critério morfológico, por meio da flexão em pessoa, número e tempo.

De acordo com Williams (1973, p. 185) a forma flexionada do infinitivo “se deriva do imperfeito do subjuntivo do latim clássico”. Essa teoria defendida, a princípio, por Wernekke, Mohl, e, posteriormente, por Gamillscheg, José Maria Rodrigues e Carolina Michaëlis foi precedida pela teoria defendida por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos (cf. Williams, 1973, p. 186-188/ Coutinho, 1976, p. 279), “que viam no infinitivo pessoal uma criação vernácula, surgida por analogia” (cf. Melo 1971, p. 177), a partir do infinitivo impessoal.

A existência, pois, do infinitivo flexionado com a presença de um sujeito envolvido na ação, diferentemente do infinitivo inflexionado, cuja ação não se relaciona a nenhum sujeito, é referida por Melo (Ibid., p. 171), como “o mais importante idiomatismo morfológico e sintático da língua portuguesa”, recorrente apenas no português, no catalão e no mirandês.³⁰ Ainda segundo o autor, seu uso “é antiquíssimo [...], figurando já num texto latino-bárbaro do século X, portanto desde antes da separação do galego - português (...)”.

Por ser o infinitivo pertencente às formas nominais do verbo, ele é classificado como um substantivo verbal com flexão de gênero, número e caso, sendo por isso considerado um *idiotismo* da língua portuguesa: por apresentar, além da flexão nominal, flexão verbal de pessoa, número e tempo. Isso ocorre, segundo Melo (Ibid., p. 172), pelo fato de as formas nominais do verbo encerrarem “um encontro entre verbo e nome, já que elas são substantivos ou adjetivos impregnados de certas categorias especificamente verbais”.

Contrário ao uso do infinitivo impessoal, no qual se considera a ação, fazendo referência somente ao ato em si, o infinitivo pessoal ocorre quando há a intenção de “individualizar a ação” (cf. Ali, 1965, p. 342), ou seja, destacar o sujeito. E como se pode observar, o discípulo manifesta, nos exemplos expostos, a pretensão de enfatizar o sujeito: “*O eu ler a miude me faz mal aos olhos, O tu leres a miude te faz mal aos olhos*”.

Além desse, outro *idiotismo* ainda pertencente ao grupo dos verbos foi apresentado por Contador de Argote: o gerúndio.

5. Gerúndio

Argote apresenta a forma do gerúndio em *-do* como uma particularidade do português, entretanto, João de Barros e Amaro de Roboredo já haviam apresentado o uso do gerúndio em *-do*, na língua portuguesa. Enquanto Barros destaca a forma ablativa do gerúndio, por ser essa

³⁰ Segundo Melo (1971, p. 171), “ só possuem essa forma verbal, além do português, o galego e o mirandês. No entanto, convém notar que o fenómeno originariamente é o mesmo, porque o galego e o português foram até o século XII, uma só língua e o mirandês, linguagem local da terra de Miranda, em Portugal, embora seja mais próximo do leonês que do português, geograficamente é contíguo à área primitiva deste. Além disso, vale assinalar que o leonês medieval apresenta infinitivo flexionado. Trata-se, pois, de simples continuidade histórica”.

a forma que o português herdou do latim (cf. Ali, 1965, p. 146), “nós conjugamos os nossos verbos per estes discursos: pelo primeiro, presente, pretérito, gerúndio do ablativo, e per o particípio do pretérito (...)” (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 332); Roboredo descreve-o como um dos modos de formar a voz passiva, “na Portuguesa não ha mais voz Passiva, que o Participio, & Gerundio em, Do.” (Roboredo, 1619, p. 13); e Argote destaca a forma una do gerúndio português, distinguindo-o das formas latinas. Vejamos como o *Discípulo* (D.) examina a questão:

D. Ha Idiotismos nos Gerundios.

M. Porque?

D. Porque na lingua Portugueza só ha hum Gerundio, que he o Gerundio em *Do*, assim como *Amando*, e no Latim ha tres Gerundios, hum em *Di*, outro em *Do*, outro em *Dum*, para explicar os quaes se serve a lingua Portugueza da voz do Infinitivo com alguma preposição, assim como *De amar*, *para amar*, &c. (Argote, 1725, p. 267-268)

Como reconhece apenas a forma do ablativo em *-ndo*, e com uma função diferente do gerúndio latino, Argote classifica-o como um *idiotismo*. Na primeira parte das duas edições da gramática, Contador de Argote descreve esse fenômeno linguístico:

M. E que coisa he Gerundio?

D. Gerundio he uma palavra do modo Infinito, que por si só significa indeterminadamente, mas tem hum tal geyto de significar, que tira a obrar o que se diz, assim como *Amando*, *Lendo*, &c.

M. E que quer dizer Gerundio?

D. Gerundio quer dizer operativo; porque se deriva do Verbo Latino *Gero* que significa *Obrar*. (Argote, 1721, p. 61/ 1725, p. 61)

Argote utiliza o critério morfológico para caracterizar a forma do gerúndio em *-do*, combinando-o com o critério semântico e com o critério metalinguístico de caráter metagramatical-etimológico, ao apresentar não apenas a forma do vocábulo, como também sua significação e origem. Enquanto trata do que caracteriza o gerúndio como uma particularidade do português, Argote confirma a definição de *idiotismo* exposta no início do capítulo em estudo, segundo o qual os *idiotismos* são modos de falar, bem como termos próprios da língua portuguesa, sem nenhuma relação com o latim (cf. Argote, 1725, p. 258). Vemos, assim, que o gramático expõe os fenômenos linguísticos que são recorrentes no português, ainda que não seja capaz de estabelecer as causas e dar as regras para o uso desses fenômenos.

No entanto, como se observa, Contador de Argote tenta regular as regras do português pelas regras do latim, pois, ao afirmar que a explicação do uso do gerúndio é feita a partir do

infinitivo, precedido por uma preposição, o gramático apresenta as formas *de amar* e *para amar*, que correspondem à tradução dos casos genitivo *amandi* e acusativo (*ad*) *amandum*, do gerúndio latino (cf. Câmara Jr., 1979, p. 126/ Almeida, 1997, p. 205). O que permanece, todavia, no português do gerúndio latino, como vimos, é apenas a estrutura do caso ablativo - *amando* -, cuja significação corresponde ao particípio do presente latino. De acordo com Câmara Jr.,

em português, como em outros domínios românicos, o gerúndio do ablativo substituiu o emprego que fazia o latim clássico do particípio presente no chamado “ablativo absoluto”: um adjetivo verbal com seu sujeito próprio em subordinação a um verbo de indicativo com seu outro sujeito. Daí, uma frase como - “*regnante illo Tarquinio* (sucedeu)” - corresponder em português a: “*reinando então Tarquinio*, (...)”. Ao mesmo tempo, o português adotou a substituição do particípio presente pelo gerúndio no ablativo, que aparece em latim vulgar e se rastreia na própria língua literária (cf. em Tácito - “*assurgens et populando...*”, “*invadindo e devastando...*”, com um particípio presente e um gerúndio-ablativo, lado a lado, na mesma função) (Grandgent, 1928, 89). (Câmara Jr., 1979, p. 137)

Ali (1965, p. 146) ressalta ainda que o gerúndio na língua portuguesa “tem aplicação muito mais ampla que em latim, fazendo as vezes do particípio do presente”. É sobre esse fenômeno linguístico que o próximo *idiotismo* apresentado por Contador de Argote diz respeito.

6. Particípios ativos

Ainda na casta dos verbos, Contador de Argote trata de particípio ativo. Sobre esse tema, o *Discípulo* (D.) declara que

D. Ha Idiotismos nos Participios activos.

M. Porque?

D. Porque na lingua Portugueza o Gerundio em *Do* quando leva adiante de si os pronomes *Eu, Tu, Elle, Nós, Vós, Elles*, serve de Participio activo, e tambem muytas vezes, ainda que não leve diante os taes pronomes, v. g. *Vendo eu o sucesso, chamey a Pedro*. Onde o Verbo *Vendo* está no participio activo. Da mesma sorte *Soprando o vento se alterou o mar*. Onde *Soprando* he participio activo. (Argote, 1725, p. 268)

Contador de Argote utiliza o critério morfológico e o critério funcional de caráter distribucional-sintagmático para explicar esse *idiotismo* que, como se pode observar, está relacionado ao *idiotismo* anterior. Embora reconheça a distinção entre o gerúndio latino e o gerúndio português, distinguir e usar o particípio ativo e o gerúndio português ainda é

duvidoso. Isso se justifica pelo fato de o gerúndio ser usado no português de modo semelhante ao que era no latim, ora como verbo, ora como adjetivo, sendo que a característica de concordar com o substantivo a que se refere, é própria do particípio presente, no latim (cf. Almeida, 1997, p. 204). Nunes descreve a origem desse fenômeno linguístico, como se pode ler no trecho a seguir:

do caso acusativo como nos nomes, proveio esta forma verbal, que, por analogia com a dos verbos das outras conjugações, nos quais ao tema se juntava o sufixo *-nte*, perdeu igualmente o *-e* que, antes deste, havia nos da quarta conjugação latina. **Nesta língua, o particípio do presente, embora por vezes se usasse com a significação de verbo e em sentido idêntico ao do gerúndio, na maioria das vezes valia por adjetivo. Isto explica o duplo papel que ele desempenhou no português, no qual nos aparece já como verbo e portanto invariável, já como adjetivo, em concordância com o nome a que se referia,** e ainda nesta última qualidade, a sua passagem por vezes à classe dos substantivos. De uso frequente na língua arcaica, o particípio do presente acabou por desaparecer, como tal, suplantado decerto pelo gerúndio, com que por vezes se confundia no seu emprego, e passou a ser tido como simples adjetivo, deixando contudo vestígios do seu primeiro emprego”. (Nunes, 1795, p. 303, grifo nosso)

Assim, por não distinguir com clareza ambos os fenômenos é que Contador de Argote atribui ao gerúndio a função de particípio ativo.

Dos gramáticos portugueses anteriores, Barros distingue gerúndio e particípio passivo, ao examinar as conjugações dos verbos citando entre outros “discursos”, o “gerundio do ablativo” e o “participio do preterito”, afirmando que todos se conjugam na voz ativa, “tirando o participio que é formado na passiva” (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 332). Amaro de Roboredo (1619, p. 32, 191) também distingue gerúndio e particípio passivo, além de citar o particípio ativo, mas para falar dos particípios ativos latinos. Ainda sobre esse assunto, Pereira afirma que

o particípio ativo coincide etimológica e morfológicamente com o gerúndio, e dêle só se distingue funcionalmente: o particípio tem função de um adjetivo verbal e o gerúndio a de um substantivo. No latim, como no velho português, este particípio era constituído pelas formas em *-nte* (*amante, movente, pedinte, ponente*) [...]. No português moderno, porém, tais formas passaram para a categoria de meros adjetivos ou substantivos, e foram substituídas pelas formas gerundiais (*-ndo*). Apenas em algumas frases feitas, como *- temente a Deus, não obstante isso, salvante o caso*, conservam ainda tais formas seu valor participial. Arcaizado o particípio presente, passou o gerúndio a exercer suas funções. (Pereira, 1934, p. 356-357)

Como vemos, muitos autores trataram o problema da relação entre o gerúndio e o particípio ativo, entretanto, vale destacar que Argote tenta distingui-los a fim de estabelecer as regras da língua portuguesa.

V. Advérbios, preposições e conjunções

O quinto grupo de *idiotismos* do português apresentado por Argote diz respeito aos advérbios, preposições e conjunções. Na segunda edição, lê-se:

D. Ha Idiotismos nos adverbios, preposiçoens, conjunçoens, &c. que o uso facilmente ensina, e se percebem cõ facilidade. (Argote, 1725, p. 268)

Ao apontar particularidades do português nessas classes de palavras, Contador de Argote mostra-se bastante conciso, porque não as descreve enquanto trata dos *idiotismos*, no entanto, confere ao falante a capacidade de reconhecê-las pelo uso. Por isso, o gramático não deixa claro que características do português estão relacionadas à essas castas, mesmo na primeira parte das duas edições, enquanto trata do assunto. Há, contudo, indicações, no texto da gramática, que nos levam a inferi-las, como se pode ver a seguir:

1. Advérbios

Sobre essa classe, vimos, no primeiro capítulo desta dissertação (p. 38-40), que os gramáticos clássicos e o gramático português João de Barros não distinguiam o componente *adjetivo* na formação dos advérbios, mas Roboredo e Argote, sim. Desse modo, para exemplificar os advérbios, Barros apresenta além dos exemplos conformados “à ordem dos Latinos”, aqueles que caracterizam o português, ou seja, o advérbio formado do adjetivo com a partícula *-mente*:

per outra maneira soprimos gram diversidáde de avérbios, ajuntando a um nome ajetivo feminino ésta palavra *mente* e dizemos: boamente, màmente, escas[s]amente, grandemente, etc., que quér dizer boa, má, escas[s], grande vontáde. (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 347)

Amaro de Roboredo (1619, p. 70), que já havia reconhecido que o advérbio é assim denominado porque pode juntar-se ao verbo, ao adjetivo, e ao próprio advérbio, afirma que “Na Portuguesa como são poucos os Simples usamos de compostos: dos quaes acabão muitos em mente, como *Altamente*”. Argote também apresenta advérbios que são formados da junção da forma feminina dos adjetivos com a partícula *-mente*:

D. Ha Adverbios, que se formão dos nomes adjectivos, e adverbios, que não se formão dos nomes adjectivos.

M. Dizey exemplos.

D. *Grandemente*. He Adverbio, e formase do adjectivo grande, e da particula *mente*. Onde não se forma.

M. E como se formão os Adverbios dos adjectivos?

D. Formão-se ordinariamente dos adjectivos na terminação feminina, accrescentandolhe a palavra *mente*.

M. Dizey exemplo.

D. *Claramête*, forma-se do adjectivo *Clara*, e da particula *mente*, que se lhe accrescenta. (Argote, 1721, p. 150 /1725, p.171-172)

Como se observa, Argote referia-se a esses advérbios quando refletia sobre as particularidades do português, entretanto, essas formas já se encontravam, de acordo com Coutinho, no latim vulgar. Conforme o autor,

usou longamente o latim vulgar duma locução que consistia em se ajuntar a um adjectivo qualquer no feminino a palavra *mens, tis* (espírito) no caso ablativo. Encontram-se vestígios dela em bons escritores latinos: *mente ferant placida* (Ovídio, Met, XIII, 214); *bona mente factum* (Quintiliano, Ist. Orat., V, 10, 52). Dessa locução surgiu o novo processo de formação de advérbios de modo que se radicou nas línguas românicas. (Coutinho, 1976, p. 264)

Ainda sobre esse fato linguístico, Leite de Vasconcelos (1926, p. 183 *apud* Coutinho, 1976, p. 264) diz que, em português antigo, essas locuções apresentavam-se separadamente: “*mente* na sua qualidade de substantivo, e o adjectivo correspondente, por exemplo, *cortês mente (...)*”, mas, posteriormente, a significação de *-mente* com valor de substantivo caiu, tendo emergido como sufixo derivativo (cf. Ali, 1964, p. 183).

2. Preposições

Sobre as preposições que se configuram como *idiotismos*, o próprio gramático apresenta as que dispõem de alguma particularidade. É sobre essas que o *Mestre (M.)* interroga o *Discípulo (D.)*:

M. E ha algumas Preposições, que tenham alguma particularidade?

D. Sim.

M. Quaes são?

D. Estas *De, Em, Por, A*.

M. Que particularidade tem a Preposição *De*?

D. Tem a particularidade, que na apparencia muda de letras, tem numeros, e terminação, humas vezes masculina, outras feminina, humas vezes diz *De*, outras *Da*.

M. E porque dizeis que isto he na apparencia?

D. Isso he embaraçado, e não he para os principiantes.

M. E que particularidades tem a Preposição *Em*?

D. A Preposição *Em* muytas vezes se muda nestas particulas *No, Na, Nos, Nas*.

M. Dizey exemplo.

D. *Vive em sua casa. Vive na sua casa. Vive em o seu cazal. Vive no seu cazal.*

M. E que particularidade tem a Preposição *Por*?

D. A Preposição *Por* muytas vezes se muda nas particulas *Pelo, Pelos, Pela, Pelas*.

M. Dizey exemplo.

D. *Veyo por mar, ou veyo pelo mar.* (Argote, 1721, p. 152-153/ 1725, p. 173-175)

Nesse caso, como se pode verificar, o *idiotismo* diz respeito à composição das preposições com os artigos. Uma das características das preposições apresentadas por Argote é a variação em gênero e número, quando essas são unidas a artigos definidos. Entretanto, é a preposição *A* que Argote afirma ser a “que na lingua Portugueza tem mais dificuldade para fazermos os seus casos semelhantes à Grammatica Latina” (Argote, 1725, p. 175). Diante de tal afirmativa, percebe-se que o objetivo de estabelecer os pontos de contato entre o português e o latim se repete. Ainda de acordo com o gramático, a preposição *A* tem a particularidade de sobrepor as preposições *para, por, com* e *em*, como consta dos exemplos a seguir:

Fuy a Roma, Fuy Para Roma. Deylhe a beber água, ou para beber. (...) O arratel de uvas val a dez reis, ou por dez reis. (...) Morro a fome, de fome, ou com fome. (...) Foy-se ao pòr do Sol, (...) Foy-se no pòr do Sol. (Argote, 1721, p. 153/ 1725, p. 175)

Mesmo quando busca caracterizar o vernáculo, Argote assimila as regras do português às regras latinas, justamente por serem as regras latinas já gramatizadas e, portanto, conhecidas, ao contrário das regras do português.

Ainda sobre as preposições *de, a, em* e *por*, Câmara Jr. chama a atenção para “o mecanismo de variação fonológica e aglutinação” que afeta essas preposições na língua portuguesa. Às primeiras, o autor apresenta uma explicação descritiva e uma histórica, como se pode ler no excerto a seguir:

com *de* opera a regra morfofonêmica geral da supressão da vogal átona final, quando se adjunge uma nova forma vocálica: do, da, dos e das. (...).

Com a preposição *a* também encontramos no português arcaico *o* (com timbre aberto) com equivalente a *a+o*. Mas o que se firmou, de maneira uniforme, no português moderno foi ao /aʊ/, em que o artigo passa a vogal assilábica de um ditongo crescente. Já para o feminino *a+a* deu-se definitivamente a crase das vogais geminadas. Assim, ao masculino ao /aʊ/

se opõe um feminino à /a/ para a expressão cumulativa da preposição e do artigo definido. (Câmara Jr., 1979, p. 179)

Dada a explicação descritiva da contração das preposições *de* e *a* com os artigos, vejamos a explicação histórica:

A explicação histórica tem de levar em conta a circunstância de que o artigo português arcaico era *lo* (fem. *la*) e partir daí. Historicamente houve o esvaziamento do /l/ intervocálico, que colocou as duas aglutinações nas condições de que partimos para a explicação descritiva (*de lo* > *de o*; *a lo* > *a o*). (Câmara Jr., 1979, p. 180)

Quanto às preposições *por* e *em*, cuja estrutura fonológica é outra, Câmara Jr. apresenta apenas uma explicação descritiva. De acordo com o autor,

em *per* e *por* houve assimilação do /r/ a /l/ e a simplificação das geminadas: *pelo*, *polo* (fem. *pela*, *pola*). (...). Veio pouco a pouco a redução da dicotomia, mas em sentido inverso ao que se deu para as preposições simples: *pelo* é que invadiu a área de *polo* e eliminou esta última contração.

Para *em* o tratamento foi mais complexo. Houve a assimilação de /l/ a /n/ por causa do ambiente nasal da preposição, e daí decorreu uma contração *eno* (fem. *ena*), que não tardou a perder a vogal inicial. O resultado *no* (fem. *na*) ficou em oposição, no português moderno, ao artigo isolado *o* (fem. *a*). Isso deu a /n/ da contração o valor preposicional, e /n/ tornou-se uma variante de /e(n)/ diante de vogal. (Câmara Jr., 1979, p. 180)

Os gramáticos portugueses anteriores - Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo - também citam as preposições *de*, *em*, *por*, *a*, em suas gramáticas, e conseguem enxergar a combinação e a contração da preposição com o artigo, passando a considerar o conjunto ora como *artigo*, ora como *preposição* como o faz Argote, que termina por ver nesse caso um *idiotismo* do português.

3. Conjunções

Contador de Argote em nenhum momento dá indicação de qual seja o *idiotismo* que diz respeito à essa casta, entretanto, ele expõe além das conjunções *e*, *ou* e *se*, recorrentes também no latim, outras três conjunções que não são comuns à língua latina - *porque*, *posto*, *ainda que*. Eis a descrição do gramático:

M. Quantas castas ha de Conjunçoens?

D. Muytas.

M. Dizey algumas.

D. Ha Conjunçoens Copulativas, e Disjuntivas.

(...)

D. Ha Conjunçoens causaes, e condicionaes.

M. Quaes são as causaes?

D. As que mostraõ, e significaõ a causa de alguma cousa.

M. Dizey exemplo.

D. *Como, porque tenho fome.* Nesta Oraçaõ, a particula *Porque* he Conjunçaõ causal; porque declara que a causa, e motivo de eu comer he a fome.

M. Quais são as condicionaes?

D. São as que fazem o sentido da Oraçaõ condicional, assim como *Se, Posto, Ainda que, &c.*

M. Dizey exemplo.

D. *Se estiver doente, hey de curarme.* Nesta Oraçaõ a particula *Se* faz o sentido condicional, porque affirma que me hey de curar, mas debayxo da condiçaõ *se estiver doente.* (Argote, 1721, p. 154-155/ 1725, p. 176-177)

Contador de Argote insere as conjunções *posto* e *ainda que*, com valor concessivo, na casta das condicionais, o que o impossibilita de exemplificar tais conjunções. Assim, enquanto João de Barros (1540, *apud* Buescu, 1971, p. 355-356) trata apenas das conjunções copulativa *e* e disjuntiva *ou*; e Amaro de Roboredo (1619, p.70), com exemplos em latim, expõe apenas a conjunção *e*; Argote desenvolve um pouco mais o assunto, apresentando quatro tipos de conjunção: *copulativas (e)*, *disjuntivas (ou)*, *causais (porque)* e as *condicionais (se, posto, ainda que, &c)*.

Sobre as conjunções concessivas *posto* e *ainda que*, apresentadas por Contador de Argote como conjunções condicionais, Ali (1965, p. 222) afirma que *posto* e outros participios eram usados como ablativo absoluto em latim, designando concessão, hipótese, mas que essa forma “ligou-se semânticamente à partícula, produzindo a conjunção concessiva *pôsto que*”. A conjunção *ainda que* é resultado da combinação do advérbio com a partícula *que*. De acordo com Ali (1964, p. 104), “a partícula *que*, combinando-se com certos advérbios e alguns participios, perde seu valor primitivo para dar origem a conjunções de nova espécie”. Quanto à conjunção causal *porque*, segundo Câmara Jr. (1979, p. 184), surge por aglutinação e aparece ao lado da conjunção simples causal *que*.

A partir dos exemplos expostos por Contador de Agote, citados no primeiro capítulo desta dissertação (p. 41-42), observamos que o gramático evidencia, ainda que não o faça claramente, que as conjunções unem orações e não vocábulos, caracterizando, assim, a relação entre as orações. Claro, todavia, é o conceito de Ali (1965, p. 219-220), segundo o qual a conjunção é “uma partícula que exerce sua influência, não como o advérbio e a preposição sôbre um vocábulo, mas sobre uma oração em conjunto”.

Por fim, pelo que se leu nas gramáticas anteriores, e pelo que consta do exposto acima sobre as conjunções na gramática latina, pode-se dizer que Argote gramatizou a conjunção

causal *porque*, bem como as condicionais *posto que* e *ainda que*, sendo, por isso, consideradas *idiotismos* do português.

2.1.2 Idiotismos sintáticos

Os *idiotismos sintáticos* dizem respeito tanto à sintaxe de concordância quanto à sintaxe de regência. Enquanto o primeiro trata da correspondência ou, neste caso, da não correspondência do verbo *haver* com os nomes, ou pronomes; o segundo trata da relação de subordinação entre um verbo ou um nome e seus complementos. Desse modo, os *idiotismos* sintáticos dizem respeito: 1. à sintaxe de concordância - verbo haver; 2. à sintaxe de regência - regência dos nominativos, nominativo absoluto, regência dos acusativos.

I. Sintaxe de concordância

Contador de Argote também encontrou particularidades da língua portuguesa nas regras da sintaxe simples, mais especificamente na sintaxe de concordância. Conforme afirma o *Discípulo (D.)*

D. Ha Idiotismos na Syntaxe de concordancia.

M. Porque?

D. Porque os participios passivos quando com o Verbo *Haver* formão os tempos compostos, muytas vezes não concordão com os seus substantivos, como já advertimos no Capitulo primeyro da Segunda Parte desta Grammatica. (Argote, 1725, p. 268-269)

Na segunda parte da gramática, a primeira regra apresentada diz respeito à concordância do adjetivo com o substantivo. Nela, o gramático afirma que “Todo o nome adjetivo concorda com o seu substantivo em genero, numero, e caso, ou o substantivo venha na Oração claro, ou esteja occulto”, assim como no exemplo “A faísca despresada causou o incendio”, entretanto, o *Discípulo (D.)* menciona uma exceção nessa regra. Vejamos como o *Discípulo (D.)* examina a questão:

M. E esta regra falta ás vezes?

D. Falta com os Participios algumas vezes.

M. Quando?

D. Quando vem nos tempos compostos, como o Verbo *Ter*.

M. Dizey exemplo.

D. *Nós temos comprado a louça*. Nesta Oração o adjetivo, e participio Comprado não concorda, nem com o substantivo, e pronome *Nós*, nem com o substântivo *Louça*: [...] não concorda com o pronome *Nós*, porque este está no Plurar, e *Comprado* no Singular; não concorda com *Louça*, porque *Louça* he feminino, e *Comprado* está na terminação masculina.

M. E no Latim ha tambem essa irregularidade, e modo de fallar?

D.Naõ, este modo de fallar he barbaro, e procede da lingua Tudesca. (Argote, 1721, p. 166/ 1725, p. 189-190)

O *idiotismo* sintático apontado por Contador de Argote está relacionado à não concordância do particípio com os demais termos da oração, como consta do exemplo, “Nós temos comprado a louça”. De acordo com Pereira (1935, p. 354), “quando o particípio passado formava com os verbos *ter* e *haver* os tempos compostos, conservava, no velho português, seu valor passivo e forma flexiva ou variável, concordando com o objeto”. No entanto, a partir do século XVI, “os verbos *ter* e *haver* esvaziaram-se de sentido, e tornaram-se *auxiliares*, e os *participios passados* adquiriram sentido *ativo*, imobilizando-se na forma indeclinável (...)”. Assim, a não concordância dos termos da oração justifica-se pela mudança de sentido do particípio.

Outra particularidade do português aparece quando o autor trata do verbo *haver* no sentido de *existir*, como se pode ler do excerto a seguir:

D. Ha Idiotismos na concordancia do Verbo com o seu nominativo.

M. Porque?

D. Porque o Verbo *Haver* nas terceyras pessoas do numero singular não concorda em numero com o seu nominativo.

M. Dizey exemplo.

D. *Ha muytas flores neste jardim*. Onde o Verbo *Haver* está no numero singular, e o seu nominativo *Flores* no plural. Da mesma sorte. Havia muytas flores neste jardim, &c. O que he hum Idiotismo, e Grammatica muyto irregular. (Argote, 1725, p. 269)

Como se pode observar do exemplo exposto, a oração “Ha muytas flores neste jardim” não tem sujeito, por estar o verbo *haver* impessoalizado, sendo constituída unicamente pela enunciação de um fato. Desse modo, ao mostrar o emprego do verbo *haver* no singular, Contador de Argote reconhece sua impessoalidade e, o mais importante, registra, o que nenhum dos gramáticos portugueses anteriores havia feito sobre esse fenômeno da língua portuguesa, seu uso no singular, nesse tipo de ocorrência.

Ali explica o percurso histórico do desenvolvimento desse fenômeno linguístico, como se lê no seguinte trecho:

remonta esta prática ao período latino em que *habere*, mantendo ainda o sentido primitivo, teria sujeito próprio. Diferenciado o sentido e obliterada da mente a noção do dito sujeito, continuou-se todavia a usar o verbo no singular. A repugnância que sempre houve pelo emprêgo da forma *hã* como verbo nocional contribuiu para que, não sòmente em linguagem literária, mas ainda em linguagem popular, se dissesse até hoje sempre no presente do indicativo *há homens*, *há nações*, etc. (Ali, 1965, p. 305)

Vê-se aqui uma clara diferenciação do português em relação ao latim, haja vista a inexistência de orações sem sujeito nessa língua.

Ali (2010, p. 136) ainda afirma que o verbo *haver* com essa acepção era inexistente mesmo em documentos do português literário, antigo ou moderno, o que confirma a gramatização desse fato linguístico, por Contador de Argote.

II. Regência dos casos

Contador de Argote também encontra *idiotismos* na sintaxe de regência. Nesse caso, as “irregularidades” estão relacionadas às regras dos casos nominativo e acusativo.

1.Regência dos nominativos

Das regras do nominativo apresentadas, Contador de Argote destaca uma que se configura como uma particularidade da língua portuguesa, como se pode conferir a seguir:

D. Ha Idiotismos na regencia dos nominativos.

M. Porque?

D. **Porque muytas vezes o Verbo não tem nominativo, nem claro, nem occulto, e os nomes, que deviaõ servir de nominativo, estão em outros casos.**

M. Dizey exemplo.

D. *A mim não se me dà de Pedro*. Onde o Verbo *Da* não tem nominativo algum claro ou occulto. O pronome *A mim* esta em dativo, e o nome *Pedro* em ablativo. Da mesma sorte. *A mim não se me da de Francisco hum caracol*. Onde tambem não ha nominativo nem claro, nem occulto, porque as palavras *Hum caracol* estão em accusativo, ou ablativo de preço. E val o mesmo que se disseramos. *Naõ estimo a Francisco em um caracol*, ou *por hum caracol*, segundo deyxamos explicado na Syntaxe. (Argote, 1725, p. 269-270)

A particularidade na oração “A mim não se me dà de Pedro” é que não há um sujeito para o verbo *dar*, indeterminado pelo *se*. Para demonstrar que no português nem sempre o nominativo está determinado na oração, Argote utiliza como um dos exemplos essa construção artificial, ou seja, uma frase feita em que simula a declinação latina. Para isso, o gramático forja uma construção com base na gramática latina, utilizando o pronome *se*, que funciona como índice de indeterminação do sujeito, e o verbo na terceira pessoa do singular.

2. Nominativo absoluto

Ainda na regência dos nominativos, Argote considera como *idiotismo* o nominativo absoluto. Sobre esse assunto, o *Discípulo* (D.) afirma:

D. Ha Idiotismos no nominativo absoluto, porque o não ha no Latim, e o ha no Portuguez, v. g. *Posto eu à menza deu meyo dia*. Onde os nomes *Posto eu* estão em nominativo, como fica dito na Syntaxe. (Argote, 1725, p. 270)

Quando apresenta as regras da syntaxe de reger, na segunda parte da gramática, Contador de Argote diz o seguinte sobre o uso do nominativo absoluto na língua portuguesa:

D. Oytava regra. **Quando na Oração vem hum, ou dous, ou mais nomes, os quaes não são regidos, e estão na Oração, como independentes do demais sentido, se poem em nominativo absoluto. Esta regra não a ha no Latim, porque os taes nomes vão a ablativo.**

M. Dizey exemplo.

D. *Posto eu à menza ouvi meyo dia*. Nesta Oração as palavras *Posto eu*, não são regidas de ninguém, e estão como independentes do demais sentido da Oração, e por isso estão em nominativo, *Sendo eu menino, vi o successo*. Nesta Oração as palavras *Sendo eu menino*, não são regidas de ninguém, e estão como separadas, e sem dependencia das demais, e por isso estão em nominativo absoluto. (Argote, 1721, p. 175/ 1725, p. 199-200, grifo nosso)

Como explica o gramático, o nominativo absoluto é um termo ou expressão independente, posto no início da oração, que por não ser regido por um termo antecedente fica desconectado do resto da oração. Conforme o excerto a seguir, é possível perceber que a matéria causava dúvida:

M. E ha algũa duvida nessa Grammatica, que seguis nesta materia.

D. Alguma pòde causar ver que nos participios activos postos em caso absoluto muytas vezes o pronome, com quem concordaõ, he *Me, Te, Se, &c.* os quaes não pòdem ser nominativos, assim como nestas Oraçoens *Indome para França. Pondome à menza ouvi a noticia*, em que os participios estão no caso absoluto, e concordando com o pronome *Me*. Pòrem eu entendo que nestes modos de fallar ha Ellipse do nominativo *Eu, Tu, Elle, &c.* e que o pronome só serve de reciprocicar o participio, porque dizemos *Indome eu para a França. Pondome eu à menza*. Onde claramente o participio *Indo*, e *Pondo* concorda com o pronome *Eu*, que he nominativo, e a particula *Me* só serve de dar ao participio hum ar de reciproco. (Argote, 1725, p. 271)

No primeiro momento, Argote nomeia os termos postos no início da oração *nominativo absoluto*, o que é, posteriormente, negado, enquanto nominativo, e renomeado como *particípio absoluto*, já que o nominativo subentendido é justificado pela figura da elipse. Como se observa, há uma quebra na estrutura sintática dessas orações, mas sem o comprometimento de sua significação.

3. Regência dos acusativos

Contador de Argote também aponta *idiotismo* na regência dos acusativos. Sobre esse assunto, o *Discípulo* (D.) afirma:

D. Ha Idiotismos na regencia dos accusativos.

M. Porque?

D. Porque **muytas vezes o Verbo tomado impessoalmente rege accusativo**, a qual Grammatica he muyto diversa da Latina.

M. Dizey exemplo.

D. **Manda El Rey que se prendão os traidores**. Onde o nome, e artigo *Os traidores* està claramente em accusativo, e parece ser regido do Verbo *se prêdaõ*, que està impessoal.

M. Essa Grammatica he muyto barbara, podeylla por ventura reduzir a Grammatica Latina?

D. Sim, dizendo que o nome *Traidores* esta alli pela figura Syllepse regido do Verbo *Prender*, não do tal Verbo, segundo se acha impessoal na Oração, mas do Verbo, segundo o seu sentido, que he este *Manda El Rey que prendaõ os traidores*. (Argote, 1725, p. 271-272)

Por não encontrar argumento para explicar essa ocorrência, Argote não expõe nenhuma construção na qual “o Verbo tomado impessoalmente rege accusativo” (cf. Argote, 1725, p. 217), enquanto apresenta as regras da regência do acusativo, na segunda parte da gramática. Como não reconhece o *se* como elemento que representa a *indeterminação do sujeito*, porque isso ainda não havia sido descrito para o português, recorre à impessoalidade do verbo. Assim, Argote modifica a oração de modo que possa explicá-la pela regra, recorrente de acordo com o gramático também no latim, em que o verbo ativo rege acusativo.

2.1.3 Idiotismos semânticos

Os idiotismos semânticos estão relacionados à significação de palavras, ou de expressões em um determinado contexto e dizem respeito: 1. à significação das palavras; 2. aos particípios passivos significarem como ativos; 3. aos adjetivos significarem como substantivos; 4. outros usos.

I. Significação das palavras

Este *idiotismo*, que está posto do mesmo modo nas duas edições da gramática, diz respeito às ideias expressas pelos termos “A Deos”, “Morrer de fome” e “Morrer de riso”. Vejamos como Contador de Argote examina esse assunto:

D. Ha Idiotismos na significação das palavras.

M. Porque?

D. Porque as palavras muytas vezes significão huma cousa, e querem dizer outra.

M. Dizem exemplos.

D. A *Deos*. Estas palavras são o termo, de que usamos nas despedidas, e significação *Deos*, mas querem dizer, *Ficay com bem*, ou *Deos vos guarde*. Da mesma sorte *Morrer de fome*. Nestas palavras o Verbo *Morrer*, que significa acabar a vida, quer dizer *Ter grande fome*. *Morrer de riso*, quer dizer *Ter grande vontade de rir*, ou *Rir muyto*. (Argote, 1721, p. 226/ 1725, p. 272-273)

Esse é um problema de sinonímia, de variação semântica, ou ainda de análise da diversidade de sentidos que expressões adquirem em dadas situações de comunicação. Argote entende que esse *idiotismo* diz respeito à significação das palavras, mas o que se observa é que o objeto de estudo é, em verdade, a expressão ou as expressões que adquirem sentido na prática da língua, ou seja, no discurso.

Argote apresenta os aspectos semânticos do português, nas duas edições da gramática, tendo alterado apenas a posição da matéria na edição de 1725, apresentada ao final do quinto capítulo.³¹ Em ambos os casos, o autor quis mostrar as várias acepções dadas a algumas palavras, a depender do contexto de uso. Vale notar que, o estudo da significação das palavras em contexto foi instaurado pelos estoicos (séc. III - II a. C.), com o objetivo de verificar a adequação do significado ao significante, partindo da ideia do signo linguístico, enquanto indicativo de algo que podia ou não ser representado (cf. Neves, 2005, p. 89).

Mas o que se destaca do exposto por Contador de Argote é a observação feita acerca desse uso na língua portuguesa, haja vista que nenhum dos gramáticos portugueses anteriores - Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo -, havia reservado uma seção especial para o tratamento da significação das palavras.

II. Participípios passivos significarem como ativos

Ainda dentro do estudo da significação, Contador de Argote trata dos participípios passivos usados ativamente, como se pode ler no trecho a seguir:

D. Ha Idiotismos quanto aos participípios passivos significarem como activos.

M. Dizem exemplo.

D. *Pedro não he bem visto*. Nesta oração, *Bem visto*, que he participípio passivo, significa activamente & val o mesmo que *Pedro não vê bem*. (Argote, 1721, p. 227)

³¹ A significação das palavras é o primeiro idiotismo apresentado na primeira edição, e passa a ocupar a penúltima posição na segunda edição.

Com base no exposto pelo gramático, na oração “*Pedro não he bem visto*”, o particípio, que está empregado na voz passiva, tem significação ativa, pois o sujeito não recebe a ação referida pelo particípio, mas a pratica, como consta do exemplo *Pedro não vê bem*. Nesse sentido, o uso do advérbio de qualidade *bem* indica, apenas, o modo da ação de ver, especificando, assim, a significação do verbo.

Entretanto, na oração “*Pedro não he bem visto*”, o que se observa é o sentido passivo, indicando que Pedro não é aceito, ou que não tem a consideração de alguém, em decorrência de uma causa qualquer. Assim, ou Argote equivocou-se em sua interpretação, ou quis mostrar que nessa expressão o particípio ganhava uma significação especial.

Relativamente ao uso do particípio passivo com sentido ativo, Melo afirma que

o particípio passado adquiriu em português sentido ativo, o que se constitui curioso idiomatismo da nossa língua. Porque, como se sabe, o particípio passado é naturalmente passivo. Quando alguém diz que encontrou um *ferido* no caminho, ninguém pensará num agente, senão num paciente. Não obstante, temos um sem-conto de particípios passados que, sem se despojarem do sentido passivo, adquiriram sentido ativo. É o que se vê com “*homem lido*” (isto é, “que lê” muito). (Melo, 1971, p. 167)

Convém ressaltar que as formas *ativa* e *passiva* do particípio já eram objeto de estudo na *Téchne Grammatiké* (séc. I a. C.), de Dionísio da Trácia, sendo a existência dessas formas uma das razões que “dificultavam a aceitação do particípio como uma espécie de nome” (cf. Neves, 2005, p. 165).

Dentre os gramáticos portugueses, Fernão de Oliveira não trata do uso do particípio em sua gramática. João de Barros apresenta o particípio do pretérito como uma das formas conjugadas do verbo, formada com o verbo na voz passiva “per rodeo”. Amaro de Roboredo apresenta o particípio como um “Adjectivo derivado do Verbo, do qual participa tempo em algũas linguas” e reconhece o particípio ativo, bem como o particípio passivo (cf. Roboredo, 1619, p. 67), todavia, nem João de Barros, nem Amaro de Roboredo concebem o uso do particípio passivo com sentido ativo na língua portuguesa. Argote, contudo, não trata, na segunda edição de sua gramática, no capítulo dedicado aos *idiotismos*, dessa particularidade do português do mesmo modo que o fez na primeira edição. Isso se justifica pelo fato de o gramático não ter conseguido encontrar as causas desse fenômeno linguístico, além do fato de o particípio passado latino admitir ainda que eventualmente, ou seja, em casos isolados, sentido ativo.

III. Adjetivos significarem como substantivos

Contador de Argote também trata da significação dos adjetivos, chamando a atenção para aqueles que, significando o nome substantivo, podem substituí-lo. Sobre esse fenômeno linguístico, o *Discípulo* (D.) declara:

D. Ha Idiotismos quanto aos adjectivos significarem como substantivos.

M. Dizey exemplo.

D. *Esta taboa tem dous palmos de largo*. Nesta oração o adjectivo *Largo*, quer dizer significa o seu substantivo *Largura*³² & val o mesmo, que *Tem dous palmos de*³³ *largura*. (Argote, 1721, p. 227)

Esse *idiotismo* diz respeito ao uso da locução adjetiva “de largo”, formada de preposição e substantivo, com função de adjetivo, significando o mesmo que “de largura”. Ambas as locuções caracterizam os termos “dois palmos”, e por eles são regidos. Encontramos em Bluteau a aplicação dessa locução adjetiva em exemplos semelhantes:

Largo. Largura. (...) Tinha esta torre por todas as partes trinta pès de face, & os muros cinco de largo. (...) Dous muros de ladrilho de seis pès de largo. (...) Que tem seis pès de largo. (Bluteau, 1728, p. 4)

Como consta dos exemplos apresentados, a expressão “de largo” com valor de adjetivo pode ser substituída pelo substantivo “de largura” em todas as orações. Quanto ao emprego dessa construção, vale notar que nenhum dos gramáticos portugueses anteriores fez menção ao uso de adjetivos precedidos de preposição equivalendo a substantivos. Desse modo, verificamos que Argote gramatiza essa construção da língua portuguesa.

IV. Outros usos

Contador de Argote ainda apresenta outros *idiotismos* em sua gramática:

D. Ha outros muytos termos de fallar na lingua Portugueza, que são puros Idiotismos, assim como *Pedro aboreceme como moscas*, que val o mesmo que *Tenho tanto aborrecimento a Pedro, como tenho às moscas*, ou *Tenho odio grande à Pedro. Esqueceome o livro*, que val o mesmo que *Esquecime do livro*, e outros, que o uso ensina. (Argote, 1725, p. 273).

Tratando de expressões idiomáticas, Argote apresenta duas “frases feitas” formadas com o pronome *me*, cujas construções são recorrentes na língua portuguesa. Essas orações,

³² No original “*Lagura*”.

³³ No original “*Tem dous palmos do largura*”.

como se sabe, são usadas com o objetivo de enfatizar ou atenuar o que se diz e fazem parte do registro informal da língua.

Contador de Argote finaliza, então, o quinto capítulo da terceira parte de sua gramática, afirmando a dispensabilidade do ensino dos *idiotismos*:

M. E deve o Mestre ensinar a Grammatica destes Idiotismos aos meninos?

D. Não, principalmente a dos muyto embaraçados, deve sómente dizerlhe que são Idiotismos.

M. Dizey algũas regras nesse particular.

D. Primeira regra. Todas as vezes que na Oraçaõ vierem as palavras *Tudo, Isto, Isso, Aquillo*, ha suspeyra de Idiotismo embaraçado, e assim o Mestre o não explicará ao menino.

Segunda regra. Todas as vezes que na Oraçaõ vierem os pronomes, ou particulas *Me, Te, Se, Lhe, &c.* ha suspeyra de Idiotismo, e o Mestre o não explicará ao menino.

Terceyra regra. Todas as vezes que o Verbo estiver no modo Infinito, ha suspeyta de Idiotismo, e o Mestre o não explicará ao menino.

Quarta regra. Todas as vezes que na Oraçaõ vier o verbo *Haver*, ha suspeyta de Idiotismo, e o Mestre o não explicará ao menino.

M. E se o Mestre conhecer claramente, que não ha Idiotismo?

D. Entaõ poderá dizer a Grammatica ao menino.

M. E se o Mestre conhecer no menino boa percepçaõ, e perspicacia, que fará?

D. Entaõ poderlhe-ha ensinar os Idiotismos mais faceis. Os muyto difficultozos porèm nunca se devem ensinar, se não com grande cautela de o não confundir.

M. Tendes mais que dizer dos Idiotismos da lingua Portugueza?

D. Mais ha que dizer, mas isto basta. (Argote, 1725, p. 273-275)

Essa passagem mostra o quanto era difícil para o mestre ensinar, e para os discípulos compreenderem as particularidades do português, tanto que o ensino dessas particularidades é posto de lado em benefício do objetivo da gramática: ensinar as regras da língua portuguesa coincidentes com as regras do latim. Assim, mesmo levando o discípulo a refletir, em algum momento, sobre as particularidades de sua língua, o mestre deixa claro não ser necessário tal ensino.

Uma vez descritos e examinados os *idiotismos* da língua portuguesa presentes na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, passemos a apresentação do horizonte de prospecção das ideias do autor correspondentes a esse assunto em obras posteriores.

CAPÍTULO 3 - Os idiotismos como curiosidade em obras do século XVIII e XIX

Neste capítulo, procuramos abordar o horizonte de prospecção (Auroux, 2009) da obra de Argote, com foco na análise do aproveitamento dos fatos por ele denominados *idiotismos*. Conforme Auroux (2009, p. 12), todo conhecimento é uma realidade histórica construído cotidianamente sendo que, para compreendê-lo e analisá-lo, faz-se necessário considerar além do tempo-espaço no qual o conhecimento emergiu e da filiação científica do autor, a repercussão do conhecimento em um intervalo de tempo, a fim de validá-lo.

Partindo desse pressuposto, investigamos a repercussão dos mesmos *idiotismos* presentes na gramática de Argote nas seguintes obras: *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770) de Antonio José dos Reis Lobato, *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* (1799) de Pedro José da Fonseca, *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822) de Jerônimo Soares Barbosa e confirmamos a progressão do trabalho de Argote pela obra de José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901).³⁴

Para a escolha dessas gramáticas, levamos em consideração, além do tempo-espaço no qual se inserem, o fato de os autores terem citado Contador de Argote a respeito dos *idiotismos*, assim como a presença de alguma das características do português já referidas em uma das duas edições de as *Regras*. Além disso, trata-se de obras importantes na história da gramática portuguesa, sobretudo porque se mostram, em menor ou maior escala, seguidoras das regras gerais que se encontram seja na *Minerva* (1587), seja na Gramática de Port-Royal (1660).

A seguir, examinaremos as gramáticas acima citadas com o objetivo de conhecer esses *instrumentos linguísticos* que, como objetos culturais e científicos, se modificaram ao longo do tempo, pela inclusão de novas teorias e registraram fatos da língua, nesse caso, os *idiotismos* do português, inscritos como particularidades ou como fatos já incorporados à língua.

3.1 *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770) - Antonio José dos Reis Lobato

³⁴ Ainda que esta não seja uma gramática, utilizamos a obra de José Leite de Vasconcelos *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, publicada em 1901, a fim de confirmar a doutrina exposta por Argote, já que o autor faz um estudo sobre a dialetologia portuguesa, tendo por base o capítulo em que Argote apresenta os dialetos portugueses na segunda edição de sua gramática, publicada em 1725.

Publicada na segunda metade do século XVIII, a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Antonio José dos Reis Lobato, na esteira dos gramáticos portugueses anteriores, Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo e Contador de Argote, defendia o ensino da língua portuguesa, já que o conhecimento desta contribuía tanto à percepção do vernáculo quanto das línguas estrangeiras, facilitando assim sua aprendizagem.³⁵ Desta forma, Lobato defende e enaltece sua obra ao compará-la com a de seus antecessores,³⁶ embora essa se revele, tanto quanto as anteriores, um decalque da gramática latina.

Reis Lobato aponta várias falhas nas gramáticas portuguesas precedentes - de Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo e Bento Pereira-, mas ao comentar a obra de Contador de Argote, Lobato concorda com a abordagem que o autor de as *Regras* diz aplicar em sua gramática, conforme se lê no trecho transcrito a seguir:

na Grammatica de D. JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE se não achão na verdade tantas imperfeições, como se encontrão nos sobreditos Grammaticos; porque são melhores as suas definições, por ter seguido, como o mesmo Autor confessa, a LAMI na sua Grammatica discursada, e as doutrinas do Methodo dos Padres da Congregação do PORT-ROIAL. Além de que trata a Syntaxe separadamente, o que de ordinario não fazem os Grammaticos de linguas vivas. (Lobato, 1770, p. XXXVI-XXXVII)

Lobato distingue a gramática de Contador de Argote das gramáticas anteriores pelo desenvolvimento das doutrinas do padre Lamy e do método utilizado pelos padres de Port-Royal, além do tratamento dado à sintaxe. Aliás, sobre essa, Lobato reconhece a primazia de Contador de Argote por ter desenvolvido as sintaxes simples e figurada, tratando-as separadamente, identificando na sintaxe desenvolvida por Argote a causa da gramática de Sanchez de Las Brozas, “a oración o la sintaxis es el fin de la gramática” (Sánchez, 1976, p. 48 *apud* Assunção, 2000, p. 57), assim como de sua própria gramática, cujo objetivo é ensinar “a fazer sem erros a oração Portuguesa” (Lobato, 1770, p. 1).

Entretanto, isso não o impede de elencar um número considerável de problemas na gramática de Contador de Argote. Além de não expor as regras para se conhecer o gênero dos nomes, não apresentar as irregularidades dos pretéritos dos verbos e não tratar da prosódia,

³⁵ Ninguém pôde duvidar do grande proveito, que alcança cada um em saber a Grammatica da sua mesma lingua; porque não sómente consegue fallala com certeza, mas tambem fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra. (Lobato, Introdução, 1770, p. X)

³⁶ (...) por isso ninguem me estranhe o censurar as Grammaticas, que temos da nossa lingua; porque o faço sómente a fim de mostrar a razão, e a verdade, para que á vista desta conheção os Criticos imparciaes os defeitos, que encerrão as sobreditas Grammaticas, e o quanto dellas se distingue o presente Methodo, tanto na ordem, como por serem fundadas as suas regras nas verdadeiras causas da lingua Portuguesa, e nas doutrinas dos Grammaticos mais célebres, que com as luzes da Filosofia examinarão a natureza, e propriedades das palavras. (Lobato, 1770, p. XXII-XXIII)

Argote também é criticado pelo fato de não distinguir artigo de preposição, nomear inadequadamente alguns tempos verbais e por seguir o jesuíta Veles, reformador da gramática latina de Manuel Álvares, “apresentando o nominativo como termo regido pelo verbo e analisando várias orações figuradas como se fossem orações da sintaxe simples” (cf. Hackerott, 1994, p. 154).

Vale notar que alguns desses “defeitos” apontados por Reis Lobato na gramática de Argote dizem respeito aos *idiotismos* da língua portuguesa, sendo por ele vistos como uma incompreensão do gramático acerca da própria língua que, por não conhecer as razões das práticas de alguns usos, assim os denominava.

Os *idiotismos* apresentados por Reis Lobato são os artigos, declinação dos nomes e terminação dos casos, ausência de plural dos pronomes demonstrativos, vozes verbais (parcialmente), infinitivo pessoal, gerúndio, particípio ativo, advérbios, preposições e conjunções. Lobato também tratou da sintaxe do verbo *haver*, bem como da regência do nominativo - *nominativo absoluto* - referido por Contador de Argote. E ainda da significação das palavras, dos particípios passivos que têm sentido de ativos e dos verbos usados no lugar de nomes. Alguns desses *idiotismos* apresentados serão afirmados, e, outros, infirmados, como se verá a seguir.

3.1.1 Idiotismos morfológicos

I. Artigos

Diferentemente de Argote, Reis Lobato considera o artigo uma das nove “especies de palavras da língua portuguesa”. Para o gramático (1770, p. 8-9), “Artigo he huma palavrinha, que por si só não significa cousa alguma completamente; mas posta na oração antes do nome Appellativo, ou Commum, lhe restringe, e determina a sua significação geral”. O artigo também “serve para mostrar os casos, numeros, e generos dos Nomes, a que se antepõem”. Trata-se, pois, do critério semântico-semiológico, do critério funcional de caráter distribucional-sintagmático e do critério morfológico.

Esse tratamento dado aos artigos faz com que Lobato considere falha a abordagem feita por Contador de Argote que “não dar regras para se conhecer o genero dos Nomes, assim pela sua significação, como pela terminação” (Lobato, 1770, p. XXXVII). De fato, ao afirmar que o artigo tem a função de determinar e restringir o nome, Lobato desenvolve o estudo de Contador de Argote que considera apenas a função distribucional do artigo, referindo-o como uma “uma particula, que se poem antes do nome” (Argote, 1725, p. 5). Entretanto, observamos que, apesar de não desenvolver o assunto, Contador de Argote menciona o uso do

artigo *O* anteposto ao nome substantivo *amor* e ao nome adjetivo *branco*, bem como o artigo *A* anteposto ao nome substantivo *virtude* e ao nome adjetivo *branca*, o que demonstra sua compreensão acerca da função determinativa do artigo.

II. Declinação dos nomes e terminação dos casos

Reis Lobato (1770, p. 19) afirma que os nomes se declinam em números e casos, e que esses mesmos nomes “são indeclináveis, ou invariáveis dentro do mesmo numero, por terem todos os casos semelhantes ao Nominativo”. Lobato também distingue duas declinações para a língua portuguesa, entretanto, considera um elemento novo, a preposição. De acordo com o gramático, essas duas declinações correspondem às duas maneiras de declinar o nome: “humas com preposições, e outra com artigos acompanhados de preposição em alguns casos, por não poderem por si só differenciar a todos” (Ibid., p.19).

Assim, Lobato difere artigo de preposição, mostrando a função de ambos na declinação dos nomes, em resposta à (in)compreensão de Argote acerca do assunto. De acordo com Reis Lobato (1770, p. XXXVIII), Contador de Argote “não distingue as declinações dos Nomes por chamar artigos a todas as particulas, que se antepoem aos ditos Nomes para lhes differencarem os casos”, entretanto, o que Lobato não observa é que Argote classifica os nomes substantivos pelo gênero, como masculino e feminino, e chama isso de declinação.

Pelo exposto, vemos que Reis Lobato segue o ensinamento de Contador de Argote ao afirmar que todos os casos têm a terminação do nominativo, e também adianta seu estudo, atribuindo à preposição e não apenas ao gênero à determinação da declinação dos nomes na língua portuguesa.

III. Ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e do adjetivo *tudo*

Lobato apresenta a ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e do adjetivo indefinido *tudo* como uma particularidade da língua portuguesa e utiliza o termo *idiotismo* para referi-los, como se pode ver no seguinte trecho:

temos huns adjectivos, que são: *Isto*, *Isso*, *Aquillo*, *Tudo*, *Ninguem*, *Alguem*, *Outrem*, *Quem*, a que na oração se não póde ajuntar substantivo expresso, com quem concordem, porque não podemos dizer v. g. *Isto* negocio, *Isso* sucesso, &c. **Do que se collige ser hum dos idiotismos da lingua Portuguesa, que o uso introduzio por brevidade do fallar**, pois *Isto* val o mesmo que dizer: *Esta* cousa: *Isso*, *essa* cousa; *Aquillo*, *aquella* cousa, pelo que podemos dizer, que os ditos adjectivos, quando delles usamos na oração,

só concordão com os substantivos, que temos na mente. (Lobato, 1770, p. 196, grifo nosso)

Reis Lobato menciona, ainda seguindo a lição de Argote, uma significação particular para estes termos invariáveis que não concordam com um substantivo explícito, mas subentendido. Além disso, o gramático considera esse uso tendo em vista a brevidade da fala, ou seja, a redução das expressões de modo a não comprometê-la, mas a facilitar a sua compreensão.

Como se observa, não há um avanço no que diz respeito ao conteúdo apresentado por Reis Lobato, em relação à apresentação de Contador de Argote, mas na explicação dada pelo gramático, quanto ao modo de aplicação desses pronomes.

IV. Vozes verbais

Reis Lobato não usa o termo “vozes” verbais, para indicar se o sujeito é agente ou paciente da ação, mas “espécies” de verbo. De acordo com o autor (1770, p. 62), “os Grammaticos dividem o verbo em varias espécies. As principaes são: Activo, e Passivo”.

No entanto, quando trata de pronomes, Lobato apresenta o pronome recíproco, usado para indicar que a ação do sujeito se volta para ele mesmo. De acordo com o gramático,

pronome Reciproco he aquelle, que exprime a relação de huma cousa a ella mesma, como se vê, quando digo: *Pedro ferio-se com a espada*. Onde a palavra *se* he Pronome Reciproco, por se referir a Pedro, exprimindo que a acção de ferir sahio de Pedro, e que no mesmo se empregou. (Lobato, 1770, p. 44)

Lobato utiliza o critério funcional-sintático e o critério semântico para classificar o pronome recíproco. Apesar de não reconhecer a voz recíproca como um *idiotismo* da língua portuguesa, Lobato não deixa de expor o assunto, dando continuidade à tarefa de Argote, de normalizar o português.

V. Infinitivo pessoal

Reis Lobato menciona o uso do infinitivo pessoal ainda na introdução de sua gramática, ao enumerar “os erros” encontrados, por ele, na *Arte*³⁷ de Bento Pereira. De acordo com o gramático, o infinitivo pessoal

³⁷ Reis Lobato reprova o desconhecimento exposto por Bento Pereira na Gramática do Português, publicada em 1672, acerca do infinitivo pessoal.

se não acha nas linguas Grega, e Latina, na Franceza, Italiana, e outras vulgares; porque nestas o verbo Infinito he sempre impessoal, e indeterminado, quando na Portugueza humas vezes he impessoal, e outras pessoal, como v.g. o Verbo Infinito *Amar* he impessoal, quando digo: *He preceito Divino amar a Deos*; porque então não determina as pessoas, que devem amar a Deos; porém he pessoal, se eu disser: *He preceito Divino amar eu a Deos, amares tu a Deos, amar Pedro a Deos, amarmos nós a Deos, amardes vós a Deos, amarem todos a Deos*. Advertindo que, rigorosamente fallando, o Verbo nesta significação não he Infinito, mas sim finito por significar determinadamente; mas como os Grammaticos lhes chamão Infinito, nós também faremos o mesmo debaixo da sobredita advertencia. (Lobato, 1770, p. XXXII-XXXIII)

Lobato utiliza o critério morfológico e o critério semântico na definição do infinitivo pessoal. O gramático também reconhece o infinitivo pessoal como uma construção própria da língua portuguesa, embora critique o fato de os gramáticos portugueses anteriores nomearem “Infinito” a forma flexiva do verbo, já que essa denominação, conforme Lobato, diz respeito ao infinitivo impessoal, dada a sua invariabilidade. Vale notar que Lobato não atribui nem a Amaro de Roboredo, nem a Contador de Argote, a prescrição dessa forma verbal, mas, ao contrário, critica a Argote por “no Modo Infinito deixar de fazer os tempos pessoais” (Lobato, 1770, p. XXXVIII), deixando de notar assim a descrição feita pelo gramático colarense.

Essa declaração de Lobato, todavia, não se sustenta, pois Argote (1725, p. 266) afirma que “na lingua Portugueza o verbo no Infinitivo serve não só de nome, mas tem tempos, numeros e pessoas”. E para exemplificar, o gramático ainda apresenta a conjugação do verbo *ler* no infinitivo pessoal: “*O eu ler a miude me faz mal aos olhos. O tu leres a miude te faz mal aos olhos. O elle ler a miude, &c. O nós lermos a miude, &c. O vós lerdes a miude, &c. O elles lerem a miude, &c.*”.

Embora tenha feito a crítica, Lobato não conseguiu estabelecer uma nova nomenclatura para esse fato linguístico, nem afastar-se daquela estabelecida pela tradição, o que resultou no aproveitamento do termo “Infinito” em sua gramática.

VI. Gerúndio

Reis Lobato não reconhece a forma do gerúndio na língua portuguesa e repreende Contador de Argote por fazê-lo. Segundo o gramático (1770, p. XXXVIII), Argote “admitte Gerundio, voz, que não ha nos Verbos em lingua alguma; porém tem desculpa neste erro por seguir a opinião commua dos Grammaticos, assim vulgares, como Latinos”. Ao mencionar os gramáticos latinos, Lobato provavelmente estava fazendo referência a Donato que, no século

IV d. C., destaca “os verbos gerundiais ou participiais” em sua gramática (cf. *Arte menor apud* Dezotti, 2007, p. 194). Quanto aos gramáticos vernaculares, Nebrija (1492) reconhece o gerúndio como uma das dez classes de palavras do castelhano, a qual ele chama “parte de la oración”; João de Barros (1540), apesar de ser seguidor da doutrina de Nebrija, não reconhece o gerúndio como uma das classes de palavras, mas também trata desse fenômeno linguístico, assim como Amaro de Roboredo (1619), como vimos no segundo capítulo dessa dissertação (p. 73).

Essa atitude de Lobato tem a ver com o fato de o particípio do presente, no latim, ser usado às vezes “com a significação de verbo e em sentido idêntico ao do gerúndio” (cf. Nunes, 1975, p. 303). Assim, por não distinguir essas formas, na conjugação dos verbos, Lobato não cita o termo *gerúndio*, mas *particípio do presente indeclinável*, com a terminação em *-ndo*, distinguindo, desse modo, a forma verbal invariável daquela com sentido equivalente a adjetivo e, portanto, variável.

VII. Particípio ativo

Como mencionado antes, Reis Lobato apresenta o particípio ativo com acepção verbal, equivalendo ao gerúndio. Essa forma verbal é citada enquanto Lobato trata da regência dos acusativos, ao afirmar que “todo verbo activo pede, depois de si accusativo”. De acordo com o gramático,

se incluem na mesma regra os participios activos indeclinaveis, porque regem accusativo, como os verbos de que nascem; pois quando dizemos v.g. *Lendo os livros, aprendemos as Sciencias*, nesta oração o nome *os livros* está em accusativo regido do participio activo indeclinavel *lendo*, que nasce do verbo *Ler*. (Lobato, 1770, p. 213)

Essa construção citada por Reis Lobato conforma-se àquela apresentada por Contador de Argote, na qual o gramático afirma que o gerundio em *-do*, seguido, ou não, de pronome exerce a função de particípio ativo, como no exemplo “Soprando o vento se alterou o mar” (cf. Argote, 1725, p. 268). Como se observa, a distinção entre gerúndio e particípio ativo era confusa para Contador de Argote, entretanto, Lobato, assim como Argote, infere que na língua portuguesa um termo com terminação em *-ndo*, empregado no início da oração, funciona como particípio ativo.

VIII. Advérbios, preposições e conjunções

Reis Lobato inclui o advérbio, a preposição e a conjunção entre as nove “especies de palavras” da língua portuguesa. Sobre a primeira, Lobato utiliza o critério morfológico, o critério funcional de caráter distribucional-sintagmático e o critério semântico para definir o advérbio como uma palavra indeclinável “que por si só não significa nada completamente; mas junta na oração a outra palavra, lhe declara o modo da sua significação” (Lobato, 1770, p. 170).

Lobato não deixa de apresentar os advérbios de qualidade, referidos por Argote como uma particularidade do português, formados a partir da junção da forma feminina dos adjetivos com o sufixo *-mente*, e o faz em uma advertência, demonstrando atenção em relação a esse fato linguístico.

Na exposição sobre a preposição, Lobato retoma um pouco do referido por Contador de Argote ao mencionar a particularidade a respeito da preposição *A*, como se pode conferir a partir de ambas as citações:

Pedro morreo á fome. Nesta oração o nome *Fome*, por significar a causa da morte de Pedro, está em ablativo regido pela preposição *A* posta em lugar da preposição *Por*, pois val o mesmo que dizer: *Pedro morreo por fome.* (...) A preposição *A* tem vários usos na língua Portuguesa: porque ás vezes serve em lugar de outras preposições, significando o mesmo que estas significão. (Lobato, 1770, p. 218)

M. E que particularidade tem a preposição *A*?

D. Tem a particularidade, que se poem em lugar de outras preposições. (Argote, 1721, p. 153 / 1725, p. 175)

Para Reis Lobato, a preposição não é uma palavra independente, mas, ao contrário, necessita de um termo antecedente e um conseqüente para ser significativa. O gramático também chama a atenção para o uso da preposição *A*, pela sua distribuição. Neste caso, por mostrar que a preposição *a* pode substituir outras preposições, o critério utilizado foi o distribucional-paradigmático.

A conjunção, por sua vez, é apresentada como “huma voz indeclinável, que por si só não tem significação completa; mas posta no discurso, serve de ajuntar os membros, ou partes dele, do que lhe provém o nome” (Ibid, p. 172). Trata-se, pois, do critério morfológico e do critério funcional-sintático. Em outras palavras, e seguindo a lição de Argote, a conjunção une não apenas o sentido, mas as palavras da oração (cf. Argote, 1721, p. 154/ 1725, p. 176). Vale notar que Lobato cita a conjunção causal *porque* e a locução condicional *ainda que*, referidas por Argote, como particularidades do português, amplia o número de exemplos e refere

conjunções simples e compostas, formadas a partir da junção de outras palavras, sejam elas preposições, advérbios ou verbos, como “por consequencia” e “a saber”.

3.1.2 Idiotismos sintáticos

I. Sintaxe de concordância

No que diz respeito à sintaxe simples, Reis Lobato critica o fato de Contador de Argote regular a sintaxe portuguesa pela latina, seguindo o padre Veles, comentador da gramática do jesuíta Manoel Álvares. Entretanto, apesar da crítica feita, Lobato faz o mesmo e afirma ser a sintaxe portuguesa “em quanto á substancia”, ou seja, na sua essência, a mesma que a latina (Lobato, 1770, p. XLV). Assim, enquanto trata da concordância do verbo com o seu nominativo, Lobato apresenta como exceção a impessoalidade do verbo *haver*. Para o gramático,

parece que se não observa a dita regra no verbo *Haver*, quando pelo costume da lingua lhe ajuntamos na terceira pessoa do singular nominativo do plural, como v.g. quando dizemos: *Ha muitos homens, que amão as sciencias*: onde parece que ao verbo *Ha* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo lhe serve de nominativo o substantivo *Homens* no número plural; porém não he assim, por faltarem palavras, que se sobentendem, e quer dizer: *Ha número de pessoas, que são muitos homens, que amão as sciencias*, onde claramente se vê, que ao verbo *Ha* só lhe serve de nominativo o substantivo oculto número, com quem concorda em estar no número singular, e na terceira pessoa. (Lobato, 1770, p. 197-198)

Reis Lobato tenta justificar o uso da impessoalidade do verbo *haver* pela figura da silepse, afirmando que o referido verbo não concorda com o substantivo *homens*, mas com o substantivo *número* que está implícito. Desse modo, o gramático não reconhece o uso do verbo *haver* impessoal seguido de “nominativo do plural” como uma construção própria do português, mas como uma construção cuja concordância é feita não com os termos expressos na oração, mas com a ideia que eles representam.

II. Nominativo absoluto

Reis Lobato critica a compreensão de Contador de Argote sobre o nominativo absoluto e atribui sua imperícia à incompreensão da figura da elipse. De acordo com o gramático,

por não entender o frequente uso da sobredita figura admite tambem nominativo absoluto, e pertende prover esta falsa regra com o seguinte exemplo: *Posto eu á menza, deo meyo dia*; onde diz, que os nomes *Posto eu* se achão em nominativo absoluto por não haver Verbo, a quem pertença; porém diz assim por não passar das palavras sem examinar as razões da

lingua; pois se reflectisse nellas havia de entender, que he huma oração figurada, em que de fóra se sobentendem palavras para se reduzir á Syntaxe regular; pois quer dizer: *Posto eu á menza, ouvi o relógio, que fez o sinal de ser passado o meio dia*. Se a alguém causar novidade este supplemento de palavras, será por desconhecer o uso da figura Grammatical Ellipse. (Lobato, 1770, p. XXXIX-XL)

Lobato, entretanto, não menciona o fato de Argote utilizar a figura da elipse para justificar esse fenômeno linguístico, embora esse gramático deixe subentendida a ausência do nominativo e não de uma oração, como se pode ver no excerto a seguir:

M. E ha algũa duvida nessa Grammatica, que seguis nesta materia.

D. Alguma pôde causar ver que nos participios activos postos em caso absoluto muytas vezes o pronome, com quem concordaõ, he *Me, Te, Se, &c.* os quaes não pôdem ser nominativos, assim como nestas Oraçoens *Indome para França. Pondome à menza ouvi a noticia*, em que os participios estão no caso absoluto, e concordando com o pronome *Me*. Pòrem eu entendo que nestes modos de fallar ha Ellipse do nominativo *Eu, Tu, Elle, &c.* e que o pronome só serve de reciprocicar o participio, porque dizemos *Indome eu para a França. Pondome eu à menza*. Onde claramente o participio *Indo*, e *Pondo* concorda com o pronome *Eu*, que he nominativo, e a particula *Me* só serve de dar ao participio hum ar de reciproco. (Argote, 1725, p. 271)

Como vimos, apesar de recorrerem à figura da elipse para explicar o uso do nominativo absoluto, ambos os gramáticos apresentam justificativas diferentes. Entretanto, a justificativa de Reis Lobato vai além da justificativa de Argote, por mostrar-se mais clara e completa do que a anterior.

3.1.3 Idiotismos semânticos

I. Significação das palavras

Sobre a rubrica “significação das palavras” o autor se limita a comentar expressões utilizadas pelos portugueses em situação de comunicação de encontros, ou despedidas. Leiamos a seguir o trecho em que Lobato examina a questão:

em todas as linguas he frequentissimo o uso da Ellipse; por quanto os homens amantes da brevidade da locução deixão de dizer as palavras, que já pelo continuo uso de fallar se sobentendem, o que não advertio o Padre ARGOTE, quando disse tambem, que esta palavra *A Deos*, de que usamos nas despedidas, he hum idiotismo da lingua Portugueza, por não reflectir que he huma oração Elliptica, em que faltão palavras, que já pelo uso se suppoem sabidas; pois quer dizer: *A Deos peço que fique na vossa companhia*, ou outro supplemento semelhante a este. (Lobato, 1770, p. XL-XLI)

Contrariamente à argumentação dada por Contador de Argote, Lobato defende haver na expressão uma elipse e acusa o gramático de ter errado na interpretação da sobredita expressão. No entanto, o que se observa no exposto por Argote é a aplicação de uma expressão fixa em função da concisão da fala. Enquanto Contador de Argote dá explicações semânticas para a expressão “A Deos”, como “Ficay com bem” e “Deos vos guarde”; Reis Lobato compreende-a como uma expressão elíptica, caracterizando-a pela omissão de termos identificáveis pelo contexto.

Como se vê, os gramáticos interpretam os sentidos das expressões, mas não chegam a concluir que se trata de frases feitas que se empregam em situações específicas e que, portanto, valem mais pelo que representam em cada situação de comunicação.

II. Participípios passivos significarem como ativos

Reis Lobato também apresenta o uso de participípios passivos com valor de ativos. Enquanto trata da “Da natureza do Participio, e sua divisão”, Lobato faz uma advertência ao leitor a respeito dessa particularidade do português, como se pode ler no excerto a seguir:

entre os Participios passivos ha huns, **a que por abuso³⁸ damos tambem a significação activa**, como v.g. *Calado*, quando significa o que cala, *Agradecido* o que agradece; *Entendido* o que entende; *Lido* o que lê; *Desenganado* o que desengana; *Preferido* o que prefere. (Lobato, 1770, p. 168, grifo nosso)

Assim como Contador de Argote, Reis Lobato trata do uso do participípio passivo com valor de ativo, entretanto, afirma que esse uso é indevido. Essa afirmação justifica-se pelo fato de esse participípio ser passivo na forma e ativo no sentido, havendo, pois, tanto o sentido passivo quanto o ativo em todos os casos, por exemplo, quem é “calado” tanto sofre o fato de não falar (ser calado), quanto pratica a ação de permanecer sem falar (calar-se). Além disso, ainda que não utilize o termo *idiotismo* para descrever esse fenômeno linguístico, Lobato reconhece-o como uma particularidade do português.

III. Verbos se colocarem no lugar de nomes

Lobato também trata da substituição de nomes por verbos. Na oração “Pedro carece de ler”, Reis Lobato expõe o mesmo fato linguístico que Contador de Argote em “Deylhe de

³⁸ Sobre o termo *abuso* referido por Reis Lobato, encontramos em Bluteau a seguinte significação: “ABUSO, Abuso o mau uso de alguma cousa, ou qualquer cousa feita contra a boa resão, a boa ordem, &c.”. (Bluteau, 1728, p. 55)

cear”. Ambos os gramáticos citam infinitivos, regidos pela preposição *de*, que podem ser substituídos por substantivos. No entanto, diferentemente de Contador de Argote, Lobato atribui declinação ao verbo. De acordo com o gramático,

na lingua Latina tambem se toma algumas vezes por figura o verbo Infinito como nome virtual indeclinavel, valendo por varios casos. **Na Portugueza não sómente se toma como nome virtual, mas tambem se declina em qualquer das pessoas** em todos os tempos por meio de preposições, ou do artigo singular *O*, como se vê v. g. na primeira pessoa *Ler* do presente do Infinito do verbo *Leio*, que se póde declinar na fórmula seguinte.

Nominativo singular

N. O ler..... he proveitoso.

G. De, ou do ler os livros he o uso o melhor Mestre.

D. A, ou ao ler..... sempre me appliquei.

Ac. Ler, ou o ler..... desprezão os ignorante.

Abl. De, ou do ler..... se tira muita utilidade. (Lobato, 1770, p. 228-229, grifo nosso)

Reis Lobato insiste em atribuir o termo *declinação* aos verbos e não *conjugação*. Na língua portuguesa, João de Barros já havia distinguido o sentido de *declinar* e *conjugar*, afirmando que o verbo “nam se declina, como o nome e pronome, per casos, mas conjuga-se per modos e tempos” (Barros, 1540, *apud* Buescu, 1971, p. 325).

Passemos à análise da gramática de Pedro José da Fonseca.

3.2 *Rudimentos da Grammatica Portugueza* (1799) - Pedro José da Fonseca

Publicada em 1799, a obra *Rudimentos da grammatica portugueza*, de Pedro José da Fonseca, continua a defender e a destacar a importância do ensino da língua vernácula, em vernáculo, a fim de evitar os constrangimentos que o desconhecimento da gramática da língua nacional traz àqueles que dela necessitam, além de facilitar a compreensão das regras de quaisquer outras línguas, já que “os elementos do discurso são comuns a todas as lingoas” (cf. Fonseca, 1799, p. III-V).

Fonseca também critica o modelo latino seguido pela maioria dos gramáticos anteriores e, citando Du Marsais, afirma que essa subordinação das línguas modernas ao método latino

as embaraçarão com hum grande número de preceitos inuteis, como são *casos, declinações*, e outros termos, que não convém a estas lingoas, e que nunca se haverião recebido a não terem os Grammaticos começado pelo estudo da lingua Latina. Assim vierão a submeter simplicies equivalentes a regras estranhas. Porém, a Grammatica de huma lingua nunca pelas fórmulas da grammatica de outra lingua se deve regular. As regras de huma lingua só

desta mesma lingua devem ser tomadas. As linguas precederão ás Grammaticas, e estas não se devem formar mais que de observações exactas, tiradas do bom uso da lingua particular, se que ellas tratão. (Du Marsais, *apud* Fonseca, 1799, p. VII)

Du Marsais afirma que os gramáticos, preocupados em conformar as regras das línguas nacionais à latina, deixaram de tratar das regras da língua descrita, esquecendo-se de suas particularidades. Desse modo, o gramático chama a atenção para as características específicas das línguas modernas, afastando-as, assim, das características gerais.

O objetivo da obra é romper com a tradição gramatical anterior, por meio de um método conciso e simples. Os exemplos retirados da literatura “confirmão, e ilustrão a doutrina”, tornando-a “mais breve e eficaz”, sendo, pois, “mais poderosos que as mesmas artes que se ensinão” (cf. Fonseca, 1799, p. X-XI). O objeto de estudo dessa gramática são as palavras “consideradas como sinaes dos nossos pensamentos”, divididas em duas partes: a primeira trata das partes da oração, e, a segunda, da sintaxe ou construção. De acordo com Fonseca (1799, p. 2), a “Grammatica, de que havemos de tratar, pertence em especial á lingua Portugueza, por ser privativa ao dito idioma”. Desse modo, a doutrina exposta diz respeito às regras particulares do português. Das regras apresentadas por Argote como particularidades do português, Fonseca trata dos artigos, da ausência de plural dos pronomes demonstrativos, das vozes verbais (voz recíproca/ voz reflexiva), do infinitivo pessoal, do gerúndio, dos advérbios, das preposições e das conjunções, e da sintaxe do verbo *haver*. Trata ainda da significação das palavras e dos participípios passivos que significam como ativos.

Vejamos a seguir as regras aproveitadas por Fonseca:

3.2.1 Idiotismos morfológicos

I. Artigos

Fonseca, assim como Lobato já o fizera, inclui o artigo entre as nove partes da oração da língua portuguesa, (nome [substantivo e adjetivo], pronome, artigo, verbo, participípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Por não considerar o paradigma da declinação dos casos nominais, não lhe confere a tarefa de especificar a declinação e o caso ao qual o nome pertence, atribuindo-lhe a função de distinguir os gêneros dos nomes, determinando-os.

Assim, a definição passa por considerações sobre o critério distribucional-sintagmático, do mesmo modo que àquelas expostas por Contador de Argote e Reis Lobato, “articulo, ou artigo he huma parte da oração, que se antepõe aos nomes”, e pelo funcional,

seguindo de perto a descrição feita por Nebrija,³⁹ na *Gramática de la lengua castellana*, publicada em 1492, “para mostrar de que genero são” (Fonseca, 1799, p. 70). O exemplo a seguir ilustra a regra:

Os Ministros hão de ser como as leis. As leis hão de ser poucas, e bem guardadas; e os Ministros poucos, e escolhidos. (Vieir. Serm. t. 2. p. 359)

Entretanto, a anteposição é feita apenas a substantivos comuns, como afirma o gramático:

o articulo sómente se põe antes dos substantivos comuns. Debaixo desta denominação devem comprehender-se os nomes próprios, os adjectivos, os pronomes absolutos, os adverbios, as preposições, e os verbos quando se tornão substantivados, e como nomes communs em sentido determinado. (Fonseca, 1799, p. 73)

O quadro a seguir reúne alguns exemplos citados por Fonseca sobre o uso de artigos:

Quadro 12- Exemplos de uso dos artigos antepostos a substantivos comuns, de acordo com Fonseca (1799, p. 74-76)

Substantivos comuns	Exemplos
nomes próprios	João de Barros, o Livio Portuguez; Camões, o Homero Lusitano.
adjetivos	“Quem pede o illicito, e o injusto, merece que lhe neguem o licito, e o justo” (Vieir. Serm.).
pronomes absolutos	“Que he o unico destes pronomes com uso de articulo (...)”. “Os que são tocados d’algum vicio, qualquer autoridade, que lhe parece fazer por elles, bem entendida , mal entendida, logo sabe á praça, em desculpa de seu defeito” (Barr. Vicios. Vergonh.).
advérbios	“Não he o tempo, senão a razão, a que dá o crédito, e autoridade aos Escritores: nem se deve perguntar o quanto, senão o como escreverão” (Hist. do Futur.).
preposições	“O deserto he o donde e o por onde se sobe ao Ceo” (Vieir. Serm.).
verbos	“Faz mal a muita gente o prestar para muito” (Sous. Hist.)

³⁹ (...) los cuales son unos pequenõs miembros a semejanza de los cuales se llamaron aquellos artículos que añadimos al nombre para demostrar de qué género es. (Nebrija, 1492, capítulo novelo, del artículo)

A propósito dessa exposição, vê-se que há um distanciamento da descrição do latim, pois conforme o gramático, a maior parte das classes de palavras podem substantivar-se, ou seja, podem passar à categoria dos substantivos comuns, individualizando-se, desde que antepostas por um artigo. Além disso, acresce ainda notar que a terminologia “nombre común”, utilizada por Fonseca, encontra-se posta na gramática de Nebrija, acima referida.

II. Ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto, isso, aquilo* e do indefinido *tudo*

Fonseca também trata dos pronomes demonstrativos invariáveis *isto, isso e aquilo* e do indefinido *tudo*. Essas formas, derivadas de *este, esse, aquella*, de acordo com o gramático (1799, p. 49), “não tem plural, nem significão cousas, ou acções determinadas, e tanto valem como: esta cousa, essa cousa, aquella cousa”. O gramático utiliza, assim como Contador de Argote, o critério morfológico e o critério semântico para examinar esses pronomes. Assim sendo, essas palavras não modificam substantivos, nem se colocam antes deles, mas podem substituí-los.

Quanto ao pronome indefinido *tudo*, esse é tratado como uma palavra que exprime um objecto vago e indeterminado, assim, como consta do exemplo “Tudo quebranta a brandura, tudo sojuga⁴⁰ a humildade, tudo acaba o sofrimento” (cf. Fonseca, 1799, p. 69-70).

Desse modo, vê-se que Fonseca amplia o estudo de Contador de Argote sobre esse fato linguístico, apresentando uma definição mais clara do que aquela exposta por Argote, que apenas destaca a significação especial desses pronomes (cf. Argote, 1725, p. 250).

III. Vozes verbais

Pedro da Fonseca também trata dos verbos recíprocos e distingue-os dos reflexivos, como se pode ver no excerto a seguir:

os verbos pronominaes chamão-se reflexivos, quando a acção, que elles exprimem, reflecte, ou recahe sobre o sujeito, que a produz, como: armar-se, entristecer-se, ferir-se, &c. (...). Também se chamam reciprocos, quando exprimem uma acção reciprocada de duas, ou mais pessoas, como: abraçar-se, acutillar-se, saudar-se, &c. (Fonseca, 1799, p. 87-88)

Fonseca utiliza o critério sintático para distinguir os verbos pronominais em reflexivos e recíprocos. Ao fazer essa distinção, o gramático desenvolve a compreensão de Contador de Argote, que trata apenas da voz recíproca como se fosse a voz reflexiva, ou seja, com sujeito

⁴⁰ SOJUGAR. Sogear. Vid. no seu lugar. (Bluteau, 1728, p. 693)

agente e paciente. Entretanto, como exposto na segunda parte desta dissertação (p. 68-69), essa distinção já havia sido feita por Prisciano, no século VI. d. C..

Acresce ainda notar que à voz recíproca, cujo verbo denota uma ação mútua entre dois ou mais sujeitos, e à voz reflexiva com o verbo pronominal, Fonseca acrescenta outra construção formada de um verbo intransitivo seguido ou não de pronome, como “adormecer, adormecer-se; ajoelhar, ajoelhar-se; casar, casar-se; partir, partir-se; sahir, sahir-se, &c”; enriquecendo assim o estudo de Argote sobre o referido assunto.

IV. Infinitivo pessoal

Pedro da Fonseca parece não reconhecer a recorrência do infinitivo pessoal na língua portuguesa, pois afirma que “o *Infinito*, ou *Infinitivo*, que quer dizer não acabado, exprime a acção, ou significação do verbo de huma maneira indefinita, e indeterminada sem affirmacção, ou com affirmacção feita em geral, não designando tempos, números, nem pessoas” (Fonseca, 1799, p. 99), classificando-o, assim, sob um ponto de vista semântico, funcional e morfológico. Entretanto, ao estabelecer o paradigma da conjugação verbal, o gramático conjuga o verbo, conforme vemos no fragmento a seguir:

INFINITO, ou INFINITIVO

Presente impessoal

Ser

Presente pessoal

S. Ser eu, seres tu, ser elle.

P. Sermos nós, serdes vós, serem elles.

(Fonseca, 1799, p. 118)

Embora o fato já estivesse gramatizado, percebe-se que não havia racionalização, já que Fonseca mesmo apresentando a conjugação do infinitivo pessoal, não tece considerações sobre esse fenômeno linguístico.

V. Gerúndio

O gerúndio é amplamente desenvolvido por Fonseca, visto que os gramáticos portugueses anteriores, não obstante confundirem o gerúndio e o particípio, limitaram-se a uma breve descrição desse fenômeno.

Assim, para Fonseca (1799, p. 105), “o gerundio he huma inflexão do verbo”, critério metalinguístico-metagramatical, “com a qual se denota que o seu significado tem dependencia

de outro verbo principal, que com elle entra na mesma frase”, critério semântico-semiológico e critério funcional-sintático.

Fonseca também utiliza o critério etimológico, assim como Contador de Argote⁴¹ (1721, 1725) e Nebrija⁴² (1492) na designação do termo: “Chama-se *Gerundio* do verbo Latino *gero*, trago; porque traz consigo a significação do verbo, de que se deduz”. Além desses, Fonseca ainda utiliza o critério morfológico para mostrar a natureza indeclinável do gerúndio: “o gerúndio, (...), qualquer que seja o genero, e número, a que se refira, tem tres terminações; huma em *ando* para os verbos com infinitivo em *ar*, outra em *endo* para os em *er*, e a terceira em *indo* para os em *ir*, como: amar, *amando*; ler, *lendo*; ouvir, *ouvindo*.” (Fonseca, 1799, p. 105-106).

Ademais, além de designar o estado do sujeito, de acordo com o gramático, o gerúndio também pode designar o fundamento ou motivo da ação, ou, ainda, a característica de uma situação ou fato, como consta dos exemplos a seguir:

A verdadeira fidalguia he hum tributo perpetuo devido á virtude, que os filhos de nobres são obrigados a lhe pagar todos os dias de sua vida, e por isso não se alcança só *nascendo*, mas *morrendo*, e *vivendo*. (D.Fr. Amad. Arraiz. Dial. 10.c.17)

Alguns ha (diz hum illustre Poeta)
Que se fazem afamados
Julgando, e *interpretando* duramente,
Dos innocentes *fazendo* culpados. (Id Ibid 1.a. cart.a)

A disciplina militar prestante,
Não se apprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, *imaginando*, ou *estudando*,
Senão *vendo*, *tratando*, e *pelejando*. (Luziad. cant. 10. est. 153)

Fonseca ainda menciona o gerúndio presente e o gerúndio pretérito denotando uma ação em diferentes localizações no tempo em relação à oração principal. De acordo com o gramático (1799, p. 107-108), enquanto o gerúndio presente denota um presente relativo ao verbo, de que depende, como consta do exemplo “*Passando* Dom João de Castro acaso pela Jubiteria, *vendo* estar penduradas humas calças de obra, *parando* o cavalo, perguntou de quem erão (...)”; o gerúndio pretérito, formado dos auxiliares *haver* e *ter* mais *particípio passivo*,

⁴¹ D. Gerundio quer dizer operativo; porqie se deriva do Verbo Latino *Gero* que significa *Obrar*. (Argote, 1721, p. 61/ 1725, p. 61)

⁴² Y dicese gerundio, de ‘gero’, ‘geris’, por traer, porque trae la significacion del verbo de donde descende. (Nebrija, 1492, capítulo duodécimo, del gerundio del castellano)

denota por si mesmo um tempo passado, como em “*Havendo aceitado* David o desafio com o Gigante...”, em que a expressão *havendo aceitado*, significa *depois que aceitou*.

Por fim, a partir do estudo desenvolvido por Fonseca, vê-se que o gramático ampliou consideravelmente o trabalho de Contador de Argote sobre o gerúndio, ainda que o gramático colarense tenha percebido com mais atenção que os gramáticos portugueses anteriores e que o gramático posterior, Reis Lobato (1770) as características desse fenômeno linguístico.

VI. Advérbios, Preposições e Conjunções

Sobre o advérbios de modo, Fonseca segue de perto a descrição de Nebrija na *Gramática de la lengua castellana* (1492), como se pode conferir na exposição dos trechos a seguir:

(...) otros muchos adverbios de calidad, por rodeo de algún nombre adjetivo y este nombre ‘miente’ o ‘mente’, que significa anima o voluntad; y así décimos ‘de buena miente’, y ‘para mientes’, y ‘vino se le mientes’; y de aquí décimos muchos adverbios, como ‘justamente’, ‘sabiamente’, ‘neciamente’ (Nebrija, 1492, capítulo decimosexto, del adverbio)

e da mesma sorte se deverão também denominar todos os adverbios de qualidade, que se formão de hum adjectivo concordado com esta palavra *mente*, que quer dizer vontade, como: *boamente*, *felizmente*, *grandemente*, &c. (Fonseca, 1799, p. 192)

A definição de Fonseca, assim como a de Nebrija, passa pelos critérios morfológico e semântico, pois ambos tratam da forma do advérbio e do sentido que ele conserva. Fonseca afirma que esses advérbios de qualidade são como uma “voz complexa”, por serem formados, por dois termos (adjetivo + substantivo *-mente*) de tal forma unidos que funcionam como um só vocábulo. Entretanto, apesar de Fonseca tratar do mesmo fato linguístico exposto por Contador de Argote como um *idiotismo* da língua portuguesa, vê-se que o gramático descreve-o como um fenômeno completamente natural à língua portuguesa, ou seja, como um fenômeno já incorporado à língua.

As preposições, por sua vez, são descritas e classificadas de acordo com as relações que elas estabelecem em preposições de lugar, ordem, união, separação, fim e especificação. Assim, Fonseca classifica as preposições *a*, *de* e *em*, expostas por Contador de Argote como particularidades do português, como preposições de especificação, como consta do trecho a seguir:

especificação, ou distinta expressão, com que se determinão as cousas particulares, como *a, de, em*, v. g. andar *á* caça, pelejar *a* ferro, (...); homem *de* qualidade, Cidade *de* Lisboa; estar *em* pé, viver *em* sossego. Qualquer destas preposições especificas, determina, ou restringe a palavra, a que se antepõe. (Fonseca, 1799, p. 196)

Fonseca serve-se do critério funcional de caráter distribucional-sintágmático para examinar essas preposições, afirmando que elas funcionam como um determinante da palavra a que se antepõem. Vale notar que nenhum dos gramáticos anteriores atribuiu essa função à preposição.

O gramático ainda chama a atenção para o fato de a preposição ser “humas simples palavra, e por tanto não se deve dar hum tal nome ao substantivo, que se acha precedido de uma preposição, e seguido de outra, como: *a respeito de, em presença de, por causa de, sem embargo de, &c.*” (Fonseca, 1799, p. 195). De acordo com Fonseca, as “verdadeiras preposições, fallando restritamente, são as seguintes: *a, ante, após, até, com, contra, de, des, em, entre, para, perante, por, segundo, sem, sob, sobre, trás*”. Essa concepção da preposição como palavra simples, em oposição à palavra composta, assemelha-se à compreensão de Contador de Argote que não trata de locuções prepositivas.

No que diz respeito à conjunção, Fonseca define-a como “humas palavra, que serve para juntar entre si as differentes partes do discurso” (Fonseca, 1799, p. 197). Trata-se, pois, do critério funcional sintático. Essa definição assemelha-se àquela de Contador de Argote que também menciona a função unitiva que as conjunções compreendem. O gramático acrescenta às conjunções já existentes - copulativas (*e, nem, também, que*); disjuntivas (*ou, já, agora, ora, quer, quando*) adversativas (*mas, porém, quando, todavia, se bem, ainda, ainda que, posto que*), condicionais (*se, senão, quando, como*) e causais (porque, pois, pois que) -, as conjunções continuativas “que servem para continuar o discurso, como: portanto, pois, como, assim, assim mesmo, ou assim que” (Ibid., p. 202); ampliando consideravelmente os exemplos citados pelos gramáticos anteriores. Além dessa classificação, Fonseca ainda afirma que as conjunções podem ser simples, assim como *nem, pois* ou compostas, isto é, locuções, *ainda que* etc.

Convém não esquecer que Fonseca cita as conjunções apresentadas por Contador de Argote como particularidades do português, todavia, como se observa, o método de descrição utilizado por Fonseca afasta-se completamente daquele utilizado por Argote e até mesmo por Reis Lobato. Desse modo, Fonseca desenvolve a classificação e os exemplos das sobreditas conjunções, conformando-as não como especificidades, mas como usos recorrentes na língua portuguesa.

3.2.2 Idiotismos sintáticos

I. Sintaxe de concordância

Fonseca também examina o verbo *haver* com sentido de existir:

o verbo *haver*, quando se usa como impessoal nas terceiras pessoas do singular, tem a propriedade de convir também ao plural do substantivo, em que termina a sua significação, e assim se diz: *Ha ocasião*, e *ha muitas ocasiões*; *havia este*, e *havia aquelles*; *houve algum*, e *houve alguns*, &c. Ha muitos zeladores de lingoa, e poucos de obra. (Fonseca, 1799, p. 90-91)

Como se observa, o gramático trata da impessoalidade do verbo *haver* sem associá-la às particularidades do português e sem justificar seu uso, como fizeram alguns gramáticos, ou seja, ele trata “naturalmente” do português. Desse modo, podemos inferir que, para Fonseca, esse uso já havia sido incorporado à língua portuguesa.

3.2.3 Idiotismos semânticos

I. Significação das palavras

Apesar de não mencionar o gramático Contador de Argote, Fonseca utiliza um de seus exemplos enquanto trata da significação das palavras. Vejamos:

no familiar he ordinario dizer-se: *A Deos, até logo, bons dias, bem vindo, que tal?* e em todas estas expressões, e outras semelhantes se dá *ellipsis*, pois que sem ellas tomadas grammaticalmente não formão oração, porque lhes falta verbo, por cujo meio o sentido se constitue cabal, e perfeito. Mas logo que em cada huma das sobreditas expressões se substitue o verbo supprimido pela *ellipsis*, a construcção fica inteira, e regular, desta maneira: *A Deos te encommendo, ou peço que Deos te guarde; até logo, que voltarei; bons dias se dé Deos; bem vindo sejas; que tal te parece?* (Fonseca, 1799, p. 283)

Fonseca adianta o estudo de Argote, chamando a atenção para o ambiente informal no qual a expressão “A Deos” é inserida, entretanto, utiliza, assim como Contador de Argote e Reis Lobato a figura da elipse para explicar a oração. Desse modo, vê-se que, apesar de reconhecer que se trata de uma expressão própria à prática da língua, Fonseca ainda tenta explicá-la pela elipse.

II. Participios passivos significarem como ativos

Por fim, Fonseca apresenta os participios passivos usados com valor de ativos. Conforme o gramático (1799, p. 178), “outros participios ha, os quaes tem terminação

passiva, e significação activa. Entre elles merecem particular advertencia os seguintes: Acreditado, a, que tem credito, e boa reputação. Agradecido, que agradece. Atrevido, que se atreve, ousado, ou petulante”. Fonseca considera, então, o critério morfológico e o critério semântico no exame desse fenômeno linguístico, chamando a atenção para o fato de nem todos os verbos disporem de particípio ativo, atribuindo ao uso a queda de tais formas.

Ainda sobre essa classe de palavras, vale notar que para Fonseca (1799, p. 175), o “participio he hum nome adjectivo, que tem algumas propriedades do verbo, de que se forma”, sendo assim denominado porque “participa da natureza do nome adjectivo”, servindo para qualificar os substantivos, flexionando-se em gênero e número; e porque “participa da natureza do verbo, de que se deriva, tanto na formação, como na significação”. Desse modo, Fonseca utiliza os critérios etimológico, morfológico e semântico para examinar o particípio.

O gramático (Ibid., p. 176) também trata do particípio ativo, “que significa ação, como: *amante, temente, ouvinte*”, e do particípio passivo, “que significa paixão, como: *amado, temido, ouvido*”. A essa descrição, acrescenta o fato de tanto o particípio ativo, como o particípio passivo designarem o tempo por meio do verbo a ele anteposto, como em “*he amante* e *he amado* significão tempo presente: *era amante*, e *era amado* significão preterito imperfeito”. Fonseca ainda apresenta os “participios passivos irregulares na terminação”, como *aberto, absolto, absoluto, acceito, afflicto, coberto*, e os seus compostos, *descoberto, encoberto, confesso, confuso, defeso* etc.

O gramático também considera a regência dos verbos para a distinção dos particípios. Assim, se a regência dos verbos for conservada, o particípio será ativo, p. ex.: “assistente em, bastante a, correspondente a, &c.”; caso contrário, os particípios passam a ser adjetivos verbais, p. ex.: “amante de, ouvinte de, &c.”

A propósito da exposição de Fonseca, observa-se que o gramático segue de perto a descrição do particípio feita por Nebrija (1492), considerando-o também uma classe de palavras e dedicando um capítulo de sua gramática ao tratamento dessa categoria gramatical. Assim, Fonseca desenvolve o tema, ampliando, significamente, o exame dessa categoria gramatical feito por Contador de Argote e Nebrija.

Agora, tratemos da gramática de Jerônimo Soares Barbosa.

3.3 *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822) - Jerônimo Soares Barbosa

Publicada em 1822, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem* de Jerônimo Soares Barbosa segue, como referido no título da obra, um viés racionalista, pois aplica os princípios da gramática

geral e razoada à língua portuguesa. Isso não significa, todavia, que o gramático trate apenas das regras gerais, mas também das regras particulares já que afirma que “toda a grammatica é um systema methodico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e factos das linguas” (Barbosa, 1875, p. XI). Assim, partindo de observações factuais, Barbosa elabora regras particulares e demonstra na prática a aplicação desta teoria à língua portuguesa.

Assim como os gramáticos portugueses anteriores, Barbosa reflete sobre a importância do ensino e da aprendizagem da gramática da língua nacional, haja vista que o conhecimento das regras da língua portuguesa facilita a percepção e a compreensão das demais línguas, já que essas “tem os mesmos principios geraes, e não se differencam senão nas fórmulas accidentaes que cada uma escolheu para indicar as mesmas idéas e fazer d’ellas as mesmas combinações” (Ibid., p. XIV).

O gramático também examina as obras dos gramáticos portugueses anteriores - Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo, Bento Pereira, Contador de Argote e Antonio José dos Reis Lobato -, mas o faz do ponto de vista da lógica, afirmando que

além de muitos erros e defeitos particulares, (...), tem o commum de serem uns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das grammaticas latinas; e n’esta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o gênio particular e caracter da Lingua Portuguesa. (Barbosa, 1875, p. XIII)

De acordo com o gramático, o fato de essas obras seguirem, por analogia, o modelo latino faz com deixem de tratar dos aspectos particulares, ou seja, dos *idiotismos* da língua portuguesa.

Soares Barbosa considera positivamente a gramática de Pedro José da Fonseca, afirmando que por ter seguido os princípios dispostos na gramática de Nebrija (1492), Fonseca eliminou grande parte dos erros encontrados nas gramáticas anteriores. Apesar disso, ainda segundo Barbosa (Ibid., p. XIII), a gramática de Fonseca trata das regularidades da língua portuguesa, por isso “esta grammatica é mais um systema analogico, do que logico; e posto que reforme muitos abusos das antigas grammaticas, segue comtudo a mesma trilha”. De fato, como o próprio autor deixa entrever, sua gramática distingui-se das gramáticas anteriores por conter “as razões das práticas do uso, e mostrar os princípios gerais de toda a linguagem”, formando assim uma lógica prática que ensina a falar bem a própria língua e a bem discorrê-la (Ibid p. XIII).

Além disso, Barbosa chama a atenção para o conteúdo das gramáticas, uma vez que “em todas ellas ha coisas que só os mestres devem estudar para as explicar a seus discipulos;

outras que estes devem aprender, como os usos particulares e idiotismos da lingua” (Ibid., p. XIV-XV). Ao afirmar, portanto, que a língua portuguesa dispõe de regras que lhe são próprias e necessárias para a compreensão do idioma, Barbosa está se referindo aos *idiotismos*, pois são eles que fazem a diferença do português com o latim.

Dos fenômenos linguísticos apresentados por Contador de Argote como características do português são tratados por Jerônimo Soares Barbosa como se verá a seguir: o artigo; a invariabilidade dos pronomes *isto*, *isso*, *aquilo* e *tudo*; a voz média; o infinitivo pessoal; o particípio imperfeito ativo usado fazendo às vezes de gerúndio; o advérbio, a preposição e a conjunção; a sintaxe de concordância; a significação das palavras e os particípios passivos com sentido ativo.

3.3.1 Idiotismos morfológicos

I. Artigos

Barbosa também trata dos artigos, apresentando não apenas a etimologia do termo, como também sua significação e uso. De acordo com o gramático,

a palavra artigo vem do grego ἄρθω, que significa *adaptar*, *preparar*, e d’ella se serviram os grammaticos para designar certos adjectivos determinativos, monosyllabos, e frequentissimos no discurso que per si não tem significação alguma, mas postos antes dos nomes comuns, dispõem de antemão e advertem o ouvinte para tomar os ditos nomes em um sentido individual, ou já determinado pelo decurso e pelas circumstancias, ou que se vae a determinar, ou que se não quer determinar. Quando por ex. oiço: *o principe*, o artigo *o* me indica que o nome commum de *principe*, se deve tomar em um sentido individual que a circumstancia do reino e nação em que vivo me determina; e quando oiço: *um príncipe é digno de casar com uma princeza*. *Um crime tão horrendo merece a morte*; o artigo *um*, *uma*, indica-me que se falla de um individuo e de um crime individual, mas vago, e que se não quer nomear. **O officio pois dos artigos não é como ensina todos os nossos grammaticos para declinar os nomes, nem para mostrar de que genero são. Os nomes portuguezes são indeclinaveis, e as preposições que se lhes ajuntam é que supprem a declinação.** Se os artigos tem fórmulas genericas como os mais adjectivos, é por concordarem, como estes, com os substantivos, e se pela concordancia mostram o genero, tambem os mais adjectivos o mostram. **Não é pois para indicar o genero dos nomes appellativos que os artigos foram inventados, mas sim para os tirar da sua generalidade, e mostrar que se tomam em um sentido individual.** (Barbosa, 1875, p. 99-100)

Soares Barbosa analisa o artigo sob o critério etimológico, o critério semântico e o critério funcional de carácter distribucional-sintágmático, como uma palavra de origem grega, desprovida de sentido, cuja função é individualizar o nome, quando a ele anteposto. Também

apresenta uma revisão da descrição anterior dos artigos da língua portuguesa, negando- a tanto pela distinção casual, como pela atribuição de indicador de gênero, para dar, em seguida, uma nova descrição dessa classe, com a inserção da preposição como elemento identificador das funções antes marcadas pela declinação.

Pautando-se nos estudos de Beauzée (1767, p. 309), Barbosa inclui o artigo na classe dos adjetivos determinativos, atribuindo-lhe a função de modificar os nomes apelativos, “determinando-os a um sentido, não já específico, mas individual” (Barbosa, 1875, p. 76), tirando-os, assim, de sua generalidade. Assim, o artigo, anteposto ao nome, tem a função de indicar a determinação ou indeterminação dos nomes apelativos, ou seja, mostrar de maneira definida ou indefinida o termo referido, ressaltando a sua individualidade.

Barbosa também distingue artigo definido e indefinido, desenvolvendo o trabalho de Beauzée que tratou da acepção numérica do termo. De acordo com o autor (Beauzée, 1767, p. 391), “o artigo *um*, assim como todos os outros *artigos numéricos*, apenas determina os indivíduos com a precisão numérica, e os deixa indeterminados em todos os outros aspectos (...)”.⁴³ Nesse sentido, Barbosa supera o estudo dos artigos feito por Contador de Argote, pois esse não trata dos *artigos indefinidos* (*um, uma, uns, umas*) em nenhuma das duas edições de sua gramática.

II. Ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto, isso, aquilo* e do indefinido *tudo*

Diferentemente dos gramáticos que o precederam, Barbosa nomeia neutros os pronomes demonstrativos *isto, isso, aquilo*, conforme se lê no trecho transcrito a seguir:

os demonstrativos neutros que os nossos antigos tomaram da Lingua castelhana, em que ainda subsistem, a saber: *esso, ello, esto, aquello*, e que o uso mudou em *isto, isso* e *aquilo*, não tem plural e chamam-se neutros, não porque tomem esta fôrma para, á maneira dos adjectivos latinos, concordarem com substantivos neutros, mas **porque servem para mostrar coisas, acções ou sentidos que não tendo genero algum, nem masculino nem feminino (os quaes só competem aos nomes substantivos) vem a ser neutros**, isto é, de nenhum genero, como: *isto que digo, é certo; isso que tu disseste, não o é; aquello é bem dito*. (Barbosa, 1875, p. 113-114)

Barbosa recorre aos critérios morfológico e funcional-sintático para examinar os pronomes demonstrativos *isto, isso, aquilo* e o indefinido *tudo* como formas neutras

⁴³ “(...) l’Article *un*, ainsi que tous les autres Articles numériques, ne détermine les individus qu’avec la précision numérique, & les laisse indéterminés à tout autre égard (...)”.

invariáveis que desempenhando a função de substantivos, não concordam com substantivo algum, masculino ou feminino.

Assim, Barbosa justifica a terminologia utilizada para classificar esses pronomes demonstrativos na *Grammatica Philosophica* pela terminologia utilizada por Nebrija na *Gramática de la lengua castellana*, que dos quatro gêneros citados, destaca o gênero neutro do pronome: “masculino, como *este*; femenino, como *esta*; neutro, como *esto*; común de tres, como *yo, mí*” (cf. Nebrija, 1492, capítulo octavo, del pronombre).

Embora faça uma interpretação que ultrapassa as anteriores, Barbosa ainda não descreve com precisão a função do pronome neutro. Cumpre ainda salientar que, ao mencionar a origem castelhana desses termos, Barbosa reconhece que não se trata de um *idiotismo* do português.

III. Vozes verbais

Soares Barbosa apresenta entre os modos de exercitar a ação verbal aquele cuja ação recai no sujeito que a pratica e o nomeia voz média, assim como os gregos. De acordo com o gramático,

os latinos não tinham para isso fôrma alguma especial, nem também nós. Porém elles e nós também supprimol-a com os pronomes da mesma pessoa do verbo, postos antes, ou depois d'elle, ou no meio, como: *eu me amo*, *eu entendo-me*, *applaudir-me-ei*. D'aqui veio chamarem-se os verbos assim construídos *pronominaes*, e também reflexos ou reciprocos, porque os agentes da oração reflectem e fazem recair sobre si a mesma acção que produzem, exercitando-a e recebendo-a ao mesmo tempo. (Barbosa, 1875, p. 180)

O autor utiliza o critério morfológico e o funcional de caráter distribucional-sintagmático para tratar dos verbos pronominais, tendo acrescentado o fenômeno linguístico da mesóclise, “applaudir-me-ei”, ainda que não tenha sido apresentado com essa terminologia. Esse fenômeno encontra-se, todavia, posto na gramática de Reis Lobato (1770, p. 223-224), apresentado enquanto trata do metaplasmo “Synalefa”, exposto no livro IV, “Das Figuras de Dicção” nas seguintes entradas: “Entregarão-me-o, Derão-te-a, Affirmarão-lhe-o”. Entretanto, tanto na gramática de Argote (1725), quanto na gramática de Fonseca (1799), o que se encontra é o pronome posto em próclise ou em ênclise, apenas, mostrando-nos que não havia uma regra fixa para o uso desses pronomes. Assim, o que se observa dos exemplos expostos sobre o assunto, na gramática de Barbosa, publicada em 1822 é a fixação da regra, “*eu me amo*, *eu entendo-me*, *applaudir-me-ei*”, ou pelo menos, o desejo de fixá-la.

Tendo em conta o problema das vozes verbais, vê-se que mesmo mencionando os termos reflexo e recíproco, apontando suas características, Barbosa escolhe o termo *voz média*, justificando-a por ser um termo “consagrado pelos grammaticos gregos para significar a voz que tem o meio entre a activa e a passiva, pela qual a acção do agente se fazia recair sobre elle mesmo” (Barbosa, 1875, p. 182).

De acordo com Ali, a voz média é, de fato, “a forma intermediária entre a voz ativa e a passiva”. Ela abrange tanto as funções de reflexividade, quanto de reciprocidade e é conjugada com o pronome reflexivo (cf. Ali, 1965, p. 177). Faria nos dá o percurso histórico desse fenômeno:

subsistia em latim na qualidade de simples vestígio de um antigo estado de coisas indo-europeu, que a língua ia procurando eliminar e que assumiu, no latim, quanto ao seu aspecto morfológico, a forma passiva. Da antiga voz média do indo-europeu, apenas resquícios restaram no latim, entretanto, no português, esta forma verbal reaparece com a denominação de voz recíproca, conjugada com um pronome reflexivo, denotando que a ação verbal emana do sujeito e para ele retorna. (Faria, 1958, p. 388-390)

Esse fato, como menciona Barbosa, foi desenvolvido pelo gregos. Dionísio da Trácia, no século II-I a. C, tratou da questão, identificando três disposições do verbo: ação, padecimento e mediana. Essa sendo a que “apresenta ora ação, ora padecimento” (cf. Arte *apud* Martinho, 2007, p. 164). Ainda no grego, Apolônio Díscolo, no século II d. C., trata da voz *média* como aquela cuja propriedade é “indicar atividade e passividade”, como fica dito em Neves (2005, p. 181). No latim, Prisciano, no século VI d. C., não emprega o termo grego, mas os termos *reciprocantur* e *refringuntur* (cf. Priscien *apud* Baratin *et al.*, 2010, p. 192), tendo esses termos passado às línguas neolatinas. Desse modo, por não ser recorrente no latim, o termo voz média não passou às línguas vulgares, tendo permanecido a ideia de reciprocidade e reflexividade por ele expresso.

IV. Infinitivo pessoal

Este é o único fenômeno linguístico que Soares Barbosa reconhece como uma particularidade da língua portuguesa. Para o gramático, há no português dois infinitivos: um impessoal, de que dispõe todas as mais línguas, e outro pessoal que

é um idiotismo singular, só proprio da Lingua Portugueza, que conjuga a fôrma primitiva de seus verbos por numeros e pessoas, dizendo no singular: *ser eu, seres tu, ser elle*; e no plural: *sermos nós, serdes vós, serem elles*, e por este mesmo modo os auxiliares *haver, estar, ter*, e todos os mais verbos. Este infinito pessoal é outro substantivo appellativo verbal com as mesmas

propriedades que o impessoal, e o que tem de particular é o enunciar a coexistência de um attributo em um sujeito differente do da oração antecedente. Estes *infinitos pessoas* dão á nossa Língua sobre as outras a grande vantagem de evitar na expressão muitos equívocos, e fazel-a mais breve e corrente, desembaraçando-a da necessidade de repetir a cada passo o sujeito da oração infinita, quando não é determinada pelo verbo da oração finita (...). (Barbosa, 1875, p. 143-144, grifo nosso)

A particularidade desse fenômeno linguístico que, de acordo com Soares Barbosa, inclui todos os verbos inclusive os auxiliares, está relacionada à existência de um sujeito diferente para ambos os verbos, finito e infinito. Essa regra é rejeitada por Ali (2010, p. 69) ao enfatizar a prevalência da “lei da concordância sempre que lhe dermos um sujeito no caso nominativo e, portanto, tão regular como o sujeito de outras formas verbais”. Ali também destaca a regra segundo a qual os verbos auxiliares requerem o infinitivo impessoal. Além da regra mencionada que consiste no uso do verbo finito quando o sujeito do verbo infinito for diferente, ou seja, quando o infinitivo pessoal tiver sujeito diferente daquele da oração principal, como consta do exemplo “Julgo seres tu sabedor” (Ibid., p. 200), Barbosa partilha uma outra regra em que o uso dar-se-á

quando a oração do infinito, ou como sujeito e attributo de outro verbo, ou como complemento de alguma preposição se toma em um sentido não já abstracto mas pessoal, v. gr. *o louvares-me tu me causa novidade*. (Barbosa, 1875, p. 200)

O exemplo citado por Barbosa, “o louvares-me tu me causa novidade”, traz para compor o movimento das orações principal e complementar a presença de dêiticos, fenômeno já estudado por Prisciano (séc. VI. d. C.), como se pode ler no trecho a seguir:

em grego, entre os pronomes dêiticos, uns são absolutos, os outros distintivos. Chamamos “absolutos” aqueles que não têm necessidade de adjunção de uma outra pessoa; eles são **em grego** *egklitika*, isto é, “enclíticos”, como em *eiden me, elalêsen moi* [ele me viu / ele me falou]. São distintivos aqueles que têm necessidade da adjunção de outras pessoas; nós os chamamos *orthotonoumena*, como em *eiden eme, ouk ekeinon* [moi il m’a vu, pas lui / a mim ele me viu, não a ele], em que é indispensável que uma outra pessoa seja introduzida; é a mesma coisa que com os nomes no comparativo; eles não podem aparecer senão em relação a outras pessoas, enquanto aqueles que são absolutos, isto é no positivo, são empregados de modo autônomo. **Em latim, os pronomes absolutos são igualmente distintivos** *uidit me / uidit me, illum autem nom* [ele me viu / a mim ele me viu, não ele]; todavia, se é o nominativo dos pronomes de 1ª ou de 2ª pessoa que é associado ao verbo, ele é em geral distintivo, considerando que o verbo por si mesmo significa mais a pessoa no

absoluto: *ego dico, ille autem non* [moi je parle, não ele / eu falo, ele não].⁴⁴
(Priscien *apud* Baratin *et al.*, 2010, p. 141, tradução nossa, grifo nosso)

Desse modo, enquanto no grego, Prisciano distingue esse fenômeno como um pronome dêitico distintivo, pela necessidade da junção de outras pessoas à oração principal, a fim de enfatizar um termo; no latim, esses pronomes são ao mesmo tempo absolutos e distintivos, ou seja, podem ou não ser empregados de modo independente, com ou sem adjunção. Sobre o exemplo exposto por Barbosa, considerando tanto o paradigma grego quanto o latino, trata-se de pronomes dêiticos distintivos porque além de ter a presença de duas pessoas pronominais na oração, o nominativo encontra-se na primeira pessoa.

Ainda sobre as regras apresentadas por Barbosa, no que diz respeito ao infinitivo pessoal, cumpre salientar que embora critique veementemente o gramático português por suas frequentes contradições, Ali (2010, p. 63) partilha de duas dessas regras, além de acrescentar uma terceira. Vejamos as regras apresentadas pelo autor:

- 1.º sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao de outro verbo, quer diferente).
- 2.º sempre que se tornar necessário destacar o agente e referir a ação especialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente.
- 3.º quando o autor intencionalmente põe em relevo a pessoa a que o verbo se refere. (Ali, 2010, p. 80)

Como se pode verificar, a primeira e a segunda regras assemelham-se às aquelas apresentadas por Soares Barbosa, enquanto a terceira, cujo propósito é destacar a pessoa a que o verbo se refere, é acrescentada para uma melhor compreensão do uso desse fato linguístico.

Por fim, tendo em conta o trabalho de Soares Barbosa sobre o infinitivo pessoal, observamos que tem a vantagem de expor regras mais claras e consistentes, em relação ao que havia sido exposto pelos gramáticos anteriores aqui estudados. Isso se justifica pelo tipo e também pelo objetivo da obra, que busca por meio de princípios filosóficos e razoados “compreender as razões das práticas do uso” da língua (Barbosa, 1875, p. XIII).

⁴⁴ En grec, parmi les pronoms déictiques, les uns sont absolus, les autres distinctifs. On appelle “absolus” ceux qui n’ont pas besoin de l’adonction d’une autre personne; ils sont en grec *egklitika*, c’est-à-dire “enclitiques”, comme dans *eiden me, elalêsen moi* [il m’a vu/ il m’a parlé]. Sont distinctifs ceux qui ont besoin de l’adonction d’autres personnes; on les appelle en grec *orthotonoumena*, comme dans *eiden emme, ouk ekeinon* [moi il m’a vu, pas lui], où il est indispensable qu’une autre personne soit introduite; c’est la même chose qu’avec les noms au comparatif: ils ne peuvent apparaître que par rapport à d’autres personnes, alors que ceux qui sont absolus, c’est-à-dire au positif, sont employés de façon autonome. En latin, les pronoms absolus sont également distinctifs: *uidit me / uidit me, illum autem non* [il m’a vu/ moi il m’a vu, pas lui]; néanmoins, si c’est le nominatif des pronoms de 1re ou de 2e personne qui est associé au verbe, il est en général distinctif, étant donné que le verbe par lui-même signifie plutôt la personne dans l’absolu: *ego dico, ille autem non* [moi je parle, pas lui].

V. Gerúndio

Barbosa não usa a terminologia *gerúndio*, mas *particípio imperfeito ativo* por compreender que essa terminologia é usada pelos gramáticos por desconhecimento das causas dos fatos linguísticos. Dessa forma, afirma o gramático (1875, p. 200) que “a terminação em *ndo* semelhante á dos gerundios latinos, impoz a nossos grammaticos para os terem por taes. Mas é mais provavel que estes participios activos em *ndo*, tivessem sua origem dos adjectivos verbaes em *nre* (...)”.

Esse particípio, ainda de acordo com Barbosa (Ibid., p. 200), é um adjetivo indeclinável porque modifica o agente da oração, podendo ser acompanhado de um verbo auxiliar, e exprime uma ação não acabada, como consta do exemplo: “pois eu *estou amando* é o mesmo que *estou sendo amante*, e *amando eu*, é o mesmo que *sendo eu amante*”.

Para entender a questão, tomamos de Almeida (1997) e Williams (1973) dados sobre o gerúndio no latim e no português. Vejamos :

Quadro 13- Quadro-síntese do gerúndio no latim e no português

GERÚNDIO
LATIM
1. É da voz ativa.
2. É substantivo verbal, que se declina pela 2. ^a ; possui os casos genitivo, dativo, ablativo e acusativo: Gen.: <i>amandi</i> = de amar Dat.: <i>amando</i> = a amar Abl.: <i>amando</i> = pó, com amar Ac.: (<i>ad</i>) <i>amandum</i> = para amar
3. É variação do infinito; o infinito pode ser considerado o nominativo do gerúndio.

(Almeida, 1997, p. 205)

GERÚNDIO		
	Latim clássico	Português
1 ^a	<i>-andum</i>	<i>-ando</i>
2 ^a	<i>-endum</i>	<i>-endo</i>
3 ^a	<i>-endum</i> <i>-iendum</i>	<i>-endo</i>
4 ^a	<i>-iendum</i>	<i>-indo</i>

(Williams, 1973, p. 190)

A partir do exposto, vê-se que o gerúndio do português originou-se da forma do gerúndio do latim, e não do particípio como disse Soares Barbosa. Para confirmar, Ali (1965, p. 146) explica que, “como as demais línguas românicas, o idioma português não herdou do gerúndio latino senão a forma ablativa”, tendo esse “aplicação muito mais ampla que em latim, fazendo as vezes do particípio do presente, o qual perdeu a função verbal, passando a servir de adjetivo e substantivo”. Isso justifica a dificuldade de alguns gramáticos em distinguir gerúndio e particípio.

No que diz respeito a *idiotismos*, a aplicação do que Barbosa nomeia *particípio imperfeito ativo* aparece na *Grammatica philosophica* como uso natural na língua portuguesa.

VI. Advérbio, preposição e conjunção

Sobre a classe dos advérbios, Barbosa (1875, p. 234), em total conformidade com Beauzée (1767, p. 544),⁴⁵ afirma que o advérbio “não é outra coisa mais do que uma redução, ou expressão abreviada, da preposição com seu complemento em uma só palavra indeclinável”. Barbosa utiliza o critério morfológico, assimilando o advérbio à preposição pela forma, já que ambos se unem ao nome para modificá-lo, restringi-lo ou completá-lo.

O gramático ainda distingue *advérbios* que são palavras invariáveis, como *aqui*; *nomes adverbizados* que são palavras variáveis, como *certo*, *certa*, *certos*, *certas*; e, *expressões adverbiais*, como *d’aqui*, *d’alli*, *d’este lugar*, *às claras* etc. De acordo Barbosa,

por falta d’esta distincção nascida mesmo da natureza adverbial, que requer necessariamente uma reducção ou na preposição ou no complemento, confundiram tudo nossos grammaticos. Esquecendo-se ainda das mesmas definições que dão do adverbio, que dizem ser uma voz indeclinavel, mettem n’esta conta expressões que nada tem de adverbiaes; porque são os meros complementos com suas preposições, que não ha mais razão para pôr na classe dos advérbios do que qualquer outro substantivo com a sua preposição junta; o que seria uma estranha confusão. Taes são: *sem duvida*, *de nenhuma sorte*, *porque*, *porque razão*, *do mesmo modo*, *na verdade*, outras que *Argote* e *Lobato* contam como advérbios. (Barbosa, 1875, p. 236)

Dessa maneira, Barbosa atribui o erro dos gramáticos ao desconhecimento da forma dos advérbios, ou seja, a não compreensão de que o advérbio é formado por uma preposição e um nome reduzidos, pela própria condição do advérbio, à uma palavra ou expressão fixa.

⁴⁵ Par rapport aux Adverbes, c’est une observation importante, que l’on en trouve dans une langue, plusieurs qui n’ont dans une autre langue aucun équivalent sous la même forme, mais qui s’y rendent par une Préposition avec un complément; & ce complément énonce la même idée qui constitue la signification individuelle de l’Adverbe. (Beauzée, 1767, p. 544),

No que concerne à preposição, Barbosa (1875, p. 218) define-a como “uma parte conjuntiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem com a primeira, utilizando, assim, o critério funcional-sintático para essa descrição. A esse, o gramático combina o critério morfológico, pois afirma que a preposição “é uma palavra indeclinável e invariável, simples e não composta, primitiva e não derivada”, que “exprime uma idéa só, e essa simplicíssima”.

Ainda sobre as preposições, Barbosa afirma que conta na língua portuguesa cerca de quarenta, das quais apenas dezesseis são verdadeiras preposições - *a, ante, apoz, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, por, sem, sob, sobre*. “As mais todas ou são nomes ou advérbios, e como taes devem ser tirados da posse injusta em que as pozeram nossos grammaticos” (Ibid., p. 221).

Quanto às conjunções, Barbosa (1875, p. 243) serve-se do critério funcional-sintático para analisar a conjunção como uma palavra que liga e organiza as orações. Barbosa (Ibid., p. 244) ainda diz que há apenas nove conjunções propriamente ditas na língua portuguesa (*e, mas, nem, ou, pois, porém, que, se, cá*) usadas em lugar de *que*, as quais exprimem as relações que as proposições têm entre si para fazerem um sentido total, mas para isso, elas devem ser curtas, primitivas e simples. O que fugir a essa regra não é considerada uma conjunção propriamente dita, mas palavras conjuntivas, ou frases conjuntivas.

Neste subitem não foi descrito qualquer aproveitamento relacionado aos advérbios, preposições e conjunções da língua portuguesa, porque, como se pode notar, Barbosa usa uma outra fonte.

3.3.2 Idiotismos sintáticos

I. Sintaxe de concordância

No que concerne à sintaxe de concordância, Barbosa examina o verbo *haver* impessoal, reduzindo-o à sintaxe irregular e tenta explicá-lo pela silepse de número. De acordo com o gramático (Barbosa, 1875, p. 268), “ha silepse dos numeros, quando a nomes do singular se ajuntam adjectivos ou verbos no plural; ou pelo contrario quando a nomes do plural se ajuntam verbos no singular”. Vejamos como o gramático examina a questão:

5.º Assim como com os collectivos geraes do singular se põe ás vezes o adjectivo e o verbo no plural, **assim com os substantivos do plural, tomados collectivamente, se põe ás vezes o verbo no singular, o que acontece sempre com o verbo *haver* impessoal na significação de existir**, e com os verbos que o determinam ao infinito, como: *ha tempos, houve*

muitos homens, haverá cem annos, póde haver alguns, acontece haver pessoas, etc. (Barbosa, 1875, p. 268-269)

Para justificar a “sintaxe irregular” verificada no uso do verbo *haver* com sentido existencial, Barbosa utiliza-se da figura da silepse, a partir da qual é possível fazer uma concordância não com o verbo explícito, mas com a ideia que ele apresenta. Ora, também Reis Lobato (1770) não reconhecendo essa construção como própria da língua portuguesa tenta justificá-la pela silepse. Entretanto, no contexto em que esta gramática foi escrita, utilizar a figura da silepse para apresentar razões que expliquem o uso do verbo *haver* tomado impessoalmente é significativo, haja vista a importância dessa figura para a gramática filosófica, já que é o pensamento o que importa e não a forma da linguagem.

3.3.3 Idiotismos semânticos

I. Significação das palavras

Sobre a significação das palavras, Soares Barbosa recorre à figura da elipse usada pelos gramáticos portugueses anteriores para dar sentido à expressão “a Deus”. Leiamos o excerto em que o gramático aborda a questão:

8.º A toda a preposição *a* com seu complemento se deve entender um antecedente de significação relativa, quando o não tem. Assim, n’estas expressões vulgares: *a Deus, até logo, suppl., a Deus peço que te guarde, até logo* te espero (...). (Barbosa, 1875, p. 286)

Barbosa reconhece a expressão “a Deus” como uma particularidade do português, pois refere-se à mesma como “expressão vulgar”, ou seja, expressão característica da língua vernácula. Também afirma que é a oração que precede a expressão “a Deus” o que estabelece uma lógica para sua compreensão, todavia, pelo que consta do exemplo exposto, vemos que, na verdade, é o que vem após a referida expressão, ou seja, o consequente, e não o antecedente, o que lhe dá sentido.

II. Participios passivos significarem como ativos

Barbosa também descreve o uso de participios passivos com sentido ativo, como se pode verificar no extrato seguinte:

os participios perfeitos activos são uns verdadeiros adjectivos indeclinaveis, nascidos dos passivos declinaveis. D’aqui veio **ficarem ainda no uso presente da nossa Língua** muitos participios passivos com significação activa, posto que intransitiva, e fallando-se de pessoas, taes como os

seguintes. (...) Acreditado - Que tem credito e reputação, Agradecido- Que agradece (...) (Barbosa, 1875, p. 204, grifo nosso)

Embora reconheça a recorrência do participio passivo com valor de ativo na língua portuguesa, Barbosa nada acrescenta ao exposto de Argote, além do fato de lhe atribuir característica intransitiva.

Vejamos, a seguir, uma breve apresentação do aproveitamento da obra de Contador de Argote por José Leite de Vasconcelos.

3.4 *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901) - José Leite de Vasconcelos

Essa obra de Leite de Vasconcelos é um estudo linguístico e dialetológico que mostra a variação do português no tempo e no espaço. Conforme Leite (2011b, p. 19), desde a Antiguidade Clássica a variação linguística vem sendo tratada, não tendo passado despercebida no mundo português. Apesar de Fernão de Oliveira, João de Barros, Duarte Nunes de Leão, dentre outros⁴⁶ terem feito observações sobre o uso da língua portuguesa, foi Contador de Argote quem desenvolveu, na segunda edição de sua gramática, em 1725, um trabalho mais elaborado sobre o assunto.

É no capítulo I da “Quarta parte da grammatica portugueza”⁴⁷ (Argote, 1725, p. 291) que Argote registra aspectos dialetais do português falado. Trata-se, pois, da primeira sistematização dos dialetos portugueses, daí a importância desse capítulo para a gramatização da língua portuguesa. Nele, o gramático apresenta os dialetos como “castas”, com a mesma terminologia que usou para se referir às classes de palavras. Vejamos como o autor apresenta o assunto:

M. E quantas castas ha de Dialectos?
D. Muytas, mas as principais são tres.
M. Quaes são?
D. Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão.
(Argote, 1725, p. 292)

Esses dialetos são, de acordo com Leite (2011a, p. 674), “diferenças que o autor observou internamente na língua portuguesa, no que diz respeito à diferenças regionais,

⁴⁶ cf. Vasconcelos, 1987, p.16

⁴⁷ Esse é o título da quarta parte da gramática Regras da lingua portugueza, em que Argote trata dos dialetos e da construção da língua portuguesa.

sociais, temporais, e de profissão”. Assim, Argote trata das variedades *diatópicas*, *diacrônicas* e *diafásicas*, já que os dialetos de profissão dizem respeito ao estilo prosaico, “modo de fallar, de que usamos quando dizemos qualquer cousa sem ser em verso, assim como quando fallamos familiarmente, &c.”, e ao estilo poético, “modo de fallar de que usamos quando contamos algum sucesso, ou quando o escrevemos em verso” (Argote, 1725, p. 297-298). O gramático também trata das variedades *diastráticas*, fazendo alusão “ao modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico, e delle usa a gente ignorante, rustica, e incivil”, em oposição ao “Dialecto Verdadeyro”, que “differe na pronuncia, nas palavras, e no modo de fallar a lingua Portugueza”. Além desses, Argote ainda menciona os “Dialectos ultramarinos, os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo”, além da “Giria”, de que usam entre si “os homem de ganhar” e os “Siganos”. (Ibid., p. 299-300). Apresentamos a seguir um quadro de Leite (2011a, p. 676-679) em que se vê resumido o estudo do autor sobre os dialetos da língua portuguesa.

Quadro 14- Quadro-síntese dos dialetos locais, de tempo, de profissão e sociais apresentados por Contador de Argote (1725).⁴⁸

⁴⁸ Onde se lê “Autoria própria”, entenda-se Leite (2011a, p. 676-679).

Local	Natureza da variação	Exemplos
<i>Provincia da Estremadura</i> (padrão)	1. Diferença fonética. a. Troca do <i>V</i> pelo <i>B</i> . b. Troca de <i>-ão</i> por <i>-om</i> . 2. Diferença lexical 3. Diferença morfológica: a. gênero dos nomes. b. conjugação verbal.	a. <i>Vinho</i> → <i>Binho</i> ; <i>Vento</i> → <i>Bento</i> . b. <i>Naõ</i> → <i>Nom</i> ; <i>Paõ</i> → <i>Pom</i> . a. <i>Viração</i> → <i>Maré</i> ; <i>Alameda</i> → <i>Devesa</i> . a. <i>O fim</i> → <i>A fim</i> . <i>A febre</i> → <i>O febre</i> b. <i>Eu estive</i> → <i>eu esteve</i> . <i>Eu fiz</i> → <i>eu fez</i> .
<i>Provincia da Beyra</i>	1. Diferença fonética. a. Troca de <i>-ou</i> por <i>-oi</i> . b. Epêntese de <i>-i</i> em palavras iniciadas por <i>A</i> . 2. Diferença lexical	a. <i>Ouvir</i> → <i>Oyvir</i> ; <i>Couves</i> → <i>Coyves</i> . * O autor observa que esse uso se espalhou pela Estremadura, pois lá algumas palavras apresentam a troca do ditongo: couro → coyro; mouro → moyro; touro → toyro. b. <i>A agua</i> → <i>Aiagua</i> ; <i>A alma</i> → <i>Aialma</i> . <i>Canteyros</i> → <i>Leyras</i> ; <i>Vagados</i> → <i>Oyras</i> . <i>Rapazes</i> → <i>Cachopos</i> . <i>Moças</i> → <i>Cachopas</i> .
<i>Provincia de Tras os Montes</i>	1. Diferença fonética. 2. Diferença lexical.	<i>"Differe na pronuncia, e nas palavras que condizem muyto com as da Beyra, e Entre Douro e Minho."</i>
<i>Provincia de Algarve</i>	1. Diferença fonética. a. Troca do <i>-e</i> pelo <i>-i</i> . b. Troca do <i>-i</i> pelo <i>-e</i> .	a. <i>Pedaço</i> → <i>Pidaço</i> . b. <i>Dizer</i> → <i>Dezer</i> .

Local	Natureza da variação	Exemplos
<i>Provincia do Alentejo</i> (dialecto semelhante ao da Estremadura, com alguns defeitos da pronúncia do Algarve)	1. Diferença lexical.	<i>Concertar</i> → <i>Amanhar</i> ; <i>Casaes</i> → <i>Montes</i> .
<i>India e Brazil &c. – dialectos ultramarinos e conquistas de Portugal.</i>	1. Diferença lexical: a. presença de termos de língua bárbaras. b. presença de vocábulos do português antigo.	-

Quadro 2 – Dialectos locais**Fonte:** Autoria própria.

Classificação	Localização temporal	Observação
<i>Antiquíssimo</i>	Usado até o tempo de El Rey D. Diniz, o sexto de Portugal. Aproximadamente de 1139 a 1185.	Existente nos livros de doações antigas. Semelhante ao atual [da época] dialecto do <i>Minho</i> , <i>Beira</i> e <i>Trás os Montes</i> .
<i>Antigo</i>	Usado até quase a perda de El Rey D. Sebastião. Aproximadamente de 1185 a 1578.	Idem.
<i>Moderno</i>	Usado desde a perda de D. Sebastião até a época contemporânea ao autor. Aproximadamente de 1578 a 1725.	

Quadro 3 – Dialectos de tempo**Fonte:** Autoria própria.

Tipos	Classificação	Observações
<i>Prosaico</i> (qualquer linguagem em prosa)	1. Linguagem familiar. 2. Linguagem literária.	Conserva a ordem natural das palavras na frase.
<i>Poético</i>	Realização em verso.	Inverte a ordem natural das palavras.

Quadro 4 – Dialectos de profissão**Fonte:** Autoria própria.

Tipos	Conceito	Exemplos: <i>Dialecto verdadeyro x Dialecto rústico</i>
<i>Verdadeyro</i>	[Usado pelas pessoas educadas]	<i>Por certo → bofé</i> <i>Tostoens → tostaens</i>
<i>Rustico, mao, viciado</i>	Usado pela gente ignorante, rústica e incivil.	<i>Grão → grães</i> <i>Vizita → vigita</i> <i>Vizitar → vigitar</i> <i>Fizera → figera</i> <i>Eu truxe → eu trouve</i> <i>Ouvido → ouvisto</i> <i>Atreverse → estreverse</i> <i>Flores → froles</i>
<i>Giria</i>	Usado pelos “homens de ganhar”; linguagem de grupo.	
<i>Ciganos</i>	Espécie de gíria usada pelos ciganos; linguagem de grupo.	

Quadro 5 – [Dialeto sociais]

Fonte: Autoria própria.

É a partir desse trabalho de Argote que Leite de Vasconcelos, em sua obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, publicada em 1901, desenvolve um estudo sobre os dialetos portugueses. Vejamos o comentário que Leite de Vasconcelos faz da obra de Contador de Argote:

já no século XVIII, Dom Jeronymo Contador de Argote nas suas *Regras da lingua portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, 1725, p. 291 seguintes, escreveu um capítulo muito interessante sob o título: DOS DIALETOS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Era a primeira vez que publicávamos um quadro geral, ainda que imperfeito dos dialetos. Argote, afastando-se, em certa medida, da maneira geral de pensar dos puristas e dos gramáticos obstinados, e vendo as coisas como elas são na realidade, applicava à língua de seu país as distinções da gramática grega. Ele classifica os dialetos assim: a) *dialetos locais*; b) *dialetos de tempo*; c) *dialetos de profissão*. Nos dialetos locais, ele considera as falas de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura e Algarve, deixando de lado o Alentejo, porque, disse ele, a língua desta província difere pouco da língua da Estremadura; e indica algumas características fonéticas e lexicográficas de cada um dos dialetos. Ele faz ainda uma alusão aos codialetos do Norte de Trás-os-Montes (se interpreto bem as falas), aos dialetos ultramarinos, à língua popular em geral, à gíria de

Lisboa, e aos dialetos dos *Ciganos*. Ele chama *dialetos de tempo* as diferentes fases cronológicas da língua portuguesa, as quais ele denomina: muito antiga, antiga e moderna. Sobre a designação dos *dialetos de profissão* ele compreende: “a diferença de falar a língua, de que usão os que exercitão diversa profissão de falar” e dá como exemplo: a língua da prosa (que pode ser literária ou familiar) e a língua poética. - A mais curiosa dessas três classes é sem dúvida a primeira.⁴⁹ (Vasconcelos, 1987, p. 55, tradução nossa)

Como se observa, Vasconcelos apresenta com riqueza de detalhes o capítulo em que Argote trata dos dialetos da língua portuguesa. Para o autor, esse trabalho de descrição do português só pôde ser realizado devido ao afastamento de Argote do pensamento e influência daqueles gramáticos, ortógrafos e puristas que consideravam a língua popular uma corrupção do latim e, por isso, digna de censura. Desse modo, “vendo as coisas como elas são na realidade”, ou seja, vendo objetivamente a língua portuguesa, Argote pôde distingui-la do latim, descrever seus usos, e, em vista disso, gramatizar suas regras.

Sobre *idiotismos*, importa notar que nem Argote (1725), nem Vasconcelos (1901) consideram os dialetos portugueses *idiotismos*, porque dialeto é variação linguística, “modo diverso de falar a mesma língua” (Argote, 1725, p. 291); enquanto, *idiotismos* são fenômenos linguísticos, particularidades que caracterizam uma língua, neste caso, a língua portuguesa. Encontramos, todavia, em Vasconcelos uma referência ao termo *idiotismo* exposta quando o autor apresenta obras que dispõem de exemplos ou usos da língua vulgar. Assim, do *Dicionário da língua portuguesa* (1793) da Academia de Ciências de Lisboa, Vasconcelos apresenta uma citação aos “termos cômicos ou rústicos que se encontram com orthographia de propósito viciada, para se arremedar assim ao natural o idiotismo da baixa plebe” (cf. Vasconcelos, 1987, p. 57). Essa definição assemelha-se àquela referida por Bluteau (1728, p. 30), para quem o *idiotismo* é um modo de falar plebeu, ou seja, popular.

⁴⁹ Déjà au XVIII siècle, Dom Jeronymo Contador d’Argote dans ses *Regras da lingoa portuguesa*, 2 édit., Lisbonne 1725, p. 291 suiv., a écrit un chapitre très intéressant sous ce titre: DOS DIALECTOS DA LINGUA PORTUGUESA. C’était la première fois qu’on publiait un tableau général, bien qu’imparfait, de nos dialectes. Argote, en s’éloignant, dans une certaine mesure, de la manière générale de penser des puristes et des grammairiens entêtés, et en voyant les choses comme elles sont en réalité, appliquait à la langue de son pays les distinctions de la grammaire grecque. Il classe les dialectes ainsi: a) dialectes locaux; b) dialectes de temps; c) dialectes de profession. Dans les dialectes locaux, il considère les parlers d’Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estrémadure et Algarve, laissant de côté l’Alentejo, parce que, dit-il, le langage de cette province diffère peu de celui de l’Estrémadure; et il indique quelques caractéristiques phonétiques et lexicologiques de chacun de ces dialectes. Il fait encore une allusion aux codialectes du Nord de Trás-os-Montes (si j’interprète bien ses paroles), aux dialectes d’outremer, au langage populaire en général, à l’argot de Lisbonne, et aux dialectes des *Ciganos*. Il appelle *dialectes de temps* les différentes phases chronologiques de la langue portugaise, lesquelles il dénomme: très ancienne, ancienne et moderne. Sous la désignation de *dialectes de profession* il comprend: “a diferença de fallar a lingua, de que usão os que exercitão diversa profissão de fallar”; et il en donne comme exemples: la langue de la prose (qui peut être littéraire et familière) et la langue poétique. - La plus curieuse de ces trois classes est sans doute la première. (Vasconcelos, 1987 [1901], p. 55)

Desse modo, o que nos levou a inserir a obra de Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, publicada 176 anos após a segunda edição das *Regras*, no horizonte de projeção de Contador de Argote, foi o fato de essa obra comprovar a importância do trabalho de Argote no que diz respeito à dialetologia portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou demonstrado, as duas edições da gramática *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* foram importantes para a compreensão da construção do saber linguístico pela sistematização do uso e das regras do português, ou seja, pela gramatização dos *idiotismos*. O exame das duas edições mostrou que Argote preocupado com o uso da língua tratou tanto de regras gerais, como de regras particulares, dando ênfase às regras gerais, haja vista o objetivo da obra, entretanto, mesmo não sendo esse seu objetivo, ele mostrou, no capítulo reservado ao tema e também no decorrer da gramática, o que era particular à sua língua. Enquanto na primeira edição Contador de Argote apresenta concisamente as características do português, na segunda edição, o gramático explora, com mais clareza, os *idiotismos*, pois trata da morfologia, da sintaxe, e da semântica da língua portuguesa.

Quanto ao registro feito no capítulo denominado “Da figura Idiotismo”, Argote trata de alguns *idiotismos relacionados* à semântica do português, como já comentado. Esse registro dá margem para o que viria quatro anos depois na segunda edição “muyto accrecentada, e correcta”. O acréscimo feito nessa segunda edição, trata como vimos, dentre outros assuntos, de outros *idiotismos*, agora relacionados à morfologia e à sintaxe, descritos no capítulo denominado “Dos Idiotismos”, e do estudo de dialetologia portuguesa, gramatizando, assim, pontos específicos do português. Dessa forma, para a análise, os *idiotismos* foram divididos de acordo com a aplicação de cada fenômeno linguístico.

Como vimos, alguns dos temas apresentados por Contador de Argote como *idiotismos* do português já haviam sido gramatizados por alguns dos gramáticos portugueses anteriores - Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Amaro de Roboredo (1619), dentre eles os *idiotismos* morfológicos, artigo, declinação dos nomes e terminação dos casos, voz recíproca, infinitivo pessoal, gerúndio, advérbios de modo formados com a partícula *-mente*, e as preposições *de*, *em*, *por* e *a*.

Os temas gramatizados por Contador de Argote dentro do grupo dos *idiotismos* morfológicos foram: a ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e do adjetivo *tudo*; o pretérito imperfeito composto, com a construção “eu tive amado”; a conjunção causal *porque* e as concessivas, as quais Argote nomeia condicionais, *posto* e *ainda que*. No grupo dos *idiotismos* sintáticos, a regência dos nominativos, com a indeterminação (embora não use esse termo) do sujeito na oração “A mim não se me dà de Pedro”; o nominativo absoluto, reconhecido por Argote como o termo independente colocado no início da oração, “Posto eu à menza deu meyo dia”; e a regência dos acusativos, reconhecido por

Argote como um verbo impessoal que rege acusativo, “Manda El Rey que se prendaõ os traidores”. Quanto aos *idiotismos* semânticos, Argote chamou a atenção para a significação que algumas palavras têm, a depender da situação de uso; para os particípios passivos com significação ativa, embora se equivoque com o exemplo exposto “Pedro não he bem visto”; e também dos adjetivos com significação de substantivos, com a construção “de largo” significando “largura”.

Quanto ao horizonte de prospecção, ou seja, o aproveitamento das ideias de Argote pelos gramáticos portugueses posteriores no que se refere aos *idiotismos*, vimos que Reis Lobato, na *Arte da Grammatica Portugueza* (1770) trata de artigos; de declinação dos nomes e terminação dos casos, reconhecendo o emprego da preposição e atribuindo-lhe a função de identificar o caso dos nomes, e não ao artigo, como fez Argote; da ausência de plural dos pronomes demonstrativos, referindo-se a esses como “idiotismos da lingua portugueza, que o uso introduzio por brevidade do falar” (Lobato, 1770, p. 90); da voz recíproca, ainda que parcialmente, porque não a cita, mas apresenta o pronome recíproco, na construção “Pedro ferio-se com a espada”; do infinitivo pessoal que, embora não tenha sido classificado como idiotismo, foi reconhecido como uma construção da língua portuguesa; do particípio ativo, com acepção verbal, equivalendo ao gerúndio; dos advérbios de modo formados com a partícula *-mente*; da preposição *a*; e das conjunções *porque* e *ainda que*. Lobato também tratou da sintaxe do verbo *haver*, mas não a reconhece como *idiotismo*, antes tenta justificá-la pela figura da silepse; da regência do nominativo absoluto, criticando a compreensão de Contador de Argote da oração “Posto eu á menza, deo meyo dia”, e justificando-a pela figura da elipse. Lobato também trata da significação das palavras usadas em situação de comunicação, criticando a exposição de Argote e justificando-a também pela figura da elipse; dos particípios passivos que têm sentido de ativos, afirmando que o uso desses termos é feito “por abuso”, ou seja, trata-se de um uso indevido, reconhecendo a particularidade desse fenômeno linguístico; e dos verbos usados no lugar de nomes, apresentando o fato linguístico “de ler” semelhante ao de Contador de Argote, “de cear”.

Pedro José da Fonseca, nos *Rudimentos da Grammatica Portugueza* (1799), trata dos artigos, atribuindo-lhe a função de distinguir o gênero dos nomes; não trata de declinação porque já não considera o paradigma da declinação dos casos nominais; trata da ausência de plural dos pronomes demonstrativos *isso*, *isto aquilo* e do indefinido *tudo*; distingue as vozes verbais recíproca e reflexiva; trata parcialmente do infinitivo pessoal, porque não lhe dá regras, mas apresenta a conjugação do verbo *ser* no infinitivo pessoal; desenvolve amplamente o gerúndio, distinguindo-o do particípio; trata dos advérbios de modo, formados

com a partícula *-mente*; das preposições *a, de, em, por*; e amplia a classificação das conjunções; também da impessoalidade do verbo *haver*; da significação da expressão, o gramático usa o mesmo exemplo, “A Deos”, justificando-a, assim como Lobato, pela figura da elipse; e também trata dos particípios passivos com significação ativa. O gramático não menciona o termo *idiotismo* em sua gramática porque esses fenômenos linguísticos são vistos como usos naturais, regulares na língua portuguesa.

Dos fenômenos linguísticos apresentados por Contador de Argote como *idiotismos*, Jerônimo Soares Barbosa, na *Grammatica Philosophica* (1822), trata do artigo, apresentando a função de individualizar o nome; da invariabilidade dos pronomes *isto, isso, aquilo e tudo*, denominando-os neutros, por serem pronomes que não têm um gênero específico; sobre a voz média, o gramático prefere essa terminologia àquela usada pelos gramáticos anteriores, voz reflexiva e voz recíproca, já que para os gregos, a voz média significa tanto reciprocidade, como reflexividade; quanto ao infinitivo pessoal, reconhece como “um idiotismo singular, só próprio da Lingua Portuguesa” (Barbosa, 1875, p. 143); também trata do particípio imperfeito ativo usado fazendo às vezes de gerúndio; do advérbio de modo formado com a partícula *-mente*, cita as preposições *de, em, por, a*, além de outras; quanto as conjunções, Soares apresenta nove (*e, mas, nem, ou, pois, porém, que, se, cá*), todas usadas no lugar da conjunção *que*; trata da sintaxe do verbo *haver*, impessoal, apresentando-o como uma construção irregular e justificando-o pela figura da silepse; da significação da expressão “a Deus”; e dos particípios passivos com sentido ativo.

Leite de Vasconcelos, no *Esquisse d’une dialectologie portugaise* (1901), não trata de *idiotismos*, todavia, trata de dialetologia portuguesa, com base no trabalho feito por Contador de Argote na segunda edição da gramática. Como esse fato também foi importante para a gramatização do português, não poderia deixar de tratá-lo. Outro tema fundamental para caracterizar o português foi o fenômeno da ênclise, também gramatizado por Contador de Argote.

Sobre à gramatização desses fenômenos linguísticos, vimos que é pelo uso que ela se concretiza, uma vez que Argote retira do uso os fatos de língua portuguesa que estuda como específicos dessa língua.

Dos *idiotismos* apontados por Contador de Argote, o *infinitivo pessoal* destaca-se como um fenômeno da língua portuguesa, sendo que, o que o caracteriza como tal, para o gramático, é o fato de ser uma construção unicamente portuguesa. Vale lembrar que esse fenômeno não foi gramatizado por Contador de Argote, mas por Amaro de Roboredo, no *Methodo Grammatical para todas as linguas*, publicado em 1619. Como vimos, outros

pontos ditos por Contador de Argote são característicos da língua portuguesa no século XVIII, já que levamos em conta que o que o motivou a destacar aspectos próprios do português foi o fato de perceber que algumas regras da língua portuguesa afastavam-se das regras do latim.

Na prospecção, vimos que alguns *idiotismos* permaneceram e, devido ao uso frequente, foram incorporados à língua e apresentados pelos gramáticos portugueses posteriores, como se viu, não como *idiotismos*, mas como fatos linguísticos da língua portuguesa, não marcados como específicos de grupos ou como exceções em resposta às *regras gerais* da língua de maior prestígio cultural. Outros fenômenos linguísticos que não eram próprios da língua portuguesa, mas do latim, desapareceram, como é o caso da *declinação dos nomes*, que não é posta na gramática desde Fonseca, com os *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799); do uso do *pretérito imperfeito composto*, citado apenas por Argote; e da regência dos casos, que também caiu na gramática de Fonseca. O primeiro em razão da extinção do nominativo em português (cf. Williams, 1973, p. 123), tendo a declinação sobrevivido apenas nos pronomes pessoais. A construção do pretérito imperfeito composto “*eu tive amado*” caiu em desuso, não se repetindo nas gramáticas portuguesas posteriores por ser uma construção do português antigo. A referência à regência por casos também caiu, porque já não mais dizia respeito às regras que estabeleciam os casos dos nomes, permanecendo a *regência das preposições a, de, em, por*, já que “as preposições regem as palavras, que se lhes seguem por diferentes modos” (Fonseca, 1799, p. 248).

Para que a matéria possa ser melhor visualizada, apresentamos, a seguir, um quadro em que se veem resumidos os tipos de *idiotismos*, seguidos dos exemplos referidos por Argote em ambas as edições, bem como o aproveitamento da matéria pelos gramáticos portugueses posteriores.

Quadro 15- Quadro-síntese⁵⁰ dos idiotismos apresentados por Contador de Argote nas duas edições da gramática(1721/1725) e de sua projeção em obras portuguesas posteriores

Argote (1721/1725)		Lobato (1770)	Fonseca (1799)	Barbosa (1822)
Idiotismos morfológicos	Exemplos			
Artigos	“na lingua Portugueza os nomes commummente antes de si leuão o artigo.” ⁵¹ (Argote, 1725, p. 259)	x	x	x ⁵²

⁵⁰ Quadro apresentado conforme a indicação da Prof.^a Dr.^a Maria Mercedes Hackerott no Exame de Qualificação.

⁵¹ Na gramática de Argote, os artigos marcam o caso.

⁵² Barbosa utiliza outra referência: Beauzée, Port-Royal, critério semântico.

Declinações dos nomes	“na lingua Portugueza só há duas declinaçoens.” (p. 259) Declinação dos nomes, que tem antes de si o artigo <i>O</i> . [...] Declinação dos nomes, que tem antes de si o artigo <i>A</i> . (p. 9-10)	x	-	-
Terminações dos casos	“na lingua Portugueza todos os casos tem a terminação do nominativo.” (p. 259)	x	-	-
Ausência de plural dos pronomes demonstrativos <i>isto, isso, aquilo</i>	-	x	x	x
Ausência de plural do adjetivo <i>tudo</i>	<i>Pedro tudo quer para si.</i> (p. 259)	x	x	x
Vozes verbais (voz recíproca)	<i>Eu feri-me.</i> <i>Comeceyme a queyxr.</i> (p. 261)	x	x ⁵³	x
Tempos compostos ativos (<i>pretérito imperfeito composto</i>)	<i>Eu tive amado.</i> ⁵⁴ (p. 87)	-	-	-
Infinitivo pessoal	<i>O eu ler amiude me faz mal aos olhos.</i> <i>O tu leres amiude te faz mal aos olhos.</i> (p. 266)	x	x	x
Gerúndio	“na lingua portugueza só ha hum Gerundio em <i>Do</i> , assim como <i>Amando</i> .” (p. 267)	-	x ⁵⁵	-
Particípios ativos (formado com o gerúndio <i>-ndo</i>)	<i>Vendo eu o sucesso, chamey a Pedro.</i> <i>Soprando o vento se alterou o mar.</i> (p. 268)	x	-	x
Advérbio	<i>Combate valerosamente.</i> (p. 170)	x	x	x ⁵⁶
Preposição	<i>Vive em sua casa.</i> <i>Veyo por mar.</i> <i>Fuy a Roma.</i> (p. 174-175)	x	x	x
Conjunção	Causais: <i>Como, porque tenho</i>	x	x ⁵⁸	x

⁵³ Fonseca distingue voz recíproca e voz reflexiva e faz acréscimos.

⁵⁴ O exemplo apresentado não consta do capítulo V, que trata dos *Idiotismos*, na terceira parte da gramática, mas do capítulo VI, *Das Conjugações dos Verbos Regulares*, presente na primeira parte.

⁵⁵ Fonseca faz acréscimos.

⁵⁶ Barbosa contrapõe e explicita advérbio e preposição, citando os gramáticos Argote e Lobato.

	<i>fome.</i> Condicionais: <i>posto, ainda que.</i> ⁵⁷ (p. 177)			
Idiotismos Sintáticos				
Sintaxe de concordância (impessoalidade do verbo <i>haver</i>)	<i>Ha muytas flores neste jardim.</i> <i>Havia muytas flores neste jardim.</i> (p. 269)	x ⁵⁹	x	x
Regência dos nominativos	<i>A mim não se me dà de Pedro.</i> <i>A mim não se me dà de Francisco hum caracol.</i> (p. 270)	-	-	-
Nominativo absoluto	<i>Posto eu à menza deu meyo dia.</i> (p. 270)	x ⁶⁰	-	-
Regência dos acusativos	<i>Manda El Rey que se prendaõ os traidores = Manda El Rey que prendaõ os traidores.</i> (p. 272)	-	-	-
Idiotismos Semânticos				
Significação das palavras	<i>A Deos</i> significa Deos, mas quer dizer <i>Ficay com bem</i> , ou <i>Deus vous garde</i> . <i>Morrer de fome</i> , o verbo morrer significa acabar a vida, mas na oração quer dizer <i>Ter grande fome</i> . (1721, p. 226/ 1725, p. 273)	x ⁶¹	x	x
Particípios passivos significarem como ativos	<i>Pedro não he bem visto = Pedro não vê bem.</i> (1721, p. 227)	x	x	x
Adjetivos significarem como substantivos	<i>Esta taboa tem dous palmos de largo.</i> (1721, p. 227)	-	-	-
Verbos se porem no lugar de nomes	<i>Deylhe de cear.</i> (1721, p. 227)	x	-	-

⁵⁸ Distancia-se tal o nível de complementação.

⁵⁷ O exemplo apresentado não foi retirado do capítulo V, que trata dos *Idiotismos*, na terceira parte da gramática, porque o autor não apresenta nenhum exemplo, mas do capítulo X, *Dos Adverbios, Proposiçoens, e Conjunçoens*, presente na primeira parte da gramática.

⁵⁹ Lobato analisa, mas como silepse e não como impessoalidade.

⁶⁰ Lobato condena este exemplo e o justifica pela elipse.

⁶¹ Lobato discorda da interpretação feita por Argote, justificando-a pela figura elipse.

Outros usos	<i>Pedro aborrece-me como moscas</i> = <i>Tenho tanto aborrecimento a</i> <i>Pedro, como tenho às moscas</i> ou <i>Tenho odio grande à Pedro.</i> (1725, p. 273)	-	-	-
-------------	--	---	---	---

No que diz respeito à questão que conduziu nosso trabalho sobre qual o papel da gramática de Argote na gramatização de fatos linguísticos próprios da língua portuguesa, vimos que Contador de Argote é o responsável por sistematizar as regras próprias da língua portuguesa, as quais denomina *idiotismos*. Esse termo que aparecia em *Retórica* e em *Figura*, não enquanto variação, é colocado por Contador de Argote como particularidade de língua, assumindo, então, um valor eufórico. Assim, confirmamos nossa hipótese inicial de que Argote sistematizou a gramatização das especificidades da língua portuguesa, marcando, portanto, esse início.

Finalmente, este trabalho desenvolvido no âmbito da *História das ideias linguísticas* buscou mostrar, pela análise dos *idiotismos* presentes na gramática de Contador de Argote, a gramatização, de forma mais sistemática, desses fenômenos linguísticos para a conformação das regras da língua portuguesa, e, enfim, **a configuração do português**, no século XVIII, na gramática *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ARGOTE, Jeronymo Contador de [GAMA, Pe. Caetano Maldonado da]. (1721). *Regras da Lingua Portuguesa, espelho da lingua latina*, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portuguesa. Lisboa: Officina de Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedroso.

ARGOTE, Jeronymo Contador de. (1725). *Regras da Lingua Portuguesa, espelho da lingua latina*, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portuguesa. Lisboa: Officina da Musica.

Fontes secundárias

BARBOSA, Jeronymo Soares. (1875 [1822]). *Grammatica philosophica da lingua portugueza* ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

BARROS, João de. (1971 [1540]). *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução de notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FONSECA, Pedro José da. (1799). *Rudimentos da grammatica portugueza*, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons autores. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

LEÃO, Duarte Nunes de. (1576). *Orthographia da lingoa portuguesa*: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem. Item hum tractado dos pontos das clausulas. Lisboa: João de Barreira.

LOBATO, Antonio José dos Reis Lobato. (1770). *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

NEBRIJA, Antonio de. (1492). *Gramatica de la lengua castellana*. Com fac-símile do MS. Introducción y notas de ESPARZA, Miguel Angel; SARMIENTO, Ramón. Madri: Fundación Antonio de Nebrija, 1992.

OLIVEIRA, Fernão de. (1536). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

ROBOREDO, Amaro de. (2007 [1619]). *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição facsimilada com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Coleção Linguística 1. Centro de estudos em Letras. Universidade de Trás-os - Montes e Alto Douro, Vila Real.

VASCONCELOS, José Leite de. (1987 [1901]). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 3ª ed. por Maria Adelaide Valle Cintra. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Fontes antigas

DEZOTTI, Lucas. (2007). *Donato, Arte menor*. In: Letras clássicas, n.11. São Paulo: FFLCH/USP.

MARTINHO, Marcos. (2007). *Dionísio da Trácia, Arte*. In: Letras clássicas, n.11. São Paulo: FFLCH/USP.

PRISCIEN. Grammaire. Livre XVII - Syntaxe, 1. Texte latin, traduction introduite et annotée par le groupe *Ars Grammatica*, animé par Marc Baratin *et al.*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2010.

Estudos sobre o autor

KEMMLER, Rolf. (2012). *Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina (1721, 1725)*, Limite. ISSN: 1888-4067, pp.75-101. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%206/05kemm.pdf>

LEITE, Marli Quadros. (2011a). *A construção da norma linguística na gramática do século XVIII*, Alfa. Revista de Linguística, 55/2 ISSN 1981-5794, pp. 665-684. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4745/4050>.

MOURA, Teresa Maria Teixeira de. (2008). *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Estudos gerais de Linguística

ALI, M. Said. (2010 [1908]). *Dificuldades da língua portuguesa*. -8ª ed.- Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

ASSUNÇÃO, Carlos e FERNANDES, Gonçalo. (2007). Estudo introdutório. In: ROBOREDO, Amaro. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição facsimilada.

Colecção Linguística 1. Centro de estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Relá.

AUROUX, Sylvain. (2008). *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Tradução de Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: RG.

_____. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. -2ª ed.- Campinas: Unicamp.

BEM, Thomas Caetano de. (1794). *Memorias chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal*, e suas conquistas na Índia Oriental. Tomo II, Lisboa: Regia officina typografica.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1971). Estudo introdutório. In: BARROS, João. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução de notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1984). *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. (1984). *Estrutura da língua portuguesa*. -14ª ed.- Petrópolis: Vozes.

_____. (1979). *História e estrutura da língua portuguesa*. -3ª ed.- Rio de Janeiro: Padrão.

CEIA, Sara Bravo. (2011). *Os académicos teatinos no tempo de D. João V - construir saberes enunciando poder*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean- Marie; PUECH, Christian. (2010). *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck.

FERNANDES, Gonçalo. 2006. *A Minerva seu de Causis Linguae Latinae (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)* — In: *Boletim de Estudos Clássicos* 46, 1: 133 - 144.⁶²

⁶² Fernandes, Gonçalo. *As duas primeiras edições da minerva (Lyon 1562 e Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)*. ([http:// www.academia.edu](http://www.academia.edu))

GIL, Xavier Laborba. (2014). *La gramàtica de Port-Royal i la visibilitat de la història de la Lingüística*. Barcelona.

HACKEROTT, Maria Mercedes. (1994). *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na história da gramática portuguesa*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.

KOSSARIK, Marina. (2002). *A obra de Amaro de Roboredo – questões de linguística portuguesa*. In: ROBOREDO, Amaro. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Salamanca, 1619. Edição de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

LEITE, Marli Quadros. (2007). *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas.

_____. (2011b). *Variação linguística: aspectos históricos*. In: PRETI, Dino. *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas.

_____. (2014). *Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI in Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores Evanildo Bechara... [et. al.]; organização Maria Helena Moura Neves, Vânia Cristina Casseb-Galvão; Marli Quadros Leite; Francisco Roberto Platão Savioli. -1ª ed.- São Paulo: Parábola Editorial.*

_____. (2015). *Linguística e discurso: uma análise pelo prisma da história das ideias linguísticas*. Texto apresentado no encerramento do VII EPED-USP.

_____. (2016). *Partes do discurso/ Classes de palavras: um estudo das ideias sobre a interjeição em gramáticas portuguesas*. Revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto. (no prelo).

_____. (2016). *O texto na gramática*. In: *O texto e seus conceitos*. Organização Ronaldo de Oliveira Batista. -1ª ed.- São Paulo: Parábola Editorial.

MACHADO, Diogo Barbosa. (1741). *Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica*. Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.

MACHADO, Diogo Barbosa. (1747). *Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica*. Tomo II. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.

MARQUES, Raquel do Nascimento. (2014). *Pontos de contato entre o Methodo Grammatical para todas as línguas (1619) e as Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina (1721)*. XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/04/008.pdf

NEVES, Maria Helena de Moura. (2002). *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP.

_____. (2005). *A vertente grega da gramática tradicional- uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. -2ª ed. ver. e atual.- São Paulo: UNESP.

PONCE DE LEÓN, Rogelio; ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. (2008). *A Arte de Grammatica de Pedro Sánchez*. In: SÁNCHEZ, P. Arte de grammatica pera em breve saber latim. Edição facsimilada. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo Introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras.

SILVEIRA, Sousa da. (1964). *Lições de Português*. -7ª ed.- Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos. (2000). Texto introdutório In: OLIVEIRA, Fernão. *Gramática da linguagem portuguesa*, 1619. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

VASCONCELOS, J. Leite de. (1966). *Lições de Filologia Portuguesa*. -4ª ed.- Livros de Portugal: Rio de Janeiro.

VERNEY, Luis Antonio (Barbadinho). (1746). *Verdadeiro metodo de estudar*. Carta I. Tomo Primeiro. Valensa: Officina de Antonio Balle.

WILLIAMS, Edwin B. (1973). *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução de Antônio Houaiss. 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Gramáticas

ALI, M. Said. (1965). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. -5ª ed.- São Paulo: Edições Melhoramentos.

_____. (1964). *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Edição revista e comentada de acordo com a Nomeclatura Gramatical Brasileira pelo Prof. Evanildo Bechara. São Paulo: Edições Melhoramentos.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1997). *Gramática latina: curso único e completo*. -27ª ed.- São Paulo: Saraiva.

ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude. (2001 [1660]). *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Muracho. -2ª ed.- São Paulo: Martins Fontes.

BEAUZÉE, M. (1767). *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage*: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues. Tome premier. Paris: De l'imprimerie de J. Barbou.

COUTINHO, Ismael de Lima. (1976). *Pontos de Gramática Histórica*. -7ª ed. rev.- Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

FARIA, Ernesto. (1958). *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

MELO, Gladstone Chaves de. (1971). *Iniciação à Filologia e a Linguística Portuguesa*. -4ª ed. rev. melhorada e atualizada.- Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

NUNES, Joaquim José. (1975). *Compendio de gramática histórica portuguesa- fonética e morfologia*. -8ª ed.- Lisboa: Livraria clássica editora.

PEREIRA, Eduardo Carlos. (1934). *Gramática Expositiva - curso superior*. -38ª ed.- Adaptada à ortografia oficial por Laudelino Freire. São Paulo: Companhia editora nacional.

Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. (1977). *Dicionário de linguística e gramática*. -7ª ed.- Petrópolis: Vozes.

DUBOIS, Jean *et al.* (2006). *Dicionário de linguística*. -10ª reimpr. da 1ª ed. de 1978- Direção e coordenação geral da tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. (2001 [1972]). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. -3ª ed.- São Paulo: Editora Perspectiva.

NASCENTES, Antenor. (1955). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Com prefácio de W. Meyer Lübke. Segunda tiragem -1ª ed.- Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

SILVA, Antonio Moraes. (1789). *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina.

Sites

Corpus de textes linguistiques fondamentaux - ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?num=3304

<https://archive.org/stream/bibliothecalusit02barbuoft#page/492/mode/2up/search/Argote>

<https://archive.org/stream/bibliothecalusit01barbuoft#page/412/mode/2up/search/vELEZ>

<https://archive.org/stream/diccionariobibl01fonsgoog#page/n6/mode/2up>

<https://archive.org/stream/nouvellebiograph29hoef#page/n155/mode/2up>